

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
--------------------------	---

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	2
2. Balanço Patrimonial Passivo	4
3. Demonstração do Resultado	6
4. Demonstração do Resultado Abrangente	7
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	8

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	10
Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	11
Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	12

9. Demonstração de Valor Adicionado	13
-------------------------------------	----

3. Dfs Consolidadas

1. Balanço Patrimonial Ativo	15
2. Balanço Patrimonial Passivo	17
3. Demonstração do Resultado	18
4. Demonstração do Resultado Abrangente	20
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	21

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019	23
Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018	24
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017	25

9. Demonstração de Valor Adicionado	26
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	28
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	156
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	163
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)	164
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	165

Índice

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	166
Motivos de Reapresentação	167

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	657.560.635
Preferenciais	547.495.486
Total	1.205.056.121
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	33.219.831	27.638.802	26.153.261
1.01	Ativo Circulante	14.663.180	10.875.103	11.850.630
1.01.01	Disponibilidades	1.441	16.374	6.536
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.242.794	3.897	1.032.983
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	1.229.999	0	1.017.242
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.795	3.897	15.741
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	706.626	356.959	342.998
1.01.03.01	Carteira Própria	122.788	216.196	163.421
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	3.654	113.400	164.612
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	288.103	27.363	14.232
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central	215.420	0	0
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	76.661	0	733
1.01.04	Relações Interfinanceiras	127.540	4.493	26.484
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	101.569	549	1.299
1.01.04.03	Correspondentes no País	25.971	3.944	25.185
1.01.06	Operações de Crédito	8.901.566	7.912.848	7.582.563
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Privado	9.892.003	8.795.475	8.414.167
1.01.06.02	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-990.437	-882.627	-831.604
1.01.08	Outros Créditos	3.376.630	2.215.249	2.488.355
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	0	38.858	68.169
1.01.08.02	Rendas a Receber	5.708	1.667	7.134
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	3.066	2.474	2.700
1.01.08.04	Diversos	2.489.076	1.444.211	1.637.550
1.01.08.05	Titulos e Créditos a Receber	1.043.010	834.489	844.269
1.01.08.06	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-164.230	-106.450	-71.467
1.01.09	Outros Valores e Bens	306.583	365.283	370.711
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	364.659	392.529	399.874
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-84.916	-53.628	-66.897
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	26.840	26.382	37.734

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.463.326	15.565.691	13.150.611
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.424.707	1.622.983	1.272.078
1.02.02.01	Carteira Própria	605.125	997.016	101.629
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	294.290	155.777	906.822
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	251.795	157.135
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	211.276	218.395	106.492
1.02.02.05	Vinculados ao Banco Central	314.016	0	0
1.02.05	Operações de Crédito	11.986.053	10.344.899	8.806.221
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Privado	12.593.392	10.663.658	9.107.530
1.02.05.02	(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	-607.339	-318.759	-301.309
1.02.07	Outros Créditos	3.997.066	3.520.409	2.952.046
1.02.07.02	Diversos	3.964.825	3.464.981	2.896.452
1.02.07.03	Titulos e Créditos a Receber	98.970	79.216	72.550
1.02.07.04	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-66.729	-23.788	-16.956
1.02.08	Outros Valores e Bens	55.500	77.400	120.266
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	55.500	77.400	120.266
1.03	Ativo Permanente	1.093.325	1.198.008	1.152.020
1.03.01	Investimentos	885.117	1.006.416	978.525
1.03.01.02	Participações em Controladas	883.973	1.005.272	978.146
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.144	1.144	379
1.03.02	Imobilizado de Uso	28.628	24.093	27.690
1.03.02.01	Outras Imobilizações de Uso	80.456	70.991	69.211
1.03.02.02	(Depreciações Acumuladas)	-51.828	-46.898	-41.521
1.03.04	Intangível	179.580	167.499	145.805
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	469.035	420.884	359.582
1.03.04.02	(Amortização Acumuladas)	-289.455	-253.385	-213.777

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	33.219.831	27.638.802	26.153.261
2.01	Passivo Circulante	19.613.908	14.317.936	15.334.491
2.01.01	Depósitos	13.145.126	10.793.243	9.572.581
2.01.01.01	Depósitos à Vista	26.614	17.369	25.543
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	8.628.582	7.685.730	8.938.498
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	4.489.930	3.090.144	608.540
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	200.370	162.094	1.493.292
2.01.02.01	Carteira Própria	200.370	162.094	976.236
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	0	0	517.056
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	650.925	621.507	1.547.841
2.01.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	650.925	621.507	1.547.841
2.01.04	Relações Interfinanceiras	933.731	728.628	851.219
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	796.912	615.912	654.035
2.01.04.02	Correspondentes no País	136.819	112.716	197.184
2.01.05	Relações Interdependências	247	14	4.509
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	247	14	4.509
2.01.09	Outras Obrigações	4.683.509	2.012.450	1.865.049
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.176	4.921	6.761
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	265.988	135.971	162.262
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	328.077	44.390	38.310
2.01.09.05	Negociação e Intermediação de Valores	16.238	3.941	2.464
2.01.09.06	Dividas Subordinadas	1.876.865	208.154	93.275
2.01.09.07	Diversas	2.064.186	1.523.313	1.488.848
2.01.09.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	124.979	91.760	73.129
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	8.679.753	9.224.930	7.262.854
2.02.01	Depósitos	7.211.738	6.378.610	4.562.264
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	521	33.728	32.175
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	7.211.217	6.344.882	4.530.089
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	103.486	107.430	106.022

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.02.01	Carteira Própria	103.486	107.430	106.022
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.217.399	628.454	697.500
2.02.03.01	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.217.399	628.454	697.500
2.02.09	Outras Obrigações	147.130	2.110.436	1.897.068
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	13.417	0	0
2.02.09.02	Dividas Subordinadas	8.455	1.769.978	1.681.720
2.02.09.03	Diversas	125.258	257.097	85.834
2.02.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	83.361	129.514
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	2	17	92
2.05	Patrimônio Líquido	4.926.168	4.095.919	3.555.824
2.05.01	Capital Social Realizado	4.175.222	3.653.410	3.460.732
2.05.01.01	De Domiciliados no País	3.261.355	3.290.152	3.065.825
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	392.055	363.258	394.907
2.05.01.03	Aumento de Capital	521.812	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	207.322	207.322	0
2.05.04	Reservas de Lucro	557.982	243.295	108.495
2.05.04.01	Legal	557.982	243.295	108.495
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-14.358	-8.108	-13.403

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	8.148.467	7.075.335	7.718.405
3.01.01	Rendas de Operações de Crédito	8.117.738	6.892.720	7.703.911
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	118.374	168.538	290.822
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-101.386	27	-294.869
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	4.958	12.386	18.541
3.01.05	Resultado das aplicações compulsórias	8.783	1.664	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.822.002	-3.193.281	-3.450.702
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-2.259.476	-2.052.911	-2.393.933
3.02.04	(Provisão p/Créditos de Liq. Duvidosa)	-1.562.526	-1.140.370	-1.056.769
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	4.326.465	3.882.054	4.267.703
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.092.012	-3.418.788	-4.140.470
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	391.949	348.217	377.557
3.04.02	Despesas de Pessoal	-499.872	-413.713	-458.037
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.136.066	-1.728.801	-2.041.176
3.04.04	Despesas Tributárias	-213.185	-160.665	-202.248
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	315.919	292.413	218.327
3.04.05.02	Outras Receitas Operacionais	315.919	292.413	218.327
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.840.532	-1.782.063	-1.978.670
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-110.225	25.824	-56.223
3.05	Resultado Operacional	234.453	463.266	127.233
3.06	Resultado Não Operacional	-33.959	-21.512	153.924
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	200.494	441.754	281.157
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	315.441	-220.239	-68.551
3.08.03	Ativo Fiscal Diferido	607.049	-209.911	-66.509
3.08.04	Provisão para Contribuição Social	-113.459	-5.140	-1.377
3.08.05	Provisão para Imposto de Renda	-178.149	-5.188	-665
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	515.935	221.515	212.606
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,44470	0,20515	0,22884

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	515.935	221.515	212.606
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.250	5.295	856
4.02.01	Perdas não Realizadas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-9.477	7.994	1.515
4.02.02	Imposto de Renda	3.227	-2.699	-659
4.03	Resultado Abrangente do Período	509.685	226.810	213.462

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	570.637	456.515	805.986
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.860.933	1.900.982	1.768.505
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	515.935	221.515	212.606
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	41.978	26.597	32.108
6.01.01.03	Amortização de ágio	23.930	23.930	18.811
6.01.01.04	Constituição de provisão cíveis, trabalhistas e fiscais	175.532	276.752	479.377
6.01.01.05	Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	-8.512	-9.419	-14.557
6.01.01.06	Resultado na alienação de outros valores e bens	42.513	31.298	5.960
6.01.01.07	Perda por impairment/Provisões por desvalorização de ativos	0	0	38.083
6.01.01.08	(Ganho) na venda de investimento/imobilizado	0	0	-183.384
6.01.01.09	Resultado de participações em controladas	110.225	-25.824	56.223
6.01.01.10	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.562.526	1.140.370	1.056.769
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-607.049	209.911	66.509
6.01.01.12	Atualizações monetárias das provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	3.855	5.852	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.290.296	-1.444.467	-962.519
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-8.898	873.374	770.814
6.01.02.02	Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	-44.982	-439.901	-110.679
6.01.02.03	Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	-59.087	-135.313	63.381
6.01.02.04	Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras	82.056	-100.600	37.742
6.01.02.05	(Aumento) em operações de crédito	-4.150.758	-2.901.699	-1.694.532
6.01.02.06	(Aumento) em outros créditos	-1.071.492	-614.611	169.301
6.01.02.07	(Aumento) em outros valores e bens	-165.510	-157.004	-184.932
6.01.02.08	Aumento em depósitos	3.185.011	3.037.008	-414.044
6.01.02.09	Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	34.332	-1.329.790	-428.708
6.01.02.10	Aumento em recursos de aceite de emissão de títulos	104.269	101.929	998.639
6.01.02.11	Aumento/(Redução) em outras obrigações	963.228	252.681	-171.575
6.01.02.12	Aumento/(Redução) em relações interdependências	233	-4.495	-2.276
6.01.02.13	(Redução)/Aumento em resultado de exercícios futuros	-15	-75	-702
6.01.02.14	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-158.683	-25.971	5.052

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	35.809	302.658	567.481
6.02.01	Alienação de investimentos	0	0	229.000
6.02.04	Alienação de bens não de uso próprio	213.106	184.980	128.344
6.02.05	(Aquisição) de investimentos	0	-765	-250.000
6.02.07	Aquisição de imobilizado de uso	-15.708	-6.644	-1.938
6.02.08	(Aumento) de intangível	-67.407	-63.023	-37.935
6.02.11	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	3.332	5.378	2.726
6.02.12	(Aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-610.897	-570.541	-1.078.292
6.02.13	Redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	565.001	810.628	860.652
6.02.14	(Aumento) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-415.700	-402.555	0
6.02.15	Redução de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	364.082	345.200	714.924
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	608.620	-905.047	-1.218.643
6.03.01	Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos	1.350.272	693.498	1.275.387
6.03.02	Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos	-836.178	-1.790.807	-2.371.680
6.03.03	Resgate de dívidas subordinadas	-348.571	-137.938	-122.350
6.03.05	Juros sobre o capital próprio pagos	-86.715	-69.800	0
6.03.08	Aumento de capital	521.812	400.000	0
6.03.09	Emissão de dívidas subordinadas	8.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.215.066	-145.874	154.824
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.374	162.248	7.424
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.231.440	16.374	162.248

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.653.410	207.322	0	243.295	0	-8.108	4.095.919
5.03	Saldo Ajustado	3.653.410	207.322	0	243.295	0	-8.108	4.095.919
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	515.935	0	515.935
5.05	Destinações	0	0	0	0	-201.248	0	-201.248
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-3.248	0	-3.248
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-198.000	0	-198.000
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	314.687	-314.687	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-6.250	-6.250
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-6.250	-6.250
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	521.812	0	0	0	0	521.812
5.13	Saldo Final	3.653.410	729.134	0	557.982	0	-14.358	4.926.168

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.460.732	0	0	108.495	0	-13.403	3.555.824
5.03	Saldo Ajustado	3.460.732	0	0	108.495	0	-13.403	3.555.824
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	221.515	0	221.515
5.05	Destinações	0	0	0	0	-86.715	0	-86.715
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-86.715	0	-86.715
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	134.800	-134.800	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	5.295	5.295
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	192.678	207.322	0	0	0	0	400.000
5.13	Saldo Final	3.653.410	207.322	0	243.295	0	-8.108	4.095.919

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	3.460.732	0	0	0	-34.311	-14.259	3.412.162
5.03	Saldo Ajustado	3.460.732	0	0	0	-34.311	-14.259	3.412.162
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	212.606	0	212.606
5.05	Destinações	0	0	0	0	-69.800	0	-69.800
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-69.800	0	-69.800
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	108.495	-108.495	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	856	856
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	856	856
5.08.01	Aumento de Capital	400.000	0	0	0	0	0	400.000
5.08.02	Capital a Integralizar	-400.000	0	0	0	0	0	-400.000
5.13	Saldo Final	3.460.732	0	0	108.495	0	-13.403	3.555.824

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	5.443.248	4.795.950	5.522.149
7.01.01	Intermediação Financeira	8.148.467	7.075.335	7.718.405
7.01.02	Prestação de Serviços	391.949	348.217	377.557
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.562.526	-1.140.370	-1.056.769
7.01.04	Outras	-1.534.642	-1.487.232	-1.517.044
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.259.476	-2.052.911	-2.393.933
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.038.808	-1.661.531	-1.964.202
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-4.403	-3.201	-3.193
7.03.02	Serviços de Terceiros	-317.348	-281.110	-290.230
7.03.04	Outros	-1.717.057	-1.377.220	-1.670.779
7.03.04.01	Comissões pagas a lojistas e promotores	-1.120.715	-912.423	-1.111.933
7.03.04.02	Processamento de dados	-221.383	-175.130	-171.698
7.03.04.03	Serviços do sistema financeiro	-165.874	-127.737	-158.311
7.03.04.04	Comunicações	-46.937	-47.062	-44.125
7.03.04.05	Despesas com busca e apreensão de bens	-30.766	-29.971	-39.422
7.03.04.06	Propaganda, promoções e publicações	-64.888	-26.340	-22.425
7.03.04.07	Transportes	-5.815	-4.974	-5.605
7.03.04.08	Manutenção e conservação de bens	-6.243	-5.151	-4.966
7.03.04.09	Viagens	-6.773	-3.315	-4.177
7.03.04.10	Outras	-47.663	-45.117	-108.117
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.144.964	1.081.508	1.164.014
7.05	Retenções	-65.908	-50.527	-50.919
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-65.908	-50.527	-50.919
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.079.056	1.030.981	1.113.095
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-110.225	25.824	-56.223
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-110.225	25.824	-56.223
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	968.831	1.056.805	1.056.872
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	968.831	1.056.805	1.056.872
7.09.01	Pessoal	434.071	357.336	396.992

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.09.01.01	Remuneração Direta	331.309	273.130	302.138
7.09.01.02	Benefícios	74.325	62.346	66.246
7.09.01.03	F.G.T.S.	21.872	18.576	25.325
7.09.01.04	Outros	6.565	3.284	3.283
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-36.455	437.281	332.608
7.09.02.01	Federais	-54.631	421.583	314.967
7.09.02.02	Estaduais	15	5	10
7.09.02.03	Municipais	18.161	15.693	17.631
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.280	40.673	44.866
7.09.03.01	Aluguéis	55.280	40.673	44.866
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	515.935	221.515	282.406
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	198.000	86.715	69.800
7.09.04.02	Dividendos	3.248	0	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	314.687	134.800	212.606

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	33.179.453	27.472.054	26.147.015
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	105.789	20.263	12.047
1.01.01	Disponibilidades	4.220	19.714	10.748
1.01.02	Depósitos Compulsórios no Banco Central	101.569	549	1.299
1.02	Ativos Financeiros	28.225.988	23.164.009	21.483.733
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	2.122.114	2.326.222	1.822.183
1.02.01.03	Instrumentos de Dívida	359.782	401.225	50.757
1.02.01.04	Derivativos	291.169	281.632	174.067
1.02.01.05	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	1.471.163	1.643.365	1.597.359
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	987.803	890.260	1.122.890
1.02.02.01	Instrumentos de Dívida	986.659	889.116	1.122.511
1.02.02.02	Instrumentos de Patrimônio	1.144	1.144	379
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	25.116.071	19.947.527	18.538.660
1.02.03.01	Instrumentos de Dívida	741.211	641.445	539.312
1.02.03.02	Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras	1.242.794	3.897	1.032.983
1.02.03.03	Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	20.657.984	17.620.599	16.009.946
1.02.03.04	Benefício Residual em Operações Securitizadas	3.588	7.495	11.214
1.02.03.05	Recebíveis Imobiliários	19.347	21.275	28.655
1.02.03.06	Outros Ativos Financeiros	2.451.147	1.652.816	916.550
1.03	Tributos Diferidos	3.747.366	3.229.305	3.426.000
1.03.02	A Compensar	437.727	285.564	250.160
1.03.03	Diferido	3.309.639	2.943.741	3.175.840
1.04	Outros Ativos	764.854	762.545	937.974
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	287.457	348.909	342.593
1.04.03	Outros	477.397	413.636	595.381
1.06	Imobilizado	28.628	24.093	27.690
1.06.01	Imobilizado de Uso	28.628	24.093	27.690
1.06.01.01	Tangível	28.628	24.093	27.690
1.07	Intangível	306.828	271.839	259.571

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.07.01	Intangíveis	306.828	271.839	259.571

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	33.179.453	27.472.054	26.147.015
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	133.583	176.629	205.102
2.01.01	Derivativos	133.583	176.629	205.102
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	24.180.818	20.624.024	19.667.158
2.03.01	Depósitos de Clientes	11.394.051	9.145.086	4.922.844
2.03.02	Depósitos de Instituições Financeiras	8.661.733	7.723.625	10.321.635
2.03.03	Dívidas Subordinadas	1.884.941	1.976.235	1.771.580
2.03.04	Recursos de Emissão de Títulos	1.868.324	1.249.961	2.249.555
2.03.05	Outros Passivos Financeiros	371.769	529.117	401.544
2.04	Provisões	591.125	608.867	699.659
2.04.01	Provisões para Passivos Contingentes	591.125	608.867	699.659
2.05	Passivos Fiscais	537.524	236.622	277.868
2.05.01	Correntes	343.059	54.209	47.119
2.05.02	Diferido	194.465	182.413	230.749
2.06	Outros Passivos	2.557.765	1.580.876	1.568.715
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	5.178.638	4.245.036	3.728.513
2.08.01	Capital Social Realizado	4.175.222	3.653.410	3.460.732
2.08.01.01	Capital Social - País	3.261.355	3.290.152	3.051.660
2.08.01.02	Capital Social - Exterior	392.055	363.258	409.072
2.08.01.03	Aumento de Capital	521.812	0	0
2.08.02	Reservas de Capital	207.322	207.322	0
2.08.04	Reservas de Lucros	800.676	380.109	268.535
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	-4.582	4.195	-754
2.08.08.01	Outros Resultados Abrangentes	-4.582	4.195	-754

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	7.845.785	6.659.814	7.953.036
3.01.01	Receitas com Juros e Similares	7.845.785	6.659.814	7.953.036
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.095.584	-2.640.307	-3.423.388
3.02.01	Despesas com Juros e Similares	-2.220.162	-1.987.820	-2.488.650
3.02.02	Perda Esperada de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-875.995	-653.276	-940.537
3.02.03	Perdas Esperada com Demais Ativos Financeiros	573	789	5.799
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	4.750.201	4.019.507	4.529.648
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-4.186.443	-3.621.023	-4.457.663
3.04.02	Despesas de Pessoal	-501.695	-420.712	-463.572
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-2.115.151	-1.736.355	-2.053.661
3.04.04	Despesas Tributárias	-222.775	-172.312	-220.000
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	518.579	475.535	129.729
3.04.05.01	Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)	-106.055	-2.048	-316.441
3.04.05.02	Ganhos (Perdas) Líquidas com Ativos Financeiros ao VJORA	2.371	-142	1.983
3.04.05.03	Receitas de Tarifas e Comissões	268.336	254.005	272.178
3.04.05.05	Outras Receitas	353.927	223.720	172.009
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-1.865.401	-1.767.179	-1.847.166
3.04.06.01	Depreciação e Amortização	-49.485	-26.644	-32.379
3.04.06.02	Provisões (Líquidas)	-204.452	-285.322	-514.398
3.04.06.03	Outras Despesas	-1.577.275	-1.433.803	-1.452.691
3.04.06.04	Resultado na Alienação de Ativos não Correntes Mantidos para Venda	-34.189	-21.410	152.302
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	-2.993
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	563.758	398.484	71.985
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	58.057	-200.195	38.114
3.06.01	Corrente	-292.562	-19.122	-9.256
3.06.02	Diferido	350.619	-181.073	47.370
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	621.815	198.289	110.099
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	621.815	198.289	110.099
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	621.815	198.289	110.099

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,54000	0,18000	0,12000

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	621.815	198.289	110.099
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-8.777	4.949	-1.829
4.02.01	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-13.306	7.469	-2.553
4.02.04	Efeito Tributário	4.529	-2.520	724
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	613.038	203.238	108.270
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	613.038	203.238	108.270

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	581.874	474.719	1.025.615
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.787.557	1.222.263	1.720.020
6.01.01.01	Lucro Líquido	621.815	198.289	110.099
6.01.01.02	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	-1.828	-5.988	-2.371
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	49.485	26.644	32.379
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Ativos não Correntes Mantidos para Venda	-8.521	-9.476	-17.003
6.01.01.05	Resultado na Alienação de Ativos não Correntes Mantidos para Venda	42.752	31.253	8.688
6.01.01.06	Perda Esperada em Outros Ativos	3.407	42.943	41.725
6.01.01.07	Resultado de Participação em Coligadas	0	0	2.993
6.01.01.08	(Ganho) na Venda de Investimento	0	0	-183.384
6.01.01.09	Constituição de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	200.210	278.263	514.398
6.01.01.10	Atualizações Monetárias das Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	4.242	7.059	0
6.01.01.11	Perda Esperada com Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	875.995	653.276	1.212.496
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.205.683	-747.544	-694.405
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios	-101.020	750	0
6.01.02.02	Redução/(Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	31.906	-458.033	10.975
6.01.02.03	(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-64.953	777	-83.294
6.01.02.04	(Aumento)/Redução em Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras	-8.898	873.374	95.112
6.01.02.05	(Aumento) em Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	-3.741.178	-2.309.935	-160.805
6.01.02.06	(Aumento)/Redução em Outros Ativos Financeiros	-840.071	-769.155	688.765
6.01.02.07	(Aumento)/Redução em Outros Ativos Fiscais	-513.532	194.175	-77.916
6.01.02.08	(Aumento) em Outros Ativos	-259.563	-40.752	-279.793
6.01.02.09	(Redução)/Aumento em Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	-43.046	-28.473	57.968
6.01.02.10	Aumento/(Redução) em Depósitos de Instituições Financeiras	938.108	-2.598.010	-3.468.690
6.01.02.11	Aumento em Depósitos de Clientes	2.248.965	4.222.242	2.363.629
6.01.02.12	Aumento em Outros Passivos Financeiros	206.535	567.881	169.289
6.01.02.13	Aumento em Passivos Fiscais	471.904	1.084	176.331
6.01.02.14	Aumento/(Redução) em Outros Passivos	640.162	-361.139	-178.110
6.01.02.15	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-171.002	-42.330	-7.866

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	32.520	297.323	337.596
6.02.01	(Aumento)em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-610.897	-570.541	0
6.02.02	Redução em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	565.001	810.628	0
6.02.03	(Aumento) em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	-415.700	-402.555	0
6.02.04	Redução em Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	364.082	345.200	0
6.02.05	Alienação de Ativos não Correntes Mantidos para Venda	213.149	185.094	128.915
6.02.06	Alienação de Investimentos	0	0	229.000
6.02.07	Aumento de Investimentos	0	-765	0
6.02.08	Aquisição do Ativo Tangível	-15.708	-6.644	-1.938
6.02.09	Aplicações do Ativo Intangível	-67.407	-63.094	-18.381
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	598.283	-924.776	-1.218.643
6.03.01	Emissão de Recursos de Emissão de Títulos	1.350.272	693.498	1.275.387
6.03.02	Resgate de Recursos de Emissão de Títulos	-836.178	-1.790.807	-2.371.680
6.03.03	Emissão de Dívidas Subordinadas	8.000	0	0
6.03.04	Resgate de Dívidas Subordinadas	-348.571	-157.667	-122.350
6.03.05	Pagamento de Arrendamento	-10.337	0	0
6.03.06	Aumento de Capital	521.812	400.000	0
6.03.07	Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-86.715	-69.800	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.828	5.988	2.371
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.214.505	-146.746	146.939
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.714	166.460	19.521
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.234.219	19.714	166.460

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.653.410	207.322	380.109	0	4.195	4.245.036	0	4.245.036
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.653.410	207.322	380.109	0	4.195	4.245.036	0	4.245.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	521.812	0	0	-201.248	0	320.564	0	320.564
5.04.01	Aumentos de Capital	521.812	0	0	0	0	521.812	0	521.812
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.248	0	-3.248	0	-3.248
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-198.000	0	-198.000	0	-198.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	621.815	-8.777	613.038	0	613.038
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	621.815	0	621.815	0	621.815
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-8.777	-8.777	0	-8.777
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-8.777	-8.777	0	-8.777
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	420.567	-420.567	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	420.567	-420.567	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.175.222	207.322	800.676	0	-4.582	5.178.638	0	5.178.638

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.460.732	0	268.535	0	-754	3.728.513	0	3.728.513
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.460.732	0	268.535	0	-754	3.728.513	0	3.728.513
5.04	Transações de Capital com os Sócios	192.678	207.322	0	-86.715	0	313.285	0	313.285
5.04.01	Aumentos de Capital	192.678	207.322	0	0	0	400.000	0	400.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-86.715	0	-86.715	0	-86.715
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	198.289	4.949	203.238	0	203.238
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.289	0	198.289	0	198.289
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.949	4.949	0	4.949
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes de Coligadas	0	0	0	0	4.949	4.949	0	4.949
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	111.574	-111.574	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	111.574	-111.574	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.653.410	207.322	380.109	0	4.195	4.245.036	0	4.245.036

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.460.732	195.208	8.622	0	19.761	3.684.323	0	3.684.323
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-12.299	0	15.334	3.035	0	3.035
5.02.01	Mudanças na Adoção Inicial do IFRS 9	0	0	-12.299	0	15.334	3.035	0	3.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.460.732	195.208	-3.677	0	35.095	3.687.358	0	3.687.358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	-195.208	272.212	0	-35.849	41.155	0	41.155
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	110.099	0	110.099	0	110.099
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-195.208	272.212	-110.099	-35.849	-68.944	0	-68.944
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	34.020	-34.020	0	0	0
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes no Exercício	0	0	0	0	-1.829	-1.829	0	-1.829
5.05.02.07	Absorção de Prejuízo	0	-195.208	0	195.208	0	0	0	0
5.05.02.08	Reserva Legal	0	0	8.915	0	0	8.915	0	8.915
5.05.02.09	Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros	0	0	263.297	-269.527	0	-6.230	0	-6.230
5.05.02.10	Juros Sobre o Capital Próprio Provisionados	0	0	0	-69.800	0	-69.800	0	-69.800
5.07	Saldos Finais	3.460.732	0	268.535	0	-754	3.728.513	0	3.728.513

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	5.673.026	4.742.327	5.334.112
7.01.01	Intermediação Financeira	7.845.785	6.659.814	7.953.036
7.01.02	Prestação de Serviços	268.336	254.005	272.178
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-875.422	-652.487	-1.206.697
7.01.04	Outras	-1.565.673	-1.519.005	-1.684.405
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.220.162	-1.987.820	-2.488.650
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.066.923	-1.695.300	-2.008.374
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-4.409	-3.209	-3.201
7.03.02	Serviços de Terceiros	-333.447	-300.473	-229.419
7.03.04	Outros	-1.729.067	-1.391.618	-1.775.754
7.03.04.01	Comissões Pagas a Correspondentes Bancários	-1.127.016	-920.401	-1.194.461
7.03.04.02	Processamento de Dados	-222.961	-175.344	-172.512
7.03.04.03	Serviços do Sistema Financeiro	-166.704	-128.693	-161.707
7.03.04.04	Propaganda, Promoções e Publicações	-65.227	-26.838	-23.538
7.03.04.05	Comunicações	-47.138	-47.332	-44.325
7.03.04.06	Despesas com Busca e Apreensão de Bens	-30.781	-30.066	-39.534
7.03.04.07	Viagens	-6.779	-3.323	-4.197
7.03.04.08	Manutenção e Conservação de Bens	-6.249	-5.161	-4.976
7.03.04.09	Transportes	-5.828	-4.994	-5.633
7.03.04.10	Taxas e Emolumentos	-5.988	-5.995	-8.749
7.03.04.11	Outras	-44.396	-43.471	-116.122
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.385.941	1.059.207	837.088
7.05	Retenções	-49.485	-26.644	-32.379
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.485	-26.644	-32.379
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.336.456	1.032.563	804.709
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	0	-2.993
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-2.993
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.336.456	1.032.563	801.716
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	1.336.456	1.032.563	801.716

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.09.01	Pessoal	435.662	363.244	401.760
7.09.01.01	Remuneração Direta	332.525	278.575	305.795
7.09.01.02	Benefícios	74.627	62.714	67.010
7.09.01.03	F.G.T.S.	21.945	18.670	25.667
7.09.01.04	Outros	6.565	3.285	3.288
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	230.792	429.975	244.570
7.09.02.01	Federais	209.896	410.900	220.612
7.09.02.02	Estaduais	15	5	10
7.09.02.03	Municipais	20.881	19.070	23.948
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	48.187	41.055	45.287
7.09.03.01	Aluguéis	48.187	41.055	45.287
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	621.815	198.289	110.099
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	198.000	86.715	69.800
7.09.04.02	Dividendos	3.248	0	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	420.567	111.574	40.299

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Banco PAN S.A. ("PAN", "Banco" ou "Companhia") e suas subsidiárias submetem à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

LANÇAMENTO DA CONTA DIGITAL

É com grande satisfação que anunciamos o lançamento de Conta Digital com foco nas classes C, D e E. Por meio dela, o cliente passa a ter acesso a uma conta corrente completa: 100% digital, sem tarifa de manutenção, com direito a um pacote mensal gratuito de transferências, saques na Rede 24 horas, depósitos via boleto, pagamentos de contas, além de diversos produtos de crédito e outros serviços.

Ao abrir a conta, o cliente receberá um cartão múltiplo (crédito e/ou débito) sem anuidade e poderá ter acesso a um limite emergencial e crédito pessoal com taxas e valores personalizados. A navegação no *app* do Banco não consumirá a internet do celular e, além disso, ofereceremos descontos em drogarias, supermercados e lojas virtuais por meio de acordos com diversos parceiros. Outra vantagem é que os clientes poderão cadastrar seu cartão de débito para pagamentos digitais de serviços como Netflix, Spotify e Uber.

Como a transparência é um dos principais pilares da estratégia digital, desenvolvemos uma fatura de cartão de crédito clara e de fácil compreensão, com objetivo de proporcionar ao cliente o total entendimento dos valores cobrados. Além disso, temos uma equipe preparada para tirar todas as dúvidas e fazer qualquer esclarecimento sobre a conta digital, além da possibilidade de atendimento via *chatbot*.

O crédito é o nosso principal instrumento para atração, engajamento e monetização de clientes. O uso assertivo de dados é uma grande vantagem da conta, permitindo que nossos modelos de crédito e *pricing* sejam ainda mais personalizados em taxas e limites, entregando exatamente aquilo que o cliente precisa.

Além de crédito, o aplicativo incluirá ainda neste primeiro semestre uma plataforma de planejamento e organização financeira, criando um ambiente de metas e objetivos por meio de gamificação para incentivar o consumo consciente e mostrar como é possível poupar dinheiro. Ao longo de 2020, também serão lançados novos produtos de crédito, oferta de seguros, opções simples de investimento e novos serviços tais como recarga de celular e bilhete único.

O lançamento acontece após um curto período de *'soft launch'* com cerca de 40 mil pessoas. A estratégia de aquisição de clientes para a conta digital será baseada em seis fontes de atração: oferta para a base de clientes ativos e ex-clientes do PAN; fluxo de potenciais clientes solicitando crédito mensalmente; marketing digital; rede física de distribuição; novos parceiros de origemação; e um programa de *'member get member'*.

A conta digital é uma evolução natural do nosso negócio e será um instrumento relevante para otimizarmos as oportunidades de *cross-sell* e *upsell*, para incrementarmos o portfólio de produtos e fidelizarmos ainda mais os nossos clientes. Hoje eles já são mais de 4,9 milhões e outras centenas de milhares de propostas que passam pelo banco mensalmente.

AMBIENTE ECONÔMICO

De acordo com o relatório de crédito do Bacen, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional ('SFN') totalizou R\$ 3,5 trilhões em dezembro, registrando aumento de 1,6% no mês e de 6,5% na comparação anual, com expansão de 11,7% na carteira de crédito às famílias e de 0,2% no crédito a empresas.

O crédito com recursos livres às famílias atingiu saldo de R\$ 1,1 trilhão, apresentando crescimento de 1,9% no mês e 16,6% em doze meses, com destaque para as operações de cartão à vista, crédito consignado e financiamentos de veículos. O crédito livre para empresas

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

encerrou o mês de dezembro com saldo de R\$ 905 bilhões, com alta de 4,6% no mês e de 11,2% nos últimos 12 meses.

A inflação medida pelo IPCA encerrou o mês de dezembro com variação mensal de +1,15%. Dessa forma, o índice encerrou o ano com alta de 4,31%, superando a inflação do ano anterior, de 3,75%. Boa parte da pressão na margem foi causada por um choque externo nos preços das proteínas, com concentração no último bimestre do ano. No entanto, os efeitos secundários já estão contaminando o núcleo da inflação por meio dos alimentos processados e serviços relacionados a alimentação. Embora o aumento nos preços das proteínas tenha levado a inflação a atingir o centro da meta em 2019, também reduziu o risco de um choque altista significativo em 2020.

No mercado de trabalho, de acordo com o CAGED, o Brasil registrou criação de 644 mil vagas de emprego formal em 2019, apresentando maior resultado desde 2013. Os dados do último trimestre de 2019 reforçam o cenário de recuperação econômica, com todos os setores da economia registrando saldo positivo na criação de empregos no último ano.

ESTRUTURA DO BANCO

Somos um dos principais bancos médios do Brasil e atuamos com foco na concessão de empréstimos à pessoas físicas das classes C, D e E, além de servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS, ofertando crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos usados, financiamento de motos novas, cartão de crédito convencional e seguros.

Com 2.456 funcionários e 60 postos de atendimento nas principais cidades do país, estamos presentes em todo território nacional, com uma estrutura asset light, atuando via plataformas digitais com mais de 640 correspondentes bancários originando créditos consignados e mais de 11,5 mil lojas multimarcas e concessionárias oferecendo financiamentos de veículos e motos.

ORIGINAÇÃO DE VAREJO E CARTEIRA DE CRÉDITO

Nos últimos anos ampliamos a utilização de soluções analíticas, migrando de modelagens tradicionais para técnicas mais robustas, utilizando machine learning e deep learning para melhorar nossas ferramentas de análise de crédito. Atualmente utilizamos 36 modelos na análise de crédito, dos quais 22 foram desenvolvidos utilizando ferramentas de inteligência artificial.

Para a aplicação desses modelos, utilizamos mais de 1.100 variáveis estruturadas e não estruturadas, capturadas nas interações com nossos clientes e com o auxílio de parceiros externos. Evoluímos de uma metodologia que consistia, basicamente, na análise do histórico de crédito do cliente, para modelos com abordagem mais ampla, que contemplam, desde o perfil de consumo, até dados socioeconômicos, histórico empregatício e geolocalização do cliente.

Tal evolução propiciou incremento na taxa de aprovação, melhorias nos processos de concessão e manutenção de limites, evolução na automação dos processos de decisão na concessão de crédito e redução nos indicadores de inadimplência, com processos de monitoramento mensal, semanal e diário dos modelos.

Durante o 4º trimestre de 2019, originamos uma média mensal de R\$ 1.846 milhões em novos créditos, frente aos R\$ 1.777 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 1.490 milhões do 4º trimestre de 2018, registrando um crescimento de 4% no trimestre e de 24% em 12 meses.

Em 2019, a origemação média mensal de novos créditos foi de R\$ 1.706 milhões, volume 17% superior à média mensal de R\$ 1.453 milhões em 2018. O crescimento observado na comparação anual foi impulsionado principalmente pelo volume de origemação dos financiamentos de veículos, com crescimento de 32% no período, além do aumento do volume de créditos consignados, que cresceu 12% frente ao volume originado em 2018.

A Carteira de Crédito (*'on-balance'*) encerrou o 4º trimestre com saldo de R\$ 23.785 milhões, praticamente estável em relação ao saldo de R\$ 23.550 milhões no encerramento do 3º trimestre de 2019 em função de maior volume de cessão de consignado no trimestre, mas 16% superior ao saldo de R\$ 20.574 milhões do 4º trimestre de 2018. A carteira *core* - composta pelas carteiras de crédito consignado, financiamento de veículos e cartões de crédito

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- apresentou crescimento de 20% nos últimos 12 meses. Já as carteiras de Crédito Corporativo e Imobiliário, ambas em *run off*, apresentaram recuo de 26% e 38% em 12 meses, respectivamente.

Neste 4º trimestre, a carteira de consignado registrou queda de 3% devido, principalmente, ao maior volume de cessão. A queda dessa carteira provocou uma desaceleração no ritmo de crescimento da carteira de crédito, além da mudança no *mix* de produtos/clientes ocasionando, conjuntamente, um movimento de 0,4% no índice de créditos vencidos acima de 90 dias. O indicador passou, portanto, de 5,4% no 3º trimestre para 5,9% no 4º trimestre de 2019. É importante ressaltar que a despesa de PDD/carteira tem se mantido estável e os spreads das operações seguem em patamares robustos.

Além de reter créditos em carteira, temos como estratégia ceder créditos sem coobrigação para terceiros, cujo montante no 4º trimestre de 2019 foi de R\$ 1.680 milhões, frente aos R\$ 1.097 milhões cedidos no 3º trimestre de 2019. No ano de 2019 o total de créditos cedidos sem obrigação foi de R\$ 4.723 milhões, frente aos R\$ 4.831 milhões cedidos em 2018.

O saldo de Carteira de Crédito Originada, que considera tanto a carteira *on-balance*, como o saldo das carteiras cedidas para os acionistas controladores (*carteira off-balance*), se manteve estável em R\$ 32,2 bilhões.

CONSIGNADO (Empréstimo e Cartão de Crédito)

Em abril de 2019, lançamos para todos os parceiros comerciais uma plataforma inovadora que permite a contratação digital de empréstimos consignados, 100% *paperless* e com assinatura por biometria facial. A contratação digital torna a operação mais eficiente e rentável, trazendo economia de custo, mais segurança e maior velocidade na contratação, gerando uma experiência melhor para todos os envolvidos. Desde o lançamento, o volume total dos empréstimos formalizados digitalmente superou R\$ 2,0 bilhões, representando 33% dos contratos formalizados em dezembro.

Essa plataforma, aliada ao posicionamento de mercado e ao relacionamento com os parceiros comerciais, permite que o PAN se mantenha como *player* relevante em convênios federais, figurando entre os maiores originadores no mercado de crédito a beneficiários e pensionistas do INSS.

No 4º trimestre de 2019, concedemos R\$ 2.508 milhões em empréstimos para servidores públicos e beneficiários do INSS, frente aos volumes de R\$ 2.770 milhões no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 2.160 milhões no 4º trimestre de 2018, registrando crescimento de 16% em 12 meses. Em cartões de crédito consignado, originamos R\$ 232 milhões no 4º trimestre de 2019, frente aos R\$ 222 milhões originados no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 199 milhões originados no 4º trimestre de 2018, registrando alta de 13% em 12 meses.

No ano de 2019 originamos um volume de R\$ 10.392 milhões em empréstimos consignados e R\$ 891 milhões em cartões consignado, frente aos volumes de R\$ 9.356 milhões de empréstimos e R\$ 696 milhões em cartões originados em 2018, um crescimento de 12% na origem total de créditos consignados na comparação anual.

A carteira de empréstimos consignados encerrou o trimestre com saldo de R\$ 10.684 milhões, frente aos R\$ 11.150 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 9.328 milhões do 4º trimestre de 2018, com redução de 4% no trimestre e aumento de 15% na comparação anual. Já a carteira de cartões de crédito consignado encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.822 milhões, registrando crescimento de 5% frente ao saldo de R\$ 1.732 milhões do trimestre anterior e alta de 22% em relação ao saldo de R\$ 1.496 milhões no encerramento de 2018.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Assim como no consignado, 2019 também foi um ano de transformação na forma de ofertar o financiamento de veículos. No final de outubro, lançamos a plataforma de formalização digital que vai contribuir ainda mais para os ganhos de eficiência e já vem mostrando resultados importantes. No encerramento de dezembro, o volume de financiamentos contratados digitalmente e assinados via biometria facial já somavam R\$ 198 milhões. Também temos uma plataforma exclusiva que permite a simulação de financiamento e pré-análise de crédito com poucas informações, além do acompanhamento das propostas e

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

emissão do laudo do veículo, proporcionando agilidade ao processo e uma melhor experiência para nosso parceiro comercial e cliente final.

Atuamos com foco no financiamento de carros usados (majoritariamente entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas, capturando os benefícios de nossa expertise em crédito e cobrança para otimizar a relação risco x retorno. Originamos os financiamentos através de lojas multimarcas e concessionárias parceiras trazendo maior pulverização à nossa operação.

Em motos, somos líder no segmento, excluindo banco de montadora. A atuação em nicho específico garante uma excelente performance, atuando inclusive com público mais jovem, capturando ganhos dado nosso longo histórico, experiência e conhecimento de crédito.

No 4º trimestre de 2019, foram originados R\$ 1.621 milhões em novos financiamentos de veículos leves e motos, em comparação aos R\$ 1.408 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 1.244 milhões originados no 4º trimestre de 2018, reflexo da nova abordagem de crédito, implementação de simulador e nova jornada de contratação.

A originação de veículos leves foi de R\$ 1.272 milhões no 4º trimestre de 2019, frente aos R\$ 1.109 milhões originados no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 995 milhões originados no 4º trimestre de 2018, enquanto que no segmento de motos, foram originados R\$ 349 milhões no 4º trimestre de 2019, frente aos R\$ 300 milhões no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 249 milhões no 4º trimestre de 2018.

A carteira de crédito de veículos encerrou o trimestre em R\$ 8.854 milhões, registrando alta de 8% em relação aos R\$ 8.224 milhões do 3º trimestre de 2019 e de 27% em relação aos R\$ 6.980 milhões ao final do 4º trimestre de 2018.

MEIOS DE PAGAMENTOS (CARTÕES DE CRÉDITO)

A evolução contínua da jornada digital de nossos clientes segue como prioridade. Além da disponibilização de *chatbot* e unidade de resposta audível (URA) humanizada, que proporcionam conveniência e agilidade no atendimento, reformulamos o APP, com modernas técnicas de *desing thinking*, com o objetivo de melhorar a experiência dos usuários, aprimorar o relacionamento e aumentar sua interação com o Banco.

Além disso, continuamos investindo fortemente na captura de novos clientes, principalmente nos ambientes digitais. Implementamos melhorias na jornada de contratação do produto diretamente pelo site do Banco, aumentamos o investimento em mídias digitais e intensificamos o relacionamento com parceiros para ampliação da distribuição dos cartões de crédito em *marketplaces* e lançamento de cartões *co-branded*.

Como resultado dessa estratégia, foram emitidos 177 mil novos cartões de crédito no 4º trimestre, registrando expressivo crescimento frente aos 55 mil emitidos no mesmo período de 2018. Ao longo de 2019 emitimos 505 mil cartões de crédito, frente aos 223 mil emitidos em 2018, volume também alavancado pelo aumento das ações de venda, mudanças relevantes no *cross sell* e com elevação da eficiência em *analytics* e CRM. Finalizamos 2019 com aproximadamente dois terços das nossas faturas emitidas digitalmente, crescendo esse número em mais de 50% em relação ao início do ano.

Durante o 4º trimestre de 2019, as transações efetuadas com cartões de crédito somaram R\$ 1.178 milhões, registrando um aumento de 26% frente aos R\$ 934 milhões transacionados no 3º trimestre de 2019, e 36% frente aos R\$ 866 milhões do 4º trimestre de 2018. No ano de 2019 foram transacionados R\$ 3.686 milhões, representando um crescimento de 14% frente aos R\$ 3.222 milhões em 2018. Este crescimento é justificado não somente pelo volume de emissões, como pelo aumento de promoções e campanhas de incentivo e melhorias nos processos de entrega e autorização de uso dos cartões.

A carteira de cartões encerrou o trimestre com saldo de R\$ 1.087 milhões, registrando crescimentos de 14% e 24% frente aos saldos de R\$ 953 milhões e R\$ 877 milhões, do 3º trimestre de 2019 e do 4º trimestre de 2018, respectivamente.

SEGUROS

Originamos R\$ 85,1 milhões em prêmios de seguros no 4º trimestre de 2019, volume 13% superior aos R\$ 75,4 milhões originados no 3º trimestre e 29% superior aos R\$ 65,7 milhões no 4º trimestre de 2018. Dentre os prêmios originados no trimestre, observam-se: R\$ 70,2 milhões em seguros de proteção de crédito, R\$ 6,8 milhões em seguros de cartões, R\$ 3,4

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

milhões em seguros habitacionais, e R\$ 4,7 milhões em outros seguros (PAN Moto Assistência).

Durante o ano de 2019, foram originados R\$ 291 milhões em prêmios, um incremento de 27% em relação aos R\$ 228 milhões originados em 2018.

CRÉDITO PARA EMPRESAS (*run off*)

A carteira de Crédito para Empresas, que inclui fiança, encerrou o trimestre com saldo de R\$ 732 milhões, frente ao saldo de R\$ 811 milhões ao final do 3º trimestre de 2019 e ao saldo de R\$ 995 milhões no 4º trimestre de 2018. Esta carteira apresenta uma diversificação de riscos adequada com alta pulverização entre setores e grupos econômicos, além de possuir garantias. A carteira, sem fiança, está integralmente provisionada.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO (*run off*)

O saldo dos créditos imobiliários concedidos para Pessoas Físicas encerrou o 4º trimestre de 2019 em R\$ 442 milhões, frente aos R\$ 466 milhões no 3º trimestre de 2019 e R\$ 548 milhões no 4º trimestre de 2018, apresentando nível conservador de provisionamento.

Os créditos concedidos para Pessoa Jurídica totalizavam R\$ 54 milhões (integralmente provisionados) no encerramento do 4º trimestre de 2019, frente aos R\$ 113 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 254 milhões do 4º trimestre de 2018.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 23,7 bilhões no encerramento de 2019, com aumento da diversificação e alongamento do prazo. A captação via depósitos a prazo cresceu 25% em 12 meses contribuindo de forma relevante para a dispersão da nossa base de captação, que apresentava a seguinte composição no encerramento de 2019: (i) R\$ 11,4 bilhões em depósitos a prazo, representando 48% do total; (ii) R\$ 8,4 bilhões em depósitos interfinanceiros, ou 35% do total; (iii) R\$ 1,9 bilhão referente a emissões de títulos no exterior, ou 8% do total; (iv) R\$ 1,5 bilhão referente a emissões de letras financeiras, ou 7% do total; (v) letras de crédito imobiliário e do agronegócio, com saldo de R\$ 336 milhões, ou 1% do total; e (vi) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 228 milhões, equivalentes a 1% das captações totais.

RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA GERENCIAL – NIM

No 4º trimestre de 2019, a NIM foi de 19,9% a.a. frente aos 18,4% a.a. do 3º trimestre de 2019 e aos 15,6% a.a. do 4º trimestre de 2018. Este patamar está relacionado aos *spreads* robustos das operações de crédito e também por cessão de carteira.

Majoração da Alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Em 12 de novembro de 2019, foi publicada a Emenda Constitucional 103/2019, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos de qualquer espécie. Esta mudança gerou um resultado extraordinário de R\$ 337 milhões em decorrência da ativação do crédito tributário e adotamos as seguintes medidas:

- (i) baixa de R\$ 141 milhões de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal ("CTPF") da empresa de Arrendamento Mercantil para que não houvesse aumento no estoque de CTPF do Conglomerado; e
- (ii) provisionamento adicional de R\$ 338 milhões (R\$ 186 milhões líquido de IR/CSLL) nos *businesses* em *run off*, reforçando ainda mais o balanço da Companhia.

Dessa forma, o efeito final foi de R\$ 10 milhões no lucro líquido do 4T19.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS COM PDD

Nossa estratégia é orientada por profissionais experientes e por modelos analíticos que utilizam ferramentas de inteligência artificial que, por sua vez, avaliam a propensão de pagamento do cliente e sua capacidade financeira em relação à dívida contratada. Em 2019, aprimoramos os modelos de *collection scoring* baseados em múltiplas variáveis e com uso de *machine learning* para segmentação do público em *clusters* para: (i) ofertas personalizadas de desconto; (ii) produtos de renegociação (refinanciamento de contrato ou parcelamento de dívida em atraso); e (iii) ações conciliatórias e judiciais.

Essa orientação por *collection score* permitiu definir múltiplas possibilidades de ofertas e recomendações nas interações humanas e digitais com o cliente, com integrações (*Open API*) que permitem a negociação e disponibilização do boleto de pagamento de forma automática. A recuperação de créditos em atraso via plataformas digitais foi de R\$ 159 milhões no 4º trimestre, totalizando um volume de R\$ 611 milhões recuperados digitalmente no ano de 2019.

Desconsiderando as provisões adicionais nos *businesses* em *run off* mencionadas anteriormente, as despesas de provisões para créditos totalizaram R\$ 301 milhões no trimestre, frente aos R\$ 306 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 277 milhões do 4º trimestre de 2018. A recuperação de créditos anteriormente baixados a prejuízo foi de R\$ 59 milhões no 4º trimestre de 2019. Dessa forma, a despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 243 milhões, frente aos R\$ 248 milhões no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 207 milhões no 4º trimestre de 2018.

CUSTOS E DESPESAS

As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 402 milhões no 4º trimestre de 2019, frente aos R\$ 365 milhões no 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 268 milhões do 4º trimestre de 2018. A alta é justificada em grande parte pelo aumento de quadro, despesas e investimentos relacionados ao banco digital, além de campanhas publicitárias e gastos com *marketing*. Em 2019, as despesas totalizaram R\$ 1.336 milhões, frente aos R\$ 1.088 milhões em 2018.

As despesas com originação de créditos somaram R\$ 247 milhões ao final do trimestre, frente aos R\$ 233 milhões do 3º trimestre de 2019 e aos R\$ 196 milhões do 4º trimestre de 2018. Em 2019, as despesas com originação somaram R\$ 959 milhões, frente aos R\$ 809 milhões de 2018.

RESULTADO LÍQUIDO

No 4º trimestre de 2019, registramos lucro líquido de R\$ 167,6 milhões, com crescimento de 25% em relação ao lucro de R\$ 134,6 milhões do 3º trimestre de 2019 e alta de 128% frente ao lucro de R\$ 73,6 milhões do 4º trimestre de 2018. O Lucro Líquido Acumulado em 2019 totalizou R\$ 516 milhões, com crescimento de 133% frente ao Lucro Acumulado de R\$ 221,5 milhões em 2018.

Os principais fatores que sustentaram os resultados dos últimos trimestres foram: (i) melhoria da margem financeira; e (ii) provisões de crédito recorrente sob controle.

O retorno anualizado sobre patrimônio líquido médio foi de 13,7% no 4º trimestre de 2019, frente ao retorno de 11,9% no 3º trimestre de 2019 e de 7,2% no 4º trimestre de 2018. O retorno ajustado anualizado (não auditado) foi de 24,6% no 4º trimestre de 2019, frente aos retornos de 23,4% no 3º trimestre de 2019 e de 17,3% no 4º trimestre de 2018. No ano de 2019, o retorno sobre patrimônio líquido médio foi de 11,4%, frente ao retorno de 5,8% em 2018, e o retorno ajustado (não auditado) foi de 22,5% e 15,5% respectivamente.

O ajuste consiste na adequação de dois legados remanescentes: (i) o excesso de despesa financeira de CDB pré-fixados emitidos entre 2005 e 2008 (com vencimento médio em 2023), comparado ao que o PAN paga atualmente para o mesmo prazo no mercado e (ii) o excedente de crédito tributário de prejuízo fiscal, em relação ao mercado bancário, advindo das inconsistências contábeis encontradas em 2010.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E CAPITAL

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 4.926 milhões em dezembro de 2019, frente aos R\$ 4.831 milhões em setembro de 2019 e aos R\$ 4.096 milhões em dezembro de 2018.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

O Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial encerrou o 4º trimestre de 2019 em 15,6% integralmente composto por Capital Principal frente aos 15,7% registrados ao final do 3º trimestre de 2019, integralmente composto por Capital Principal, e aos 14,1%, com 12,2% de Capital Principal, registrados no 4º trimestre de 2018.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o PAN contratou a PwC em 2019 para: (i) prestar serviço de revisão de *Compliance* com os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no valor de R\$ 250 mil, e (ii) prestar serviço de *Assessment de Cybersecurity* para adequação aos processos da nova regulamentação Bacen nº 4.658/18 no valor de R\$ 275 mil; (iii) prestar serviço de tecnologia forense no âmbito de *Cybersecurity* no valor de R\$ 895 mil; e (iv) despesas decorrentes do *follow on* no valor de R\$ 1.003 mil. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do Pan, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS - BRGAAP

Balanco Patrimonial Consolidado

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		<u>14.725.201</u>	<u>10.950.678</u>
Disponibilidades	5	<u>4.220</u>	<u>19.714</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	<u>1.242.794</u>	<u>3.897</u>
Aplicações no mercado aberto		1.229.999	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		12.795	3.897
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	<u>729.714</u>	<u>360.888</u>
Carteira própria	7.a	145.772	219.350
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	3.654	113.400
Instrumentos financeiros derivativos	7.a / 7.c	288.103	27.363
Vinculados ao Banco Central	7.a	215.420	-
Vinculados a prestação de garantias	7.a	76.765	775
Relações interfinanceiras		<u>127.540</u>	<u>4.493</u>
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		101.569	549
Correspondentes no país		25.971	3.944
Operações de crédito	8	<u>8.901.566</u>	<u>7.912.848</u>
Operações de crédito - setor privado		9.892.003	8.795.475
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(990.437)	(882.627)
Operações de arrendamento mercantil	8	<u>-</u>	<u>-</u>
Operações de arrendamento a receber		-	29
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	-	(29)
Outros créditos		<u>3.404.182</u>	<u>2.273.380</u>
Carteira de câmbio	9.a	-	38.858
Rendas a receber		1.874	1.760
Negociação e intermediação de valores		3.066	2.474
Recebíveis imobiliários	10	3.521	5.161
Titulos e créditos a receber	8 / 11	1.043.727	835.472
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(164.230)	(106.450)
Diversos	11	2.516.224	1.496.105
Outros valores e bens		<u>315.185</u>	<u>375.458</u>
Outros valores e bens	12.a	373.676	403.834
(Provisão para desvalorização)	12.a	(86.219)	(54.925)
Despesas antecipadas	12.b	27.728	26.549

Notas Explicativas

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>17.857.934</u>	<u>16.079.228</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	<u>1.646.041</u>	<u>1.852.776</u>
Carteira própria	7.a	826.459	1.225.198
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	294.290	155.777
Instrumentos financeiros derivativos	7.a / 7.c	-	251.795
Vinculados ao Banco Central	7.a	314.016	-
Vinculados à prestação de garantias	7.a	211.276	220.006
Operações de crédito	8	<u>11.986.053</u>	<u>10.344.899</u>
Operações de crédito - setor privado		12.593.392	10.663.658
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(607.339)	(318.759)
Outros créditos		<u>4.168.987</u>	<u>3.803.881</u>
Recebíveis imobiliários	10	1.067	1.806
Titulos e créditos a receber	8 / 11	98.970	79.216
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(66.729)	(23.788)
Diversos	11	4.135.679	3.746.647
Outros valores e bens		<u>56.853</u>	<u>77.672</u>
Despesas antecipadas	12.b	56.853	77.672
PERMANENTE		<u>214.996</u>	<u>200.525</u>
Investimentos		<u>1.144</u>	<u>1.144</u>
Outros investimentos	13.b	1.144	1.144
Imobilizado	14	<u>28.628</u>	<u>24.093</u>
Outras imobilizações de uso		80.456	70.991
(Depreciações acumuladas)		(51.828)	(46.898)
Intangível	15	<u>185.224</u>	<u>175.288</u>
Ativos intangíveis		490.955	442.804
(Amortizações acumuladas)		(305.731)	(267.516)
TOTAL DO ATIVO		<u>32.798.131</u>	<u>27.230.431</u>

Notas Explicativas

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		19.245.083	14.048.259
Depósitos	16.a	12.745.468	10.494.341
Depósitos à vista		26.574	17.319
Depósitos interfinanceiros		8.365.928	7.429.710
Depósitos a prazo		4.352.966	3.047.312
Captações no mercado aberto	16.b	199.993	162.094
Carteira própria		199.993	162.094
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	650.925	621.507
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		650.925	621.507
Relações interfinanceiras	17	933.731	728.628
Recebimentos de Pagamentos a Liquidar		796.912	615.912
Correspondentes no país		136.819	112.716
Relações interdependências		247	14
Recursos em trânsito de terceiros		247	14
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	124.979	91.760
Instrumentos financeiros derivativos		124.979	91.760
Outras obrigações		4.589.740	1.949.915
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.176	4.921
Sociais e estatutárias		266.277	136.232
Fiscais e previdenciárias	20.a	346.731	58.210
Negociação e intermediação de valores		20.481	7.336
Dívidas subordinadas	18	1.876.865	208.154
Diversas	20.b	2.072.210	1.535.062
PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		8.626.878	9.086.236
Depósitos	16.a	7.014.511	6.116.903
Depósitos interfinanceiros		-	33.728
Depósitos a prazo		7.014.511	6.083.175
Captações no mercado aberto	16.b	95.812	98.093
Carteira própria		95.812	98.093
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	1.217.399	628.454
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.217.399	628.454
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	-	83.361
Instrumentos financeiros derivativos		-	83.361
Outras obrigações		299.156	2.159.425
Fiscais e previdenciárias	20.a	94.982	81.270
Dívidas subordinadas	18	8.455	1.769.978
Diversas	20.b	195.719	308.177
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		2	17
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	4.926.168	4.095.919
Capital social:		3.653.410	3.653.410
De domiciliados no País		3.261.355	3.290.152
De domiciliados no Exterior		392.055	363.258
Aumento de capital		521.812	-
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		557.982	243.295
Ajustes de avaliação patrimonial		(14.358)	(8.108)
TOTAL DO PASSIVO		32.798.131	27.230.431

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado Consolidado

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		8.190.959	7.099.373
Rendas de operações de crédito	8.g	8.124.178	6.901.778
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	842	259
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	153.584	183.259
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	(101.386)	27
Resultado de operação de câmbio	9.b	4.958	12.386
Resultado das aplicações compulsórias		8.783	1.664
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.787.614)	(3.159.715)
Operações de captação no mercado	16.d	(2.225.116)	(2.019.310)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(1.562.498)	(1.140.405)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.403.345	3.939.658
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(4.013.013)	(3.461.382)
Receitas de prestação de serviços	22	417.654	377.558
Despesas de pessoal	23	(501.695)	(420.712)
Outras despesas administrativas	24	(2.164.636)	(1.762.999)
Despesas tributárias	25	(222.775)	(172.312)
Outras receitas operacionais	26.a	333.336	327.544
Outras despesas operacionais	26.b	(1.874.897)	(1.810.461)
RESULTADO OPERACIONAL		390.332	478.276
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	27	(34.189)	(21.410)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		356.143	456.866
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31.a	159.792	(235.351)
Provisão para imposto de renda		(188.630)	(11.321)
Provisão para contribuição social		(117.643)	(8.061)
Ativo fiscal diferido		466.065	(215.969)
LUCRO LÍQUIDO		515.935	221.515

Notas Explicativas

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO		515.935	221.515
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	24	42.021	26.644
Amortização de ágio	26.b	25.053	25.053
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	19	200.210	278.263
Atualizações monetárias das provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	19	4.242	7.059
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	27	(8.521)	(9.476)
Resultado na alienação de outros valores e bens	27	42.752	31.253
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	1.562.498	1.140.405
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(466.065)	215.969
Resultado líquido ajustado		1.918.125	1.936.685
Varição de Ativos e Passivos:			
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(8.898)	873.374
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(61.882)	(396.802)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos		(59.087)	(135.313)
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras		82.056	(100.600)
(Aumento) em operações de crédito		(4.150.758)	(2.901.699)
Redução em operações de arrendamento mercantil		28	141
(Aumento) em outros créditos		(1.070.911)	(600.410)
(Aumento) em outros valores e bens		(165.291)	(153.533)
Aumento em depósitos		3.148.735	2.955.691
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto		35.618	(1.331.300)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		104.269	97.715
Aumento em outras obrigações		972.145	263.929
Aumento/(Redução) em relações interdependências		233	(4.495)
(Redução) em resultado de exercícios futuros		(15)	(75)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(171.002)	(42.330)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		573.365	460.978
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(610.897)	(570.541)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		565.001	810.628
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(415.700)	(402.555)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		364.082	345.200
Alienação de bens não de uso próprio		213.149	185.094
(Aquisição) de investimentos		-	(765)
(Aquisição) de imobilizado	14.b	(15.708)	(6.644)
(Aumento) de intangível	15.b	(67.407)	(63.094)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		32.520	297.323
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos		1.350.272	693.498
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos		(836.178)	(1.790.807)
Emissão de dívidas subordinadas		8.000	-
Resgate de dívidas subordinadas		(348.571)	(137.938)
Aumento de capital	21.b	521.812	400.000
Juros sobre o capital próprio pagos		(86.715)	(69.800)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		608.620	(905.047)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.214.505	(146.746)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	5	19.714	166.460
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	5	1.234.219	19.714
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos		(2.130.288)	(1.926.508)
Juros recebidos		8.249.231	7.532.365
Transferência de ativos não de uso próprio		1.890	(2.006)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda		9.476	7.994

Notas Explicativas

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS		5.495.418	4.857.252
Intermediação financeira		8.190.959	7.099.373
Prestação de serviços	22	417.654	377.558
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(1.562.498)	(1.140.405)
Outras receitas/(despesas)		(1.550.697)	(1.479.274)
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.d	(2.225.116)	(2.019.310)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(2.066.923)	(1.695.300)
Materiais, energia e outros	24	(4.409)	(3.209)
Serviços de terceiros	24	(333.447)	(300.473)
Comissões pagas a correspondentes bancários	24	(1.127.016)	(920.401)
Outras		(602.051)	(471.217)
Processamento de dados	24	(222.961)	(175.344)
Serviços do sistema financeiro	24	(166.704)	(128.693)
Comunicações	24	(47.138)	(47.332)
Despesas com busca e apreensão de bens	24	(30.781)	(30.066)
Propaganda, promoções e publicações	24	(65.227)	(26.838)
Transportes	24	(5.828)	(4.994)
Manutenção e conservação de bens	24	(6.249)	(5.161)
Taxas e emolumentos	24	(5.988)	(5.995)
Viagens	24	(6.779)	(3.323)
Outras		(44.396)	(43.471)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.203.379	1.142.642
DEPRECIações E AMORTIZAções		(67.074)	(51.697)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		1.136.305	1.090.945
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		1.136.305	1.090.945
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		1.136.305	1.090.945
Pessoal		435.662	363.244
Remuneração direta	23	332.525	278.575
Benefícios	23	74.627	62.714
FGTS		21.945	18.670
Outros	23	6.565	3.285
Impostos, taxas e contribuições		129.057	465.131
Federal		108.161	446.056
Estadual		15	5
Municipal		20.881	19.070
Remuneração de capitais de terceiros		55.651	41.055
Aluguéis	24	55.651	41.055
Remuneração de capitais próprios		515.935	221.515
Juros sobre o capital próprio provisionado	21.d	201.248	86.715
Lucros retidos		314.687	134.800

Notas Explicativas

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. ("Banco PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, financiamento de máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3.h). Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis individuais em receitas de intermediação financeira.

O Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pela Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, mediante acordo de acionistas.

Em 08/03/2019, a acionista co-controladora CAIXAPAR notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista co-controlador BTG Pactual no âmbito do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 6/11/2017, no montante de R\$ 400.000.001,04, e homologado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 18/04/2018 ("Exercício de Opção de Compra"). A liquidação da Opção de Compra, com a efetiva transferência das ações, foi concluída em 24/12/2019.

Adicionalmente, conforme divulgado em fatos relevantes publicados nos dias 09/09/2019 e 19/09/2019, o Banco PAN efetuou oferta pública primária de 63.250.000 novas ações preferenciais de sua emissão, já considerando o lote adicional ("Oferta Primária"), bem como oferta pública secundária de 63.250.000 ações preferenciais de emissão do Banco PAN e titularidade da CAIXAPAR, já considerando o lote adicional ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, a "Oferta"). No dia 19/09/2019, o Conselho de Administração da Instituição e da CAIXAPAR aprovaram, no contexto da Oferta, o preço por ação de R\$ 8,25, resultando em um montante total da Oferta de R\$ 1.043.625.000,00, sendo R\$ 521.812.500,00 no âmbito da Oferta Primária e um consequente aumento do capital social do Banco PAN no valor de R\$ 521.812.500,00.

O aumento de capital, decorrente da Oferta Primária, foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020, e comunicado à Instituição em 15/01/2020, de forma que o capital social do Banco PAN passa a ser de R\$ 4.175.222.121,46, representado por 1.205.056 mil ações, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
BTG Pactual	334.131	50,8	142.149	26,0	476.280	39,5
CAIXAPAR	323.430	49,2	89.600	16,4	413.030	34,3
Mercado	-	-	315.747	57,7	315.747	26,2
Total	657.561	100,0	547.495	100,0	1.205.056	100,0

Notas Explicativas

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis do Banco e suas empresas controladas (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco PAN foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 29/01/2020.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2019	31/12/2018
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00

3) Principais Práticas Contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação:

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Notas Explicativas

e) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e apresentados no balanço patrimonial, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. São classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida

Notas Explicativas

às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7c.

g) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata-dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59º dia de atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

h) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Notas Explicativas

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

i) Outros valores e bens:

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio, correspondem a bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados. As despesas antecipadas correspondem a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

j) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

k) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

l) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos

Notas Explicativas

com aquisição e desenvolvimentos logiciais. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota Explicativa 31.

o) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de Administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;

Notas Explicativas

- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis ou remotas, devendo ser apenas, divulgados em notas explicativas, quando relevantes; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

r) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

s) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações contábeis.

t) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

u) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

4) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado por Segmento de Negócio

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante e realizável a longo prazo	32.205.110	73.531	226.957	426.741	(349.204)	32.583.135
Disponibilidades	1.443	25	2.768	19	(35)	4.220
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.242.794	8.052	-	-	(8.052)	1.242.794
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.131.333	50.300	155.556	372.236	(333.670)	2.375.755
Relações interfinanceiras	127.540	-	-	-	-	127.540
Operações de crédito e de arrendamento mercantil (6)	20.887.619	-	-	-	-	20.887.619
Outros créditos e outros valores e bens	7.814.381	15.154	68.633	54.486	(7.447)	7.945.207
Permanente	887.793	213	1.026	1.877	(675.913)	214.996
Total em 31/12/2019	33.092.903	73.744	227.983	428.618	(1.025.117)	32.798.131
Total em 31/12/2018	27.494.548	69.861	225.253	404.791	(964.022)	27.230.431

Passivo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Circulante e exigível a longo prazo	28.166.735	17.821	14.306	18.959	(349.204)	27.871.963
Depósitos	20.093.684	-	-	-	(333.705)	19.759.979
Captações no mercado aberto	303.857	-	-	-	(8.052)	295.805
Recursos de emissão de títulos	1.868.324	-	-	-	-	1.868.324
Relações interfinanceiras e interdependências	933.978	-	-	-	-	933.978
Instrumentos financeiros derivativos	124.979	-	-	-	-	124.979
Outras obrigações	4.841.913	17.821	14.306	22.305	(7.447)	4.888.898
Patrimônio líquido	4.926.168	55.923	213.677	406.313	(675.913)	4.926.168
Total em 31/12/2019	33.092.903	73.744	227.983	428.618	(1.025.117)	32.798.131
Total em 31/12/2018	27.494.548	69.861	225.253	404.791	(964.022)	27.230.431

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Outros (4)	Eliminações (5)	Total
Receitas da intermediação financeira	8.149.309	3.302	13.393	44.250	(19.295)	8.190.959
Despesas da intermediação financeira	(3.806.909)	-	-	-	19.295	(3.787.614)
Resultado bruto	4.342.400	3.302	13.393	44.250	-	4.403.345
Outras receitas/(despesas) operacionais	(3.972.252)	6.198	(6.799)	(1.137)	(39.023)	(4.013.013)
Resultado não operacional	(33.982)	-	(207)	-	-	(34.189)
Provisão para IR e CSLL	179.769	(3.231)	(2.136)	(14.610)	-	159.792
Resultado Líquido em 31/12/2019	515.935	6.269	4.251	28.503	(39.023)	515.935
Resultado Líquido em 31/12/2018	221.515	5.129	831	15.990	(21.950)	221.515

- (1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A. e Pan Arrendamento Mercantil S.A.;
(2) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;
(3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
(4) Representado pela empresa BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Finance & Real Estate S.A.;
(5) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes; e
(6) Valores líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades em moeda nacional	225	313	3.004	3.653
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.216	16.061	1.216	16.061
Subtotal (caixa)	1.441	16.374	4.220	19.714
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.229.999	-	1.229.999	-
Total	1.231.440	16.374	1.234.219	19.714

(1) Inclui as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Notas Explicativas

6) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição e prazos:

Banco e Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações no Mercado Aberto:	1.229.999	-	-	-	1.229.999	-
Posição Bancada	1.229.999	-	-	-	1.229.999	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	594.904	-	-	-	594.904	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	635.095	-	-	-	635.095	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	12.795	-	12.795	3.897
Total em 31/12/2019	1.229.999	-	12.795	-	1.242.794	-
Total em 31/12/2018	-	-	-	3.897	-	3.897

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	19.057	65.448
Posição bancada	18.979	58.357
Posição financiada	78	6.805
Posição vendida	-	286
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	253	888
Total (Nota 7.d)	19.310	66.336

Notas Explicativas

7) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2019 e em 31/12/2018, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos e valores mobiliários	1.843.230	1.700.784	2.087.652	1.934.506
Carteira própria:	727.913	1.213.212	972.231	1.444.548
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	-	428
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	244.318	230.908
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	177.520	621.156	177.520	621.156
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	200.450	-	200.450
Notas do Tesouro Nacional – NTN	550.051	391.264	550.051	391.264
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	342	342	342	342
Vinculados ao Banco Central:	529.436	-	529.436	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (1)	529.436	-	529.436	-
Vinculados a compromisso de recompra:	297.944	269.177	297.944	269.177
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	107.126	112.407	107.126	112.407
Notas do Tesouro Nacional – NTN	190.818	156.770	190.818	156.770
Vinculados à prestação de garantias:	287.937	218.395	288.041	220.781
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	287.937	218.395	287.937	218.395
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	-	104	2.386
Instrumentos financeiros derivativos:	288.103	279.158	288.103	279.158
Diferenciais a receber de <i>swap</i>	288.103	275.298	288.103	275.298
Opções	-	3.860	-	3.860
Total	2.131.333	1.979.942	2.375.755	2.213.664

(1) Valor vinculado ao BACEN, decorrente do aumento de capital do Banco PAN aprovado pelo Conselho de Administração em 19/09/2019, que foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020 (Nota 21.a).

Notas Explicativas

b) Composição por categorias e prazos:

Banco	31/12/2019								31/12/2018	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação	-	283	321.062	38.437	-	359.782	359.821	(39)	401.225	1.091
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	283	321.062	38.437	-	359.782	359.821	(39)	293.848	11
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	585	7
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	106.792	1.073
Títulos disponíveis para venda	-	417.898	299.157	25.182	-	742.237	742.234	3	658.114	93
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	417.898	299.157	25.182	-	742.237	742.234	3	658.110	93
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Títulos mantidos até o vencimento	342	-	469.890	128.439	142.540	741.211	741.211	-	641.445	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	199.865	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	469.890	128.439	142.540	740.869	740.869	-	441.238	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	342	-
Total	342	418.181	1.090.109	192.058	142.540	1.843.230	1.843.266	(36)	1.700.784	1.184

Notas Explicativas

Consolidado	31/12/2019								31/12/2018	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:	-	283	321.062	38.437	-	359.782	359.821	(39)	401.225	1.091
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	283	321.062	38.437	-	359.782	359.821	(39)	293.848	11
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	585	7
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	106.792	1.073
Títulos disponíveis para venda:	-	440.986	520.491	25.182	-	986.659	1.008.413	(21.754)	891.836	(12.270)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	417.898	299.157	25.182	-	742.237	742.234	3	658.110	93
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	104	-	-	-	104	104	-	2.814	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	22.984	221.334	-	-	244.318	266.075	(21.757)	230.908	(12.363)
Títulos mantidos até o vencimento:	342	-	469.890	128.439	142.540	741.211	741.211	-	641.445	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	199.865	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	469.890	128.439	142.540	740.869	740.869	-	441.238	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	-	-	-	-	342	342	-	342	-
Total	342	441.269	1.311.443	192.058	142.540	2.087.652	2.109.445	(21.793)	1.934.506	(11.179)

(1) Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 41.832 (31/12/2018 – superior em R\$ 8.502); e atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Notas Explicativas

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo *hedgear* a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial de operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge accounting*. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, assim como os títulos e valores mobiliários classificados como "negociação" ou "disponível para venda", são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Notas Explicativas

i) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

Banco e Consolidado	Custo atualizado	Marcação a mercado	Saldo contábil	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
Posição ativa:	281.679	6.424	288.103	-	-	288.103	-	-	288.103	279.158
Swap	281.679	6.424	288.103	-	-	288.103	-	-	288.103	275.298
Opções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.860
Posição passiva:	(117.033)	(7.946)	(124.979)	(73.520)	-	(47.647)	(3.812)	-	(124.979)	(175.121)
Swap	(117.033)	(7.946)	(124.979)	(73.520)	-	(47.647)	(3.812)	-	(124.979)	(172.218)
Opções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.903)
Subtotal	164.646	(1.522)	163.124	(73.520)	-	240.456	(3.812)	-	163.124	104.037
Contratos Futuros (a)	(5.538)	-	(5.538)	(5.538)	-	-	-	-	(5.538)	967
Posição ativa	3.066	-	3.066	3.066	-	-	-	-	1.764	2.474
Posição passiva	(8.604)	-	(8.604)	(8.604)	-	-	-	-	(7.302)	(1.507)
Total	159.108	(1.522)	157.586	(79.058)	-	240.456	(3.812)	-	157.586	105.004

(a) Contabilizado em contas de negociação e intermediação de valores no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

ii) Valor dos Instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

Banco e Consolidado	31/12/2019				31/12/2018			
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil
Contratos de Swap								
Posição ativa:	470.910	281.679	6.424	288.103	1.153.093	279.128	(3.830)	275.298
Pré-fixado	-	-	-	-	24.431	317	24	341
Moeda Estrangeira	470.910	281.679	6.424	288.103	1.128.662	278.811	(3.854)	274.957
Posição passiva:	2.225.560	(117.033)	(7.946)	(124.979)	2.943.311	(124.963)	(47.255)	(172.218)
Mercado Interfinanceiro	678.355	(20.306)	(2.137)	(22.443)	-	-	-	-
Pré-fixado	1.547.205	(96.727)	(5.809)	(102.536)	2.942.174	(124.718)	(47.287)	(172.005)
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	1.137	(245)	32	(213)
Contratos de Opções								
Compromissos de Compra:	-	-	-	-	1.919.163	2.021	1.839	3.860
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	69.063	621	(225)	396
Outros	-	-	-	-	1.850.100	1.400	2.064	3.464
Compromissos de Venda:	-	-	-	-	1.916.550	(1.258)	(1.645)	(2.903)
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	67.150	(257)	118	(139)
Outros	-	-	-	-	1.849.400	(1.001)	(1.763)	(2.764)
Contratos Futuros								
Compromissos de Compra:	1.397.077	-	-	-	2.880.972	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	1.315.611	-	-	-	2.797.711	-	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	4.844	-	-	-
Outros	81.466	-	-	-	78.417	-	-	-
Compromissos de Venda:	13.127.996	-	-	-	9.617.339	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	13.042.503	-	-	-	9.493.677	-	-	-
Moeda Estrangeira	4.027	-	-	-	24.241	-	-	-
Outros	81.466	-	-	-	99.421	-	-	-
Total	17.221.543	164.646	(1.522)	163.124	20.430.428	154.928	(50.891)	104.037

Notas Explicativas**iii) Abertura por vencimento (valor de referência):**

Banco e Consolidado	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Swap	1.190.255	-	1.467.443	38.772	-	2.696.470	4.096.404
Dólar x CDI	-	-	1.149.265	-	-	1.149.265	1.128.662
CDI x Dólar	-	-	-	-	-	-	1.137
CDI x Pré	1.190.255	-	318.178	38.772	-	1.547.205	2.942.174
Pré x Dólar	-	-	-	-	-	-	24.431
Opções	-	-	-	-	-	-	3.835.713
Compras Opções	-	-	-	-	-	-	1.919.163
Vendas Opções	-	-	-	-	-	-	1.916.550
Contratos futuros	571.882	201.192	2.576.808	2.533.087	8.642.104	14.525.073	12.498.311
DDI	8.059	-	-	-	154.873	162.932	177.838
DI	561.808	199.180	2.576.808	2.533.087	8.487.231	14.358.114	12.291.388
Dólar	2.015	2.012	-	-	-	4.027	29.085
Total	1.762.137	201.192	4.044.251	2.571.859	8.642.104	17.221.543	20.430.428

iv) Local de negociação e contrapartes:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
B3 S.A. (balcão)	2.696.470	4.096.404
B3 S.A. (bolsa)	14.525.073	16.334.024
Total	17.221.543	20.430.428

Contrapartes: Em 31/12/2019 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 84,34% e Instituições Financeiras 15,66%.

v) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos:

Títulos Públicos	Banco e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro (1)	205.344	98.875
Letras Financeiras do Tesouro (2)	524	-
Total	205.868	98.875

(1) Títulos dados em garantia da B3 S.A.; e

(2) Títulos dados em garantia de swaps.

Notas Explicativas

vi) Hedge Contábil – Valor de Mercado:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.867.671	2.717.544
Swap - Dólar (1)	1.908.690	1.909.407
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	958.981	808.137
Posição Passiva	(15.216.800)	(6.199.812)
Swap - Taxa Pré - Reais (3)	-	(399.926)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(15.216.800)	(5.799.886)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	11.787.028	5.988.784
Operações de Crédito (3)	11.787.028	5.988.784
Posição Passiva	(2.796.880)	(2.588.584)
Dívidas Subordinadas no Exterior (1)	(1.876.865)	(1.790.563)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(920.015)	(798.021)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos.

vii) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

Banco e Consolidado	31/12/2019			31/12/2018		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	855.530	(783.165)	72.365	967.166	(816.935)	150.231
Opções	1.722	(1.297)	425	3.950	(4.152)	(202)
Futuro	1.221.305	(1.395.481)	(174.176)	1.930.289	(2.080.291)	(150.002)
Total	2.078.557	(2.179.943)	(101.386)	2.901.405	(2.901.378)	27

d) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos de renda fixa	99.064	102.202	134.274	116.923
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.b)	19.310	66.336	19.310	66.336
Total	118.374	168.538	153.584	183.259

Notas Explicativas

8) Operações de Crédito

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Consignado (1)	9.468.073	40,34	8.276.322	40,81	9.468.073	40,34	8.276.322	40,81
Veículos (1)	8.853.900	37,72	6.979.927	34,42	8.853.900	37,72	6.979.927	34,42
Financiamento cartões de crédito (2)	2.045.591	8,72	1.702.804	8,40	2.045.591	8,72	1.702.804	8,40
Conta garantida	1.058.643	4,51	747.020	3,68	1.058.643	4,51	747.020	3,68
Empréstimos com garantia imobiliária	300.444	1,28	429.784	2,12	300.444	1,28	429.784	2,12
Capital de giro	143.760	0,61	320.166	1,58	143.760	0,61	320.166	1,58
Créditos vinculados à cessão (3)	157.729	0,67	305.115	1,50	157.729	0,67	305.115	1,50
Financiamentos habitacionais	136.993	0,58	269.740	1,33	136.993	0,58	269.740	1,33
Financiamentos à exportação	46.402	0,20	156.619	0,77	46.402	0,20	156.619	0,77
Renegociações	110.403	0,47	96.722	0,48	110.403	0,47	96.722	0,48
Empreendimentos imobiliários	7.303	0,03	45.643	0,23	7.303	0,03	45.643	0,23
Outros	26	-	68	-	26	-	97	-
Total das operações de crédito	22.329.267	95,13	19.329.930	95,32	22.329.267	95,13	19.329.959	95,32
Outros créditos (4)	1.141.980	4,87	913.705	4,51	1.142.697	4,87	914.688	4,51
ACC e rendas a receber (5)	-	-	33.966	0,17	-	-	33.966	0,17
Subtotal	23.471.247	100,00	20.277.601	100,00	23.471.964	100,00	20.278.613	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	156.128	-	129.203	-	156.128	-	129.203	-
Total	23.627.375	-	20.406.804	-	23.628.092	-	20.407.816	-

(1) Contemplam contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7.c);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios (Nota 8.f.ii);

(4) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(5) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

Banco	Níveis de risco										
	Operações em curso anormal										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
Parcelas Vincendas	-	1.227.553	479.253	441.651	208.100	132.982	95.418	74.117	656.246	3.315.320	2.752.974
01 a 30	-	50.390	22.774	21.234	10.158	6.612	4.639	3.640	22.970	142.417	127.800
31 a 60	-	49.054	22.246	21.108	10.070	6.535	4.585	3.605	21.452	138.655	121.440
61 a 90	-	47.742	21.315	19.502	9.367	6.114	4.280	3.353	25.272	136.945	112.182
91 a 180	-	129.716	59.964	55.074	26.199	16.795	11.984	9.461	71.416	380.609	316.735
181 a 365	-	231.555	103.682	95.684	45.406	28.924	20.559	16.273	104.049	646.132	539.025
Acima de 365	-	719.096	249.272	229.049	106.900	68.002	49.371	37.785	411.087	1.870.562	1.535.792
Parcelas Vencidas	-	82.919	140.754	82.469	63.905	59.009	55.013	50.353	599.043	1.133.465	1.245.872
01 a 14	-	71.714	3.011	10.485	5.164	3.007	2.084	1.563	10.774	107.802	94.452
15 a 30	-	11.205	131.575	10.882	5.197	3.608	2.513	2.074	13.328	180.382	142.267
31 a 60	-	-	6.168	54.282	10.639	6.972	4.713	3.741	22.658	109.173	171.481
61 a 90	-	-	-	4.883	36.574	7.086	4.784	3.771	23.018	80.116	134.710
91 a 180	-	-	-	1.937	6.331	35.989	38.093	35.753	92.828	210.931	173.881
181 a 365	-	-	-	-	-	2.347	2.826	3.451	216.007	224.631	307.489
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	-	-	220.430	220.430	221.592
Subtotal	-	1.310.472	620.007	524.120	272.005	191.991	150.431	124.470	1.255.289	4.448.785	3.998.846
Provisão Requerida	-	6.552	6.200	15.724	27.200	57.597	75.216	87.129	1.255.289	1.530.907	1.153.353

Notas Explicativas

Banco	Níveis de risco											
	Operações em curso normal										Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	18.743.687	31.838	23.785	10.575	7.806	6.283	6.505	191.983	19.022.462	16.278.755	
01 a 30	-	2.497.758	7.320	4.720	957	552	449	474	8.878	2.521.108	2.107.232	
31 a 60	-	659.605	1.856	1.463	786	516	388	365	5.018	669.997	599.696	
61 a 90	-	613.527	1.989	1.476	713	470	361	336	6.883	625.755	538.319	
91 a 180	-	1.615.764	4.485	3.477	1.655	1.116	865	812	39.627	1.667.801	1.442.319	
181 a 365	-	2.676.794	5.811	4.513	2.043	1.495	1.252	1.251	22.842	2.716.001	2.384.107	
Acima de 365	-	10.680.239	10.377	8.136	4.421	3.657	2.968	3.267	108.735	10.821.800	9.207.082	
Subtotal	-	18.743.687	31.838	23.785	10.575	7.806	6.283	6.505	191.983	19.022.462	16.278.755	
Provisão Requerida	-	93.719	318	713	1.058	2.342	3.141	4.554	191.983	297.827	178.271	
Total (1)	-	20.054.159	651.845	547.905	282.580	199.797	156.714	130.975	1.447.272	23.471.247	20.277.601	
Total Provisão	-	100.271	6.518	16.437	28.258	59.939	78.357	91.683	1.447.272	1.828.735	1.331.624	

Consolidado	Níveis de risco											
	Operações em curso anormal										Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	1.227.553	479.253	441.651	208.100	132.982	95.418	74.117	656.246	3.315.320	2.752.974	
01 a 30	-	50.390	22.774	21.234	10.158	6.612	4.639	3.640	22.970	142.417	127.800	
31 a 60	-	49.054	22.246	21.108	10.070	6.535	4.585	3.605	21.452	138.655	121.440	
61 a 90	-	47.742	21.315	19.502	9.367	6.114	4.280	3.353	25.272	136.945	112.182	
91 a 180	-	129.716	59.964	55.074	26.199	16.795	11.984	9.461	71.416	380.609	316.735	
181 a 365	-	231.555	103.682	95.684	45.406	28.924	20.559	16.273	104.049	646.132	539.025	
Acima de 365	-	719.096	249.272	229.049	106.900	68.002	49.371	37.785	411.087	1.870.562	1.535.792	
Parcelas Vencidas	-	82.919	140.754	82.469	63.905	59.009	55.013	50.353	599.043	1.133.465	1.245.901	
01 a 14	-	71.714	3.011	10.485	5.164	3.007	2.084	1.563	10.774	107.802	94.461	
15 a 30	-	11.205	131.575	10.882	5.197	3.608	2.513	2.074	13.328	180.382	142.267	
31 a 60	-	-	6.168	54.282	10.639	6.972	4.713	3.741	22.658	109.173	171.486	
61 a 90	-	-	-	4.883	36.574	7.086	4.784	3.771	23.018	80.116	134.715	
91 a 180	-	-	-	1.937	6.331	35.989	38.093	35.753	92.828	210.931	173.891	
181 a 365	-	-	-	-	-	2.347	2.826	3.451	216.007	224.631	307.489	
Acima 365	-	-	-	-	-	-	-	-	220.430	220.430	221.592	
Subtotal	-	1.310.472	620.007	524.120	272.005	191.991	150.431	124.470	1.255.289	4.448.785	3.998.875	
Provisão Requerida	-	6.552	6.200	15.724	27.200	57.597	75.216	87.129	1.255.290	1.530.907	1.153.382	

Consolidado	Níveis de risco											
	Operações em curso normal										Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	717	18.743.687	31.838	23.785	10.575	7.806	6.283	6.505	191.983	19.023.179	16.279.738	
01 a 30	717	2.497.758	7.320	4.720	957	552	449	474	8.878	2.521.825	2.108.215	
31 a 60	-	659.605	1.856	1.463	786	516	388	365	5.018	669.997	599.696	
61 a 90	-	613.527	1.989	1.476	713	470	361	336	6.883	625.755	538.319	
91 a 180	-	1.615.764	4.485	3.477	1.655	1.116	865	812	39.627	1.667.801	1.442.319	
181 a 365	-	2.676.794	5.811	4.513	2.043	1.495	1.252	1.251	22.842	2.716.001	2.384.107	
Acima de 365	-	10.680.239	10.377	8.136	4.421	3.657	2.968	3.267	108.735	10.821.800	9.207.082	
Subtotal	717	18.743.687	31.838	23.785	10.575	7.806	6.283	6.505	191.983	19.023.179	16.279.738	
Provisão Requerida	-	93.719	318	713	1.058	2.342	3.141	4.554	191.983	297.828	178.271	
Total (1)	717	20.054.159	651.845	547.905	282.580	199.797	156.714	130.975	1.447.272	23.471.964	20.278.613	
Total Provisão	-	100.271	6.518	16.437	28.258	59.939	78.357	91.683	1.447.272	1.828.735	1.331.653	

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.a).

Notas Explicativas

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do início do exercício	1.432.555	1.266.038	1.432.584	1.266.084
Constituição/reversão de provisão (2)	1.562.526	1.140.370	1.562.498	1.140.405
Baixas contra a provisão	(1.098.362)	(973.853)	(1.098.363)	(973.905)
Saldo do fim do exercício	1.896.719	1.432.555	1.896.719	1.432.584

	233.061	236.286	240.368	245.602
Créditos recuperados (3)				
Efeito no resultado (4)	(1.329.465)	(904.084)	(1.322.130)	(894.802)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11);

(2) Em 31/12/2019, o PAN decorrente do reposicionamento estratégico realizado nos últimos anos, constituiu adicionalmente a aplicação da Resolução 2.682 um incremento de R\$ 338.324, para as carteiras em *run-off* (Imobiliário Pessoa Física e Empresas);

(3) No exercício findo em 31/12/2019, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 240.368 (sendo R\$ 233.061 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 868 de recuperação de operação de arrendamento mercantil, R\$ 6.439 de recuperação de crédito na Brazilian Finance & Real State); e

(4) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

	Banco				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	21.827.226	93,00	18.558.064	91,52	21.827.226	92,99	18.558.064	91,52
Serviços	1.204.531	5,13	1.264.689	6,24	1.205.248	5,13	1.265.701	6,24
Construção e Incorporação	266.214	1,14	536.051	2,65	266.931	1,14	537.034	2,65
Outros Serviços	586.761	2,50	434.776	2,14	586.761	2,50	434.805	2,14
Financeiros	246.302	1,05	195.852	0,97	246.302	1,05	195.852	0,97
Transporte e Logística	35.974	0,15	46.537	0,23	35.974	0,15	46.537	0,23
Utilitários	61.443	0,26	44.225	0,22	61.443	0,26	44.225	0,22
Mídia, TI e Telecom	6.690	0,03	4.777	0,02	6.690	0,03	4.777	0,02
Locação de Veículos	1.047	-	2.323	0,01	1.047	-	2.323	0,01
Saúde, Segurança e Educação	100	-	148	-	100	-	148	-
Comércio	321.226	1,37	289.530	1,42	321.226	1,37	289.530	1,42
Atacado e Varejo	321.226	1,37	289.530	1,42	321.226	1,37	289.530	1,42
Indústrias de Base	70.964	0,30	90.873	0,45	70.964	0,30	90.873	0,45
Papel e Celulose	42.999	0,18	32.384	0,16	42.999	0,18	32.384	0,16
Outras Indústrias	6.038	0,03	23.798	0,12	6.038	0,03	23.798	0,12
Têxtil	15.258	0,07	15.366	0,08	15.258	0,07	15.366	0,08
Autopeças	-	-	12.072	0,05	-	-	12.072	0,05
Indústria Química	6.669	0,03	7.253	0,04	6.669	0,03	7.253	0,04
Agroindústria	47.300	0,20	74.445	0,37	47.300	0,20	74.445	0,37
Açúcar e Etanol	25.513	0,11	42.846	0,21	25.513	0,11	42.846	0,21
Agronegócio e Proteína Animal	21.787	0,09	31.599	0,16	21.787	0,09	31.599	0,16
Total (1)	23.471.247	100,00	20.277.601	100,00	23.471.964	100,00	20.278.613	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.a).

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	Banco				Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	513.400	2,19	431.785	2,13	513.400	2,19	431.785	2,13
50 seguintes maiores devedores	618.843	2,64	723.978	3,57	618.843	2,64	723.978	3,57
100 seguintes maiores devedores	285.450	1,22	389.057	1,92	285.450	1,22	389.057	1,92
Demais devedores	22.053.554	93,96	18.732.781	92,38	22.054.271	93,96	18.733.793	92,38
Total	23.471.247	100,00	20.277.601	100,00	23.471.964	100,00	20.278.613	100,00

Notas Explicativas

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

Banco e Consolidado	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Consignado	6.495.901	4.723.283	1.772.618	6.278.175	4.831.377	1.446.798
Total (Nota 8.g)	6.495.901	4.723.283	1.772.618	6.278.175	4.831.377	1.446.798

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito" (Nota 8.g).

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 157.729, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 305.115 em 31/12/2018), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 201.523 (R\$ 416.401 em 31/12/2018) (Nota 20.b).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8.f)	1.772.618	1.446.798	1.772.618	1.446.798
Prêmio de performance das cessões (1)	965.154	736.266	965.154	736.266
Consignado	2.202.061	1.812.209	2.202.061	1.812.209
Veículos	1.877.229	1.607.280	1.877.230	1.607.280
Cartão de crédito	801.019	720.069	801.019	720.069
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	233.061	236.286	240.368	245.602
Capital de giro/Conta Garantida	144.758	151.478	144.758	151.478
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	55.450	86.869	55.450	86.869
Financiamento à exportação	11.700	64.762	11.700	64.762
Renegociações	19.598	21.292	19.598	21.292
Habitacionais	7.166	15.221	7.166	15.221
Rendas de empreendimentos imobiliários	947	3.238	947	3.238
Outras	52	520	26	521
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (2)	26.925	(9.568)	26.925	(9.568)
Total	8.117.738	6.892.720	8.125.020	6.902.037

(1) Reclasseificamos de "Lucro nas cessões de crédito" para "prêmio de performance das cessões"; e

(2) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: consignado e veículos.

9) Carteira de Câmbio

a) Saldos patrimoniais:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	-	27.802
Rendas a receber	-	11.056
Total do Ativo	-	38.858
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	-	22.910
Adiantamento sobre contratos de câmbio	-	(22.910)
Total do Passivo	-	-

Notas Explicativas

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de financiamento à exportação	17.358	49.721
Variação cambial	(12.400)	(37.335)
Total	4.958	12.386

10) Recebíveis Imobiliários

Consolidado	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2019	31/12/2018
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	4.588	6.967
Total				4.588	6.967

11) Outros Créditos – Diversos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Créditos tributários (Nota 31.b)	3.297.587	2.690.503	3.401.968	2.933.004
Valores a receber por cessão de créditos	2.451.147	1.652.816	2.451.147	1.652.816
Títulos e créditos a receber (1)	1.141.980	913.705	1.142.697	914.688
Impostos e contribuições a compensar	369.884	222.792	437.727	285.564
Depósitos judiciais e fiscais	197.786	204.335	219.413	228.062
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	29.351	43.125	29.351	43.125
Valores a receber de sociedades ligadas	15.918	12.527	13.227	10.352
Outros (3)	92.228	83.094	99.070	89.829
Total	7.595.881	5.822.897	7.794.600	6.157.440

(1) Inclui: (i) valores a receber relativos a transações de pagamento com cartão de crédito no montante de R\$ 862.959 (R\$ 669.608 em 31/12/2018); e (ii) títulos de créditos a receber com característica de concessão de crédito no montante de R\$ 279.021 no Banco e R\$ 279.738 no Consolidado (R\$ 244.097 no Banco e R\$ 245.080 no Consolidado em 31/12/2018);

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Prefeituras, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2019 é de R\$ 60.806 (R\$ 89.756 em 31/12/2018) (Nota 8.c); e

(3) Inclui provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 7.178 (R\$ 11.175 em 31/12/2018) (Nota 8.c).

12) Outros Valores e Bens

a) Bens não de uso próprio e outros:

Valor Residual	Banco				Consolidado			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2019	31/12/2018	Custo	Provisão para perdas	31/12/2019	31/12/2018
Bens não de uso próprio	364.214	(84.916)	279.298	338.619	373.231	(86.219)	287.012	348.627
Imóveis	335.137	(76.311)	258.826	311.343	343.514	(77.020)	266.494	321.287
Veículos	29.077	(8.605)	20.472	27.276	29.717	(9.199)	20.518	27.340
Outros	445	-	445	282	445	-	445	282
Total	364.659	(84.916)	279.743	338.901	373.676	(86.219)	287.457	348.909

b) Despesas Antecipadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Comissões pagas a correspondentes bancários (1)	-	36.572	-	36.572
Serviços do sistema financeiro	60.783	51.139	63.021	51.574
Manutenção de softwares	5.564	4.006	5.564	4.006
Processamento de dados	4.211	6.247	4.211	6.247
Gastos na emissão de títulos no Exterior	379	1.897	379	1.897
Outras	11.403	3.921	11.406	3.925
Total	82.340	103.782	84.581	104.221

(1) Em junho de 2019 o PAN antecipou despesas relativas ao estoque de comissões sobre operações originadas que estavam sendo diferidas amparadas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

Notas Explicativas

13) Investimentos

a) Participações em controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos			Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			ON	PN	Cotas			%	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	Exercício findo em	
												31/12/2019	31/12/2018
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)	356.735	205.532	11	-	-	100,00	(149.248)	205.532	354.781	(149.248)	3.873		
Pan Administradora de Consórcio Ltda. (2)	42.388	55.924	-	-	48.168	100,00	6.269	55.924	49.952	6.269	5.129		
Brazilian Securities Companhia de Securitização (2)(3)(4)	174.201	213.677	77.865	-	-	100,00	4.251	214.580	213.968	4.251	830		
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)	107.662	177.894	0,2	0,5	-	100,00	13.208	177.894	170.993	13.208	12.544		
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(3)	179.864	228.419	-	-	179.864	100,00	15.295	230.043	215.578	15.295	3.448		
								883.973	1.005.272	(110.225)	25.824		

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresa que tiveram suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2019 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 2.527, sendo R\$ 1.624 da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. e R\$ 903 da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e

(4) Empresa auditada pela BDO RCS Auditores Independentes em 31/12/2018.

Notas Explicativas

b) Outros Investimentos:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	765	765
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	1.144	1.144

14) Imobilizado

a) Os ativos imobilizados são compostos por:

Banco e Consolidado	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2019	31/12/2018
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	46.694	(29.656)	17.038	14.405
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.792	(1.159)	633	891
Sistemas de processamento de dados	20%	31.970	(21.013)	10.957	8.797
Total em 31/12/2019		80.456	(51.828)	28.628	-
Total em 31/12/2018		70.991	(46.898)	-	24.093

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

Banco e Consolidado	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2018	14.405	891	8.797	24.093
Aquisições	9.584	10	6.114	15.708
Baixas	(885)	-	(113)	(998)
Depreciação	(6.066)	(268)	(3.841)	(10.175)
Saldo em 31/12/2019	17.038	633	10.957	28.628

15) Intangível

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

Banco	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2019	31/12/2018
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	239.521	(119.232)	120.289	85.257
Ágio	10%	229.514	(170.223)	59.291	82.242
Total em 31/12/2019		469.035	(289.455)	179.580	-
Total em 31/12/2018		420.884	(253.385)	-	167.499

Consolidado	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2019	31/12/2018
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	240.423	(119.920)	120.503	85.514
Ágio	10%	250.532	(185.811)	64.721	89.774
Total em 31/12/2019		490.955	(305.731)	185.224	-
Total em 31/12/2018		442.804	(267.516)	-	175.288

Notas Explicativas

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

Banco	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2018	85.257	82.242	167.499
Adições	67.407	-	67.407
Baixas	(572)	-	(572)
Amortização	(31.803)	(22.951)	(54.754)
Saldo em 31/12/2019	120.289	59.291	179.580

Consolidado	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2018	85.514	89.774	175.288
Adições	67.407	-	67.407
Baixas	(572)	-	(572)
Amortização	(31.846)	(25.053)	(56.899)
Saldo em 31/12/2019	120.503	64.721	185.224

16) Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Depósitos:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos à vista (1)	26.614	-	-	-	-	26.614	17.369
Depósitos interfinanceiros	8.205.284	184.266	2.927	236.105	521	8.629.103	7.719.458
Depósitos a prazo (2)	435.900	517.685	821.189	2.582.716	7.343.657	11.701.147	9.435.026
Total em 31/12/2019	8.667.798	701.951	824.116	2.818.821	7.344.178	20.356.864	-
Total em 31/12/2018	7.378.922	733.004	683.649	1.997.668	6.378.610	-	17.171.853

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos à vista (1)	26.574	-	-	-	-	26.574	17.319
Depósitos interfinanceiros	8.180.370	184.266	1.292	-	-	8.365.928	7.463.438
Depósitos a prazo (2)	432.278	511.167	812.520	2.464.562	7.146.950	11.367.477	9.130.487
Total em 31/12/2019	8.639.222	695.433	813.812	2.464.562	7.146.950	19.759.979	-
Total em 31/12/2018	7.378.872	709.460	675.909	1.730.100	6.116.903	-	16.611.244

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e
(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7.c).

b) Captações no mercado aberto:

Banco	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Carteira Própria							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	2.157	-	1.497	103.486	107.140	112.426
Notas do Tesouro Nacional – NTN	196.716	-	-	-	-	196.716	157.098
Total em 31/12/2019	196.716	2.157	-	1.497	103.486	303.856	-
Total em 31/12/2018	162.094	-	-	-	107.430	-	269.524

Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Carteira Própria							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	2.157	-	1.120	95.812	99.089	103.089
Notas do Tesouro Nacional – NTN	196.716	-	-	-	-	196.716	157.098
Total em 31/12/2019	196.716	2.157	-	1.120	95.812	295.805	-
Total em 31/12/2018	162.094	-	-	-	98.093	-	260.187

Notas Explicativas

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

Banco e Consolidado	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Letras Financeiras – LF	-	856	33.347	318.776	1.179.134	1.532.113	727.806
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	41.131	93.704	85.219	77.892	38.265	336.211	515.832
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	-	-	-	-	-	-	6.323
Total em 31/12/2019	41.131	94.560	118.566	396.668	1.217.399	1.868.324	-
Total em 31/12/2018	177.065	51.131	50.953	342.358	628.454	-	1.249.961

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos a prazo	1.358.655	921.248	1.339.851	903.518
Depósitos interfinanceiros	468.225	559.774	453.160	544.435
Títulos e valores mobiliários no Exterior e dívidas subordinadas	180.344	162.342	180.344	162.342
Captações no Exterior – Dívida subordinada (Nota 18)	13.962	(57.634)	13.962	(57.634)
Letras financeiras	82.252	60.800	82.252	60.800
Variação cambial	71.214	258.910	71.214	258.910
Créditos cedidos com retenção de risco	27.635	39.791	27.635	39.791
Letras de crédito imobiliário	26.629	55.076	26.629	55.076
Operações compromissadas	16.103	38.455	15.612	37.923
Contribuições ao fundo garantidor de créditos	14.252	10.597	14.252	10.597
Letras de crédito do agronegócio	205	3.552	205	3.552
Total	2.259.476	2.052.911	2.225.116	2.019.310

17) Relações Interfinanceiras

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Recebimentos e pagamentos a liquidar	796.912	615.912
Correspondentes no País (1)	136.819	112.716
Total	933.731	728.628

(1) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito. São representados por: financiamento de veículos, crédito consignado e crédito imobiliário.

18) Dívidas Subordinadas

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Banco e Consolidado	31/12/2019	31/12/2018
Valor da Operação	31/12/2019	31/12/2018
No Exterior:		
(1) US\$ 456.792	1.876.865	1.790.563
No País:		
(2) R\$ 100.000	-	186.757
(3) R\$ 500	-	812
(4) R\$ 8.000	8.455	-
Total	1.885.320	1.978.132

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 13.962 no exercício findo em 31/12/2019 (receita de R\$ 57.634 no exercício findo em 31/12/2018), as mesmas foram emitidas em 23/04/2010 com vencimento em 23/04/2020. Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7.c);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 e liquidadas em 05/04/2019;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 e liquidadas em 14/10/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

Notas Explicativas

19) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

Provisões:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são conduzidos por advogados externos especializados e geridos individualmente por meio de sistema informatizado.

As ações trabalhistas, embora contem com a condução e avaliação de advogados externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses dependendo do tipo de autor.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas, antes das decisões, é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão é constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos especialistas jurídicos internos, escritórios jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Notas Explicativas

I. Provisões segregadas por natureza:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Processos cíveis	307.231	276.363	318.882	290.599
Processos trabalhistas	211.859	279.008	221.694	290.927
Processos tributários	2.467	1.002	50.549	27.341
Total (Nota 20.b)	521.557	556.373	591.125	608.867

II. Movimentação das provisões:

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2018	276.363	279.008	1.002	556.373
Constituição líquida de reversão	158.411	15.532	1.589	175.532
Atualização monetária	3.694	118	43	3.855
Baixas por pagamento	(131.237)	(82.799)	(167)	(214.203)
Saldo em 31/12/2019	307.231	211.859	2.467	521.557

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2018	290.599	290.927	27.341	608.867
Constituição líquida de reversão	161.809	14.143	24.258	200.210
Atualização monetária	3.917	132	193	4.242
Baixas por pagamento	(137.443)	(83.508)	(1.243)	(222.194)
Saldo em 31/12/2019	318.882	221.694	50.549	591.125

I. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir.

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 19.167 (R\$ 21.485 atualizados até dezembro de 2019). Julgado o Recurso Voluntário, o PAN apresentou embargos de declaração ao caso, para o qual aguarda julgamento.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo o montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 170.477 (R\$ 197.815 atualizados até dezembro de 2019). Dois Autos de Infração encontram-se sobrestados a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o terceiro aguarda o resultado da diligência, para que ocorra o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, multa e juros totalizou R\$ 43.657 (R\$ 124.174 atualizados até dezembro de 2019). A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, julgada parcialmente procedente em 2ª instância. Atualmente aguarda decisão dos embargos de declaração. No 3º

Notas Explicativas

trimestre de 2018, a empresa recebeu um novo auto sobre a mesma matéria para período compreendido entre 2013 e 2015, cujo montante de principal, multa e juros totalizou R\$ 4.227 (R\$ 5.945 atualizados até dezembro de 2019).

Ainda no último trimestre de 2013, o Banco PAN S.A. recebeu um auto de infração de IRPJ e CSLL, referente aos anos-calendário de 2008 e 2009, o qual refere-se a incidência de tributação sobre suposto ganho de capital obtido na desmutualização da B3 (balcão), cujo montante acrescido de multa e juros de mora foi de R\$ 480 (R\$ 711 atualizados até dezembro de 2019), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa de referidos períodos. A empresa aguarda resultado de diligência solicitada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para que ocorra o julgamento de Recurso Voluntário apresentado pelo contribuinte. No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 6.077 (R\$ 8.820, atualizados até dezembro de 2019), e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante atualizado de principal, e multa totalizou o valor de R\$ 3.320 (R\$ 4.576 atualizados até dezembro de 2019). Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro foi julgado parcialmente procedente, no que ensejou a interposição dos embargos de declaração pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do qual aguarda-se decisão, para que então o Banco PAN S.A. possa apresentar os recursos de embargos de declaração e Revista à Câmara Superior do Conselho

Administrativo de Recursos Fiscais. O segundo encontra-se sobrestado a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 3.099 (R\$ 3.630 atualizados até dezembro de 2019). O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A. pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.411 (R\$ 116.115 atualizados até dezembro de 2019). O primeiro caso, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou o Recurso Voluntário como improcedente e em face de tal decisão foi apresentado Recurso Especial, pendente de julgamento. Os demais processos, aguardam o julgamento dos Recursos Voluntários apresentados perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 3º trimestre de 2019, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos ao ano calendário de 2014, referente suposta dedução a maior de despesas com o recolhimento de tributos de PIS e COFINS no período, cujo o montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 21.697 (R\$ 21.791 atualizados até dezembro de 2019). O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário apresentado perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Notas Explicativas

No 4º trimestre de 2019, foi lavrado um Auto de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio do qual foi constituído crédito tributário oriundo de valores supostamente amortizados indevidamente de ágio, e por consequência, falta de adição na apuração da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O caso refere-se aos anos calendários 2015 e 2016, e o montante atualizado até dezembro de 2019, acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 8.046. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

Além dos processos administrativos anteriormente detalhados, o Banco e suas investidas discutem administrativamente e judicialmente com a Receita Federal do Brasil a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era de aproximadamente R\$ 167 milhões.

20) Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	278.193	9.052	292.562	17.846
COFINS a recolher	19.645	12.225	20.039	12.605
Impostos e contribuições sobre salários	15.164	12.108	15.216	12.578
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	9.052	7.085	9.107	7.140
PIS a recolher	3.192	1.987	3.265	2.060
ISS a recolher	1.824	1.474	1.863	1.520
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	1.007	459	1.007	460
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 31.b/e)	13.417	-	98.654	85.271
Total	341.494	44.390	441.713	139.480

b) Diversas:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para pagamentos a efetuar	1.230.174	599.977	1.230.736	600.881
Provisões cíveis, trabalhistas e fiscais (Nota 19)	521.557	556.373	591.125	608.867
Cessão com retenção de riscos (1)	201.523	416.401	201.523	416.401
Arrecadação de cobrança	118.017	131.114	118.258	131.355
Operações com cartão de crédito	30.570	28.669	30.570	28.669
Valores a pagar a sociedades ligadas	14.669	6.283	13.268	5.345
Valores específicos de consórcio	-	-	7.757	9.283
Outros	72.934	41.593	74.692	42.438
Total	2.189.444	1.780.410	2.267.929	1.843.239

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios (Nota 8.f - II).

21) Patrimônio Líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O BACEN homologou em 14/01/2020 o aumento de capital aprovado em 19/09/2019 pelo Conselho de Administração da Companhia. O referido aumento ocorreu dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 521.812 e mediante a emissão de 63.250 mil novas ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2019 é de R\$ 3.653.410 (R\$ 3.653.410 em 31/12/2018), após a homologação do BACEN passou a ser de R\$ 4.175.222.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e, sem valor nominal.

	31/12/2019	31/12/2018
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	547.495	484.245
Total	1.205.056	1.141.806

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

Quantidade de ações (em milhares de ações)	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em circulação em 31/12/2018	657.561	484.245	1.141.806
Aumento de Capital	-	63.250	63.250
Após o aumento de capital	657.561	547.495	1.205.056

c) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

d) Juros sobre o capital próprio/Dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio.

	31/12/2019	% (1)	31/12/2018	% (1)
Lucro líquido	515.935		221.515	
(-) Reserva Legal	(25.797)		(11.076)	
Base de cálculo	490.138		210.439	
Juros sobre o capital próprio (bruto)	198.000		86.715	
IRRPF relativo aos juros sobre o capital próprio	(29.700)		(13.007)	
Juros sobre o capital próprio (líquido)	168.300		73.708	
Dividendos propostos	3.248		-	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	171.548	35,0%	73.708	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre a base de cálculo.

Notas Explicativas**22) Receitas de Prestação de Serviços**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Operações de crédito	204.101	167.914	204.129	167.949
Rendas de cartão	118.041	122.459	118.041	122.459
Rendas de intermediação de negócios	59.015	46.224	59.015	46.224
Administração de consórcios	-	-	25.290	28.907
Outras	10.792	11.620	11.179	12.019
Total	391.949	348.217	417.654	377.558

23) Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Proventos	307.154	260.482	308.370	261.691
Encargos sociais	87.673	74.953	87.978	76.138
Benefícios (Nota 30)	74.325	62.346	74.627	62.714
Honorários (Nota 28.b)	24.155	12.648	24.155	16.884
Outros	6.565	3.284	6.565	3.285
Total	499.872	413.713	501.695	420.712

24) Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.120.715	912.423	1.127.016	920.401
Serviços de terceiros	317.348	281.110	333.447	300.473
Processamentos de dados	221.383	175.130	222.961	175.344
Serviços do sistema financeiro	165.874	127.737	166.704	128.693
Aluguéis	55.280	40.673	55.651	41.055
Comunicações	46.937	47.062	47.138	47.332
Depreciação e amortização	41.978	26.597	42.021	26.644
Propaganda, promoções e publicidade	64.888	26.340	65.227	26.838
Despesas com busca e apreensão de bens	30.766	29.971	30.781	30.066
Transporte	5.815	4.974	5.828	4.994
Manutenção e conservação de bens	6.243	5.151	6.249	5.161
Taxas e emolumentos	5.305	5.025	5.988	5.995
Viagens	6.773	3.315	6.779	3.323
Água, energia e gás	2.644	2.187	2.650	2.195
Materiais de consumo	1.759	1.014	1.759	1.014
Outras	42.358	40.092	44.437	43.471
Total	2.136.066	1.728.801	2.164.636	1.762.999

25) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contribuição à COFINS	162.926	121.568	168.571	128.392
Contribuição ao PIS	26.476	19.755	27.523	21.021
Imposto sobre serviços	17.939	15.496	18.467	16.108
Impostos e taxas	5.844	3.846	8.214	6.791
Total	213.185	160.665	222.775	172.312

Notas Explicativas

26) Outras Receitas e Despesas Operacionais

a) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de encargos e despesas (1)	248.239	203.940	250.337	207.828
Varição monetária ativa / cambial	52.682	65.689	54.383	67.111
Reversão de provisões	5.134	750	11.968	18.733
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	2.532	4.199
Outras	9.864	22.034	14.116	29.673
Total	315.919	292.413	333.336	327.544

(1) Contempla recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

b) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cessão de operações de crédito	1.414.338	1.296.240	1.414.338	1.296.240
Constituição de provisões	183.375	284.306	215.153	306.434
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	56.639	54.194	56.639	54.194
Descontos concedidos	102.507	44.365	102.507	44.366
Amortização de ágio (Nota 15)	23.930	23.930	25.053	25.053
Gravames	25.883	19.490	25.924	19.539
Varição monetária passiva / cambial	10.313	34.650	10.313	34.650
Outras	23.547	24.888	24.970	29.985
Total	1.840.532	1.782.063	1.874.897	1.810.461

27) Resultado Não Operacional

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado na alienação de outros valores e bens	(42.513)	(31.298)	(42.752)	(31.253)
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	8.512	9.419	8.521	9.476
Outros	42	367	42	367
Total	(33.959)	(21.512)	(34.189)	(21.410)

Notas Explicativas

28) Saldos e Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

Banco	Prazo máximo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2020	710.000	-	17.796	44.332
Caixa Econômica Federal	02/01/2020	450.000	-	1.069	1.115
Cessão de crédito (b)					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	2.036.099	1.652.816	965.154	736.266
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	6.755	5.858	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	6.453	4.470	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	19	24	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (c)	Sem prazo	1.596	1.256	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.(c)	Sem prazo	301	251	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (c)	Sem prazo	3.347	2.656	-	-
Depósitos à vista (d)					
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(341)	(343)	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(1)	(35)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(16)	(16)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(5)	(20)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(2)	(4)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(8)	(6)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(9)	(3)	-	-
Pessoal chave da Administração	Sem prazo	-	(53)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2020	(190.000)	(95.000)	(9.531)	(5.310)
Caixa Econômica Federal	23/01/2020	(7.762.156)	(7.016.627)	(417.701)	(522.280)
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	23/05/2022	(263.175)	(256.019)	(15.065)	(15.338)
Depósitos a prazo (f)					
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	12/12/2022	(17.145)	(7.176)	(518)	(1.098)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	14/12/2022	(50.300)	(43.640)	(2.811)	(2.526)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	14/12/2022	(155.452)	(143.918)	(8.783)	(8.183)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	14/12/2022	(98.910)	(90.600)	(5.587)	(6.197)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	05/12/2022	(29.007)	(26.381)	(1.622)	(824)
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2024	(46.884)	(37.843)	(3.199)	(2.499)
Pessoal chave da Administração	14/03/2022	(1.695)	(2.664)	(168)	(154)
Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(79.999)	(3.873)	(1.146)
Caixa Econômica Federal	02/01/2020	(900)	-	(432)	(250)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	28/02/2023	(8.051)	(9.337)	(490)	(532)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)					
Banco BTG Pactual S.A.	08/08/2022	(242.567)	(3.758)	(9.597)	(1.539)
Pessoal chave da Administração	07/08/2020	(377)	(4.676)	(130)	(318)
Instrumentos financeiros derivativos (h)					
		185.694	77.959	49.799	72.413

Notas Explicativas

Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	185.694	77.959	49.799	72.413
Outras obrigações		(14.668)	(6.283)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(13.268)	(5.345)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(494)	(730)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(904)	(192)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	-	(16)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.		(2)	-	-	-
Receita de prestação de serviços (i)		-	-	59.879	48.249
,Too Seguros S.A.	-	-	-	58.599	45.828
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	-	-	-	23	207
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.257	2.214
Despesa de pessoal		-	-	(265)	(270)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(265)	(270)
Outras despesas administrativas		-	-	(56.779)	(22.751)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.675)	(6.067)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(31.563)	(2.188)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(106)	(144)
Tecban S.A.	-	-	-	(718)	(1.112)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(18.717)	(13.240)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	1.135.002	1.071.303
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.074.960	1.071.303
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	60.042	-

(a) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(b) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(c) Saldo provisionado referente a dividendos que será pago até 31/12/2020, sendo: R\$ 3.347 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A., R\$ 251 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 298 da Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,59% do CDI;

(h) Referem-se às operações de *swap*; e

(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios.

Notas Explicativas

Consolidado	Prazo máximo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
		(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Disponibilidades (a)		1.260	769	-	-
Caixa Econômica Federal	02/01/2020	1.260	769	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		1.160.000	-	18.865	45.447
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2020	710.000	-	17.796	44.332
Caixa Econômica Federal	02/01/2020	450.000	-	1.069	1.115
Cessão de crédito (c)		2.036.099	1.652.816	965.154	736.266
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	2.036.099	1.652.816	965.154	736.266
Outros créditos		13.227	10.352	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	6.755	5.858	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	6.453	4.470	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	19	24	-	-
Depósitos à vista (d)		(342)	(431)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(341)	(343)	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(1)	(35)	-	-
Pessoal chave da Administração	Sem prazo	-	(53)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)		(7.952.156)	(7.111.627)	(427.232)	(527.590)
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2020	(190.000)	(95.000)	(9.531)	(5.310)
Caixa Econômica Federal	23/01/2020	(7.762.156)	(7.016.627)	(417.701)	(522.280)
Depósitos a prazo (f)		(65.724)	(47.683)	(3.885)	(3.751)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	12/12/2022	(17.145)	(7.176)	(518)	(1.098)
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2024	(46.884)	(37.843)	(3.199)	(2.499)
Pessoal chave da Administração	14/03/2022	(1.695)	(2.664)	(168)	(154)
Obrigações por operações compromissadas		(900)	(79.999)	(4.305)	(1.396)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(79.999)	(3.873)	(1.146)
Caixa Econômica Federal	02/01/2020	(900)	-	(432)	(250)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)		(242.944)	(8.434)	(9.727)	(1.857)
Banco BTG Pactual S.A.	08/08/2022	(242.567)	(3.758)	(9.597)	(1.539)
Pessoal chave da Administração	07/08/2020	(377)	(4.676)	(130)	(318)
Instrumentos financeiros derivativos (h)		185.694	77.959	49.799	72.413
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	185.694	77.959	49.799	72.413
Outras obrigações		(13.268)	(5.345)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(13.268)	(5.345)	-	-
Receita de prestação de serviços (i)		-	-	59.856	48.042
,Too Seguros S.A.	-	-	-	58.599	45.828
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.257	2.214
Despesa de Pessoal		-	-	(265)	(271)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(265)	(271)
Outras despesas administrativas		-	-	(56.779)	(22.751)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.675)	(6.067)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(31.563)	(2.188)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(106)	(144)
Tecban S.A.	-	-	-	(718)	(1.112)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(18.717)	(13.240)

Notas Explicativas

Resultado obtido na cessão de crédito	-	-	-	1.135.002	1.071.303
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.074.960	1.071.303
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	60.042	-

- (a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;
- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,59% do CDI;
- (h) Referem-se às operações de *swap*; e
- (i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/5/2019, foi aprovado o montante global máximo da remuneração dos Administradores do Conglomerado PAN, referente ao exercício de 2019, independente do ano em que os valores forem pagos, no valor de R\$ 25.385 (R\$ 22.423 no exercício de 2018).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de honorários (Nota 23)	24.155	12.648	24.155	16.884
Contribuição ao INSS	5.435	2.846	5.435	3.799
Total	29.590	15.494	29.590	20.683

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme disposto na legislação em vigor, o PAN realiza operações de crédito para pessoas consideradas partes relacionadas, somente com condições compatíveis de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e para esses possui critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis, sem que haja benefícios adicionais ou diferenciados às operações realizadas junto aos demais clientes de mesmo perfil.

29) Instrumentos Financeiros

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de referência nível I	2.499.049	2.273.783
Capital Principal	2.499.049	2.273.783
Patrimônio de referência nível II	8.455	358.112
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.507.504	2.631.895
Patrimônio de referência	2.507.504	2.631.895
- Risco de crédito	17.299.562	16.104.846
- Risco de mercado	4.742	311.627
- Risco operacional	2.309.501	2.278.424
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.613.805	18.694.897
Índice de Basileia	12,78%	14,08%
Nível I	12,74%	12,16%
Nível II	0,04%	1,92%

- **Índice de Basileia pró forma**

Índice de Basileia ajustado, devido ao aumento do capital social referente a distribuição primária de ações preferenciais no período, homologado pelo BACEN em 14/01/2020.

Abaixo demonstramos o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial pró forma:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2019
Patrimônio de referência nível I	3.073.042
Capital Principal	3.073.042
Patrimônio de referência nível II	8.455
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	3.081.497
Patrimônio de referência	3.081.497
- Risco de crédito	17.430.015
- Risco de mercado	4.742
- Risco operacional	2.309.501
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.744.258
Índice de Basileia	15,61%
Nível I	15,57%
Nível II	0,04%

Notas Explicativas

• Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

• Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade:

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(141)	(25.415)	(52.868)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(40)	(6.220)	(11.374)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(9)	(5.165)	(9.800)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(9)	(237)	(474)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(1)	(80)	(159)
Total em 31/12/2019		(200)	(37.117)	(74.675)
Total em 31/12/2018		(1.323)	(220.780)	(424.981)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de dezembro de 2019, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se

Notas Explicativas

10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Exposição Cambial

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2019 e 31/12/2018.

Ativos – Dólar	31/12/2019	31/12/2018
Operações de crédito (ACC/CCE)	-	61.150
Total	-	61.150

Passivos – Dólar	31/12/2019	31/12/2018
Dívida subordinada	1.876.865	1.790.563
Total	1.876.865	1.790.563

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2019 e 31/12/2018, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Posição comprada - Dólar				
Swap	1.149.264	1.128.662	1.908.691	1.909.407
DDI	-	74.556	-	74.556
Opções	-	222	-	222
Total	1.149.264	1.203.440	1.908.691	1.984.185
Posição Vendida - Dólar				
Swap	-	25.568	-	25.735
DDI	-	95.563	-	95.563
DOL	2.011	24.240	2.011	24.240
Opções	-	67	-	67
Total	2.011	145.438	2.011	145.605

Notas Explicativas

• Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

• Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2019			31/12/2018		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	2.087.652	2.129.484	41.832	1.934.506	1.943.008	8.502
- Títulos para negociação	359.782	359.782	-	401.225	401.225	-
- Títulos disponíveis para venda	986.659	986.659	-	891.836	891.836	-
- Títulos mantidos até o vencimento	741.211	783.043	41.832	641.445	649.947	8.502
Operações de crédito	23.628.092	26.962.845	3.334.753	20.407.816	23.454.463	3.046.647
Depósitos interfinanceiros	8.365.928	8.395.004	(29.076)	7.463.438	7.411.443	51.995
Depósitos a prazo	11.367.477	13.042.521	(1.675.044)	9.130.487	10.762.081	(1.631.594)
Recursos de emissão de títulos	1.868.324	1.888.784	(20.460)	1.249.961	1.266.549	(16.588)
Dívidas subordinadas	1.885.320	1.887.098	(1.778)	1.978.132	1.977.420	712
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			1.650.227			1.459.674

Notas Explicativas

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

30) Benefícios a Empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2019 totalizou R\$ 74.325 no Banco PAN e R\$ 74.627 no Consolidado (R\$ 62.346 no Banco PAN e R\$ 62.714 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2018).

31) Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	200.494	441.754	356.143	456.866
Alíquota efetiva (1) (2)	40%	45%	-	-
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(80.198)	(198.789)	(138.917)	(201.944)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	(44.090)	11.621	-	-
Juros sobre o capital próprio	79.200	39.022	79.200	39.022
Constituição/Baixa de Crédito Tributário de CSLL (2) (3)	353.789	(59.818)	353.789	(59.393)
Baixa de Crédito Tributário (4)	-	-	(141.126)	-
Outros valores	6.740	(12.275)	6.846	(13.036)
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	315.441	(220.239)	159.792	(235.351)

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 15%, para as demais empresas alíquota de 9%; e

(2) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança foi válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% no ano de 2019.

(3) Em 12/11/2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103/2019, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos de qualquer espécie a partir de 01/03/2020. Em face de tais alterações, o Banco PAN reconheceu o montante de R\$ 353.789 referentes à esta diferença de alíquota para os créditos tributários com expectativa de realização a partir de 03/2020.

(4) Baixa parcial de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da Pan Arrendamento Mercantil e, conseqüentemente, na expectativa de realização destes créditos.

Notas Explicativas

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Banco	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	914.183	752.535	(408.378)	1.258.340
Provisão para contingências cíveis	110.545	80.742	(53.033)	138.254
Provisão para contingências trabalhistas	111.603	33.732	(51.125)	94.210
Provisão para contingências tributárias	401	734	(25)	1.110
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	21.451	21.896	(5.135)	38.212
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	29.873	46.381	(76.254)	-
Outras provisões	236.522	360.857	(112.296)	485.083
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.424.578	1.296.877	(706.246)	2.015.209
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.265.925	139.307	(122.854)	1.282.378
Total dos créditos tributários (Nota 11)	2.690.503	1.436.184	(829.100)	3.297.587
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20.a/31.e)	-	(13.417)	-	(13.417)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.690.503	1.422.767	(829.100)	3.284.170

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	927.066	752.608	(408.550)	1.271.124
Provisão para contingências cíveis	115.667	82.155	(55.431)	142.391
Provisão para contingências trabalhistas	115.709	35.143	(53.124)	97.728
Provisão para contingências tributárias	10.936	11.113	(1.706)	20.343
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	21.704	21.911	(5.164)	38.451
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	39.710	49.739	(78.861)	10.588
Outras provisões	235.389	362.144	(112.396)	485.137
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.466.181	1.314.813	(715.232)	2.065.762
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.466.823	139.348	(269.965)	1.336.206
Total dos créditos tributários (Nota 11)	2.933.004	1.454.161	(985.197)	3.401.968
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20.a/31.e)	(85.271)	(14.194)	811	(98.654)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.847.733	1.439.967	(984.386)	3.303.314

(1) Baixa de créditos tributários oriundos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL da Pan Arrendamento Mercantil conforme Nota 31.d.

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2019, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 29/01/2020.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Notas Explicativas

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

Banco	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	749.253	-	11.823	-	761.076
2020	810.036	437.430	56.507	67.569	866.543	504.999
2021	731.169	75.246	129.235	118.822	860.404	194.068
2022	324.970	52.004	257.805	98.689	582.775	150.693
2023	51.716	37.894	348.498	139.755	400.214	177.649
2024	17.569	31.874	490.333	147.571	507.902	179.445
2025	31.849	25.510	-	161.316	31.849	186.826
2026	5.687	8.407	-	166.654	5.687	175.061
2027	42.213	4.914	-	191.843	42.213	196.757
2028	-	2.046	-	161.883	-	163.929
Total	2.015.209	1.424.578	1.282.378	1.265.925	3.297.587	2.690.503

Consolidado	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	753.850	-	13.146	-	766.996
2020	816.747	441.682	58.383	70.582	875.130	512.264
2021	733.530	80.382	131.962	127.041	865.492	207.423
2022	329.911	57.363	260.933	113.256	590.844	170.619
2023	53.896	39.751	350.278	157.013	404.174	196.764
2024	27.261	33.309	491.786	167.696	519.047	201.005
2025	36.644	26.790	1.388	184.167	38.032	210.957
2026	6.096	8.407	1.555	190.438	7.651	198.845
2027	61.677	4.914	479	215.995	62.156	220.909
2028	-	19.733	492	188.513	492	208.246
Total	2.065.762	1.466.181	1.297.256	1.427.847	3.363.018	2.894.028

Em 31/12/2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 2.605.824 e R\$ 2.647.017 no Consolidado (R\$ 1.788.995 no Banco PAN e R\$ 1.894.365 no Consolidado em 31/12/2018).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 (R\$ 38.976 em 31/12/2018), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em dezembro de 2019, a Administração optou pela baixa parcial dos créditos tributários oriundos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL da Pan Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 141.126. Esta decisão se deu principalmente em função da revisão das premissas adotadas em seu plano de negócios, que não prevê a originação de novas operações de arrendamento mercantil, bem como da queda da taxa de juros remuneratórios de seus investimentos em depósitos interfinanceiros, o que pode comprometer a sua capacidade de geração de resultados positivos futuros em montante suficiente para realização de tais créditos no prazo de máximo de 10 anos, exigido pela Resolução CMN nº 3.059, de 23 de dezembro de 2002 e a Circular BACEN nº 3.171, de 31 de dezembro de 2002, para a manutenção deste ativo.

Em 31/12/2019, o Banco PAN possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 230.396 e o Consolidado de aproximadamente R\$ 583.211 (31/12/2018 - R\$ 230.396 no Banco PAN e no Consolidado), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 103.678 no Banco PAN e 244.805 no Consolidado (31/12/2018 - R\$ 92.158 no Banco PAN e Consolidado).

Notas Explicativas

e) Obrigações fiscais diferidas:

Banco	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	-	(13.417)	-	(13.417)
Total (Nota 20.a – 31.b)	-	(13.417)	-	(13.417)

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros	(6.982)	(14.194)	724	(20.452)
Superveniência de depreciação	(78.289)	-	87	(78.202)
Total (Nota 20.a – 31.b)	(85.271)	(14.194)	811	(98.654)

32) Outras Informações

- Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 313.061 em 31/12/2019 (R\$ 295.430 em 31/12/2018);
- O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- Em 31/12/2019 e 31/12/2018, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor; e
- Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.

Notas Explicativas

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

Notas Explicativas



A seguir estamos apresentando as Notas Explicativas no padrões internacionais de contabilidade (IFRS).

Notas Explicativas

1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. ("Banco", "Banco PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de empréstimo consignado, cartão de crédito consignado, financiamento de veículos, cartão de crédito institucional e consórcio de veículos e imóveis. Além disso, possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, financiamento de máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital. Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas com juros e similares.

O Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pela Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, mediante acordo de acionistas.

Em 08/03/2019, a acionista co-controladora CAIXAPAR notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista co-controlador BTG Pactual no âmbito do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 6/11/2017, no montante de R\$ 400.000.001,04, e homologado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 18/04/2018 ("Exercício de Opção de Compra"). A liquidação da Opção de Compra, com a efetiva transferência das ações, foi concluída em 24/12/2019.

Adicionalmente, conforme divulgado em fatos relevantes publicados nos dias 09/09/2019 e 19/09/2019, o Banco PAN efetuou oferta pública primária de 63.250.000 novas ações preferenciais de sua emissão, já considerando o lote adicional ("Oferta Primária"), bem como oferta pública secundária de 63.250.000 ações preferenciais de emissão do Banco PAN e titularidade da CAIXAPAR, já considerando o lote adicional ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, a "Oferta"). No dia 19/09/2019, o Conselho de Administração da Instituição e da CAIXAPAR aprovaram, no contexto da Oferta, o preço por ação de R\$ 8,25, resultando em um montante total da Oferta de R\$ 1.043.625.000,00, sendo R\$ 521.812.500,00 no âmbito da Oferta Primária e um consequente aumento do capital social do Banco PAN no valor de R\$ 521.812.500,00.

O aumento de capital, decorrente da Oferta Primária, foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020, e comunicado à Instituição em 15/01/2020, de forma que o capital social do Banco PAN passa a ser de R\$ 4.175.222.121,46, representado por 1.205.056 mil ações, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)				Total	%
	Ordinárias	%	Preferenciais	%		
BTG Pactual	334.131	50,8	142.149	26,0	476.280	39,5
CAIXAPAR	323.430	49,2	89.600	16,4	413.030	34,3
Mercado	-	-	315.747	57,7	315.747	26,2
Total	657.561	100,0	547.495	100,0	1.205.056	100,0

Notas Explicativas

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10/03/2006, Resolução nº 3.786 do CMN, de 24/09/2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23/10/2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31/12/2010, elaborar e divulgar anualmente Demonstrações Contábeis, de acordo com as normas internacionais (IFRS), conforme os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *IFRS Foundation*.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 16/03/2020.

2.2) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis em 31/12/2019

IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 – Tributos sobre a Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2019 e não trouxe impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

IFRS 16 – Arrendamentos – substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos) a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Efetivo a partir de 01/01/2019.

Conforme permitido pelas disposições específicas de transição, o Banco PAN optou por aplicar o normativo de maneira retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial.

Como resultado, a Instituição, como arrendatária, reconheceu em seu balanço patrimonial, os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento (exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor). Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2019 e não trouxe impactos materiais para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

O ativo de direito de uso registrado foi mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento, que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data base. Os pagamentos do arrendamento foram descontados utilizando a taxa de juros incremental, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Notas Explicativas

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Alteração da Estrutura Conceitual – Em 03/2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a definições de ativo e passivo, critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2020 e não trará impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

Alterações na IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Devido à reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (*Interbank Offered Rate*), que será finalizada em períodos futuros, poderá haver incertezas nas avaliações das estruturas de *hedge accounting*. As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 01/01/2020. Não foram identificados impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco PAN.

2.3) Uso de Estimativas Contábeis, Críticas e Julgamentos

As demonstrações contábeis são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no resultado incluem principalmente: (i) empréstimos e adiantamentos a clientes; (ii) instrumentos de dívida; e (iii) derivativos.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros: os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

Notas Explicativas

b) Perda esperada de ativos financeiros

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A determinação da perda esperada com ativos financeiros ao custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- Prazo para avaliação da perda esperada;
- Informações prospectivas;
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade; e
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito.

Os títulos públicos de governos nacionais são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, conforme estudo efetuado pelo Banco PAN.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda esperada.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações contábeis, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações contábeis. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;

Notas Explicativas

- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

e) Provisões, contingências e outros compromissos

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos, decorrentes do curso normal de suas atividades e operações, propostos por empregados, terceiros e órgãos públicos, de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas ações são conduzidas por advogados externos e geridas individualmente por meio de sistema informatizado.

As provisões e contingências são constituídas com base no risco de perda provável, utilizando metodologia estatística individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e valor da demanda. Para as demandas tributárias e estratégicas, o Banco constituiu provisão com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer dos assessores legais, a evolução da jurisprudência e as experiências prévias sobre a matéria. As ações trabalhistas e cíveis massificadas, considera a avaliação de advogados externos especializados, são provisionadas de acordo com o índice histórico de perda de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos meses.

O detalhamento das provisões, contingências e outros compromissos estão apresentados na nota 23.

2.4) Base de Consolidação

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2019	31/12/2018
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00

Nas demonstrações contábeis foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, oriundos das transações entre o Banco e suas controladas, e seus respectivos resultados.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica "Receitas com juros e similares" e "Despesas com juros e similares".

2.5) Reorganização para fins de comparabilidade

Com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações contábeis, o Banco efetuou reorganizações de linhas que não se referem a mudanças de políticas contábeis, segue:

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	31/12/2018	Alterações	31/12/2018
	Publicado		Atual
Receitas com juros e similares (a)	7.059.552	(399.738)	6.659.814
Despesas com juros e similares (b)	(2.139.945)	152.125	(1.987.820)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes (c)	(1.136.921)	483.645	(653.276)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (c)	245.603	(245.603)	-
Perda esperada com demais ativos financeiros (d)	5	784	789
Outras receitas e (despesas) operacionais (e)	(1.218.870)	8.787	(1.210.083)

(a) Refere-se basicamente a valores que estavam alocados em Despesas com juros e similares reclassificado para Receitas com juros e similares;

(b) Considera todas as alocações dos itens (a), (d) e (e);

(c) Os saldos relacionados a recuperação de créditos baixados a prejuízo foram reclassificados para perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes;

(d) Refere-se a valores com perda esperada com demais ativos financeiros que foram reclassificados de Receitas com juros e similares para Perda esperada com demais ativos financeiros; e

(e) Refere-se basicamente a valores que estavam alocados em Receitas com juros e similares, reclassificados para outras receitas e (despesas) operacionais.

3) Principais Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31/12/2019.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação/transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado de acordo com a IAS 21.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço

Notas Explicativas

que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

- 1) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado:** correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:
 - a)** mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
 - b)** os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 2) Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

Notas Explicativas

- a) mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- b) os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- 3) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:
- a) ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- b) escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a Instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

iii. Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- **Empréstimos e adiantamentos a clientes:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representados por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos financeiros:** referem-se, basicamente, a saldos a receber no longo prazo junto a "Instituições Financeiras".
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo no resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15; e
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos à vista e a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação por meio de emissão de notas subordinadas no Exterior.
- **Recursos de emissão de títulos:** refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por empréstimos e repasses:** refere-se a fontes de captação no País e no Exterior para financiamento das operações do Banco. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a Instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação. Os valores são

Notas Explicativas

representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros

i. Mensuração dos ativos financeiros

Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado. Existem também os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado que se refere a obrigações de títulos e valores mobiliários no Exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de *swap* e futuros. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

Notas Explicativas

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2019 e 31/12/2018, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros	1.105.189	533.565	1.471.163	3.109.917
Ao valor justo no resultado	362.848	288.103	1.471.163	2.122.114
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	742.341	245.462	-	987.803
Passivos financeiros	8.604	124.979	-	133.583
Ao valor justo no resultado	8.604	124.979	-	133.583

	31/12/2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros	1.061.907	511.210	1.643.365	3.216.482
Ao valor justo no resultado	403.699	279.158	1.643.365	2.326.222
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	658.208	232.052	-	890.260
Passivos financeiros	1.508	175.121	-	176.629
Ao valor justo no resultado	1.508	175.121	-	176.629

Notas Explicativas

A seguir, os instrumentos financeiros que utilizam modelos internos para determinação do valor justo, cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2) ou dados não observáveis (Nível 3):

	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares			
	31/12/2019	31/12/2018	Técnicas de Avaliação	Principais premissas
Ativos financeiros	2.004.728	2.154.575		
Ao valor justo no resultado	1.759.266	1.922.523		
Contratos de <i>swap</i>	288.103	275.298	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.
Contratos de opções	-	3.860		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.471.163	1.643.365	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A. aplicados a modelo interno de marcação a mercado.
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	245.462	232.052		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	244.318	230.908	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Títulos patrimoniais	1.144	1.144	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares).
Passivos financeiros	124.979	175.121		
Ao valor justo no resultado	124.979	175.121		
Contratos de <i>swap</i>	124.979	172.218	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.
Contratos de opções	-	2.903	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - B3 S.A.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são classificados no Nível 3.

Notas Explicativas

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apuração continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Ajustes devidos a variações no valor justo, decorrentes de ativos financeiros ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no Patrimônio Líquido Consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto ativos mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os principais valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do período:

Notas Explicativas

	31/12/2019				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	25.116.071	29.991.601	783.043	1.242.794	27.965.764
Instrumentos de dívida	741.211	783.043	783.043	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.242.794	1.242.794	-	1.242.794	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	20.657.984	25.491.682	-	-	25.491.682
Benefício residual em operações securitizadas	3.588	3.588	-	-	3.588
Recebíveis imobiliários	19.347	19.347	-	-	19.347
Outros ativos financeiros	2.451.147	2.451.147	-	-	2.451.147
Passivos financeiros ao custo amortizado	24.180.818	25.920.639	-	13.069.095	12.851.544
Depósitos de clientes	11.394.051	13.069.095	-	13.069.095	-
Depósitos de instituições financeiras	8.661.733	8.690.809	-	-	8.690.809
Recursos de emissão de títulos	1.868.324	1.888.784	-	-	1.888.784
Dívidas subordinadas	1.884.941	1.887.098	-	-	1.887.098
Outros passivos financeiros	371.769	384.853	-	-	384.853

	31/12/2018				
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado	19.947.527	24.146.528	649.947	3.897	23.492.684
Instrumentos de dívida	641.445	649.947	649.947	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	3.897	3.897	-	3.897	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17.620.599	21.811.098	-	-	21.811.098
Benefício residual em operações securitizadas	7.495	7.495	-	-	7.495
Recebíveis imobiliários	21.275	21.275	-	-	21.275
Outros ativos financeiros	1.652.816	1.652.816	-	-	1.652.816
Passivos financeiros ao custo amortizado	20.624.024	22.090.132	-	10.776.680	11.313.452
Depósitos de clientes	9.145.086	10.776.680	-	10.776.680	-
Depósitos de instituições financeiras	7.723.625	7.671.630	-	-	7.671.630
Recursos de emissão de títulos	1.249.961	1.266.549	-	-	1.266.549
Dívidas subordinadas	1.976.235	1.977.420	-	-	1.977.420
Outros passivos financeiros	529.117	397.853	-	-	397.853

Os métodos e premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mensurados ao custo amortizado incluem títulos públicos. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro B3 S.A., respectivamente.
- Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no Exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (B3 S.A.).

Notas Explicativas

d) **Baixa de ativos e passivos financeiros**

i. **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A Instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou

A Instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxo de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a Instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Instituição não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

A Instituição realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial.

ii. **Passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e contrapartida ao reconhecimento de um novo passivo, a respectiva diferença é reconhecida no resultado.

e) **Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando, e somente quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) **Instrumentos financeiros derivativos**

Os derivativos são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos e objetos, quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens objetos de *hedge* durante o período para o qual está designado, e se os resultados atuais de cada operação estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

Notas Explicativas

Para a contabilização e divulgação das estruturas de *hedge accounting*, o Banco utilizou a faculdade do IFRS 9, de manter os requerimentos previstos na IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado.

- **Estrutura de *hedge* contábil**

No primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) da captação externa em aberto.

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado da dívida subordinada emitida no Exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

No primeiro semestre de 2016, o Banco designou mais uma estrutura de *hedge* contábil de valor justo, correspondente à parcela da carteira de crédito de varejo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações de crédito de juros pré-fixados passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício. No segundo semestre de 2019, foi realizado o aprimoramento do programa de *hedge* contábil de crédito de varejo de forma a considerar a opcionalidade comportamental do pré pagamento para novas designações.

Já no segundo semestre de 2016, foi realizado o *hedge* contábil de valor justo de passivos pré-fixados de longo prazo e os respectivos instrumentos financeiros derivativos empregados com objetivo de minimizar o risco de taxa de juros pré-fixados. Assim, as operações passivas de longo prazo passaram a ser marcadas a mercado, com realização de testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e reconhecimento do resultado da marcação a mercado direto no resultado do exercício.

- **Instrumentos de *hedge***

Os instrumentos de *hedge* de exposições cambiais são derivativos que possuem como posição ativa valores em Dólar Americano (US\$) e como posição passiva valores em Reais (taxa pré-fixada ou atreladas ao DI).

Os instrumentos de *hedge* para exposições à taxas de juros pré-fixadas são derivativos que possuem o objeto indexado à taxa pré-fixada e o instrumento indexado à taxa de juros DI.

- **Objetos de *hedge***

O item objeto de *hedge* de exposição cambial é a captação realizada no Exterior (passivo), sendo uma dívida subordinada em Dólar Americano (US\$).

Os itens objeto de *hedge* de exposições de taxas de juros pré-fixadas são parcelas da carteira de crédito varejo e passivos de longo prazo.

g) Perda de crédito esperada

A provisão para perda de crédito esperada é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Notas Explicativas

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa, venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Instituição reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do IFRS 15, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência esperada dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência esperada. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

h) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

i) Vendas com compromisso de recompra e compras com compromisso de revendas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como "Caixa e equivalentes de caixa". As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial na conta "Depósitos de instituições financeiras" (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como "Receitas de juros e similares" e "Despesas de juros e similares" ao longo do prazo do respectivo contrato.

Notas Explicativas

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam os critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

k) Investimentos em empresas coligadas

Coligadas são todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações contábeis pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo.

l) Operações de arrendamento (Arrendatário)

Corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados periodicamente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A despesa financeira corresponde aos juros do passivo de arrendamento e é reconhecida na rubrica de despesa de juros na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os impactos das operações de arrendamento estão apresentados nas notas explicativas: 2.2.a, 15 e 24.

m) Ativos tangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis/equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais gastos subsequentes são reconhecidos imediatamente na rubrica de "Outras despesas administrativas", quando incorridos.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada e pelo custo de aquisição dos ativos deduzindo o seu valor residual.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações contábeis, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

Notas Explicativas

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos como "Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda" na demonstração do resultado.

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos ativos tangíveis cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis.

n) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, e no caso de ativos intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. São representados por:

i. Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, para estes casos, é realizada pelo método linear de acordo com o prazo contratual, a partir da disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O teste de *impairment* é realizado no mínimo a cada data de encerramento de exercício e sempre que houver evidência objetiva de perda da respectiva classe de ativos.

ii. Softwares:

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os mesmos e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios forem atendidos:

- A administração tem intenção e capacidade para uso ou venda do *software* sendo tecnicamente viável sua conclusão e provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com confiabilidade.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Notas Explicativas

o) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido pelo seu valor justo.

Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado pelo custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por *impairment* de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações contábeis, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do exercício. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas.

Os riscos decorrentes das ações administrativas ou judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. As obrigações classificadas como remotas, não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos, sendo objeto de provisão contábil. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Notas Explicativas

Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.

q) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

As receitas e despesas com juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas de tarifas e comissões

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados / incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

r) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários. Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, e o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo na rubrica de "Receitas de tarifas e comissões".

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

s) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

t) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

u) Operações de arrendamento mercantil (arrendador)

Os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial na conta de "empréstimos e adiantamentos a clientes".

O balanço patrimonial foi elaborado considerando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, a valor presente, demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

	31/12/2019	31/12/2018
Carteira de arrendamento	-	2
Imobilizado de arrendamento	-	475
Depreciações acumuladas	-	(475)
Superveniência de depreciação	-	346
Credores por antecipação do valor residual	-	(319)
Valor Presente	-	29

v) Operações de consórcio

A taxa de administração de consórcio, a comissão sobre vendas e demais receitas e despesas são contabilizadas à medida que os serviços são prestados.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo "Outros Passivos".

w) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa; e
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

x) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há investimentos potenciais diluíveis.

y) Patrimônio líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis no final do período, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

z) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

Notas Explicativas

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

O Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro; (ii) Consórcios; (iii) Securitização de Recebíveis; e (iv) Outros.

aa) Benefício residual em operações securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei Federal nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

ab) Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São divididos em:

- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) Combinação de Negócios

Em 19/07/2012, a Instituição finalizou a operação de compra de 100% das ações integrantes do capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), por meio da aquisição de 100% do capital de sua controladora, PAN Holding S.A. (antiga Ourinvest Real Estate Holding).

O valor do ágio reconhecido na aquisição de R\$ 218.727 compreende o valor de sinergia esperada pela aquisição do grupo de empresas que a *holding* controlava e rentabilidade futura. Durante o processo de alocação do preço de compra, o Banco reconheceu ativos líquidos ao valor justo na transação. Não foram identificados e reconhecidos outros ativos intangíveis em função da não identificação dos mesmos na análise da combinação de negócios. O valor total transferido na aquisição compreende o caixa e equivalentes de caixa.

Saldos de ágio originados da combinação de negócios têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil desse ativo não financeiro excede seu valor recuperável, o Banco reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo não financeiro. No exercício findo em 31/12/2018, foi reconhecida uma perda por *impairment* sobre o ágio, no valor de R\$ 32.402 mil, motivada principalmente pela revisão no modelo de negócio.

Em 2019, o Banco procedeu, ao teste de recuperação do ágio para a identificação de possível perda com redução ao valor recuperável, não sendo identificado indícios de perda. Foram utilizadas as seguintes premissas para o teste do ágio:

- Tendo em vista a decisão do Banco de descontinuar o produto de crédito imobiliário, utilizamos o plano de negócios aprovado relativos aos próximos cinco (5) anos de grupo de empresas, operações de crédito imobiliário e captações lastreadas com a mesma carteira em *run-off* que fundamentam o ágio em sua essência; e
- Ajuste a valor presente dos resultados anuais antes dos tributos do mencionado grupo de empresas, e produtos citados no parágrafo acima utilizando-se uma taxa projetada do DI de 6,12%, aplicando um choque de stress 400 bps sendo utilizada a taxa de 10,24% para o teste de *impairment*.

A tabela a seguir apresenta a movimentação do ágio na aquisição de investimento.

Notas Explicativas

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do início do exercício	186.325	218.727
Perda por <i>impairment</i>	-	(32.402)
Saldo do fim do exercício	186.325	186.325

5) Gestão de Risco Operacional e Riscos Financeiros

5.1) Introdução e visão geral

Os principais riscos aos quais o Banco está exposto, e que são provenientes de suas atividades, são apresentados a seguir:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Mercado; e
- Risco Operacional.

5.2) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros e não financeiros aos quais a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle dos riscos de mercado, crédito, liquidez e capital é a Gerência de Riscos Financeiros e Capital. A unidade responsável pelo gerenciamento, monitoramento e controle do risco operacional é a Gerência de Riscos Não Financeiros.

O Banco adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** é o risco associado: (i) ao não cumprimento, pelo tomador, garantidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; (ii) à desvalorização de contrato de crédito ou instrumento financeiro devido à deterioração de risco do tomador ou emissor; (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. No tratamento do risco de crédito, o risco de concentração a tomadores, garantidores, contrapartes, emissores e setores econômicos deve ser levado em consideração.
- **Risco de Liquidez:** é o risco associado à possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- **Risco de Mercado:** é o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.
- **Risco Operacional:** é o risco devido à ocorrência de eventos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou ainda de eventos externos relacionados que impactem o alcance dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais do Banco. Essa definição inclui o risco legal, que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

Notas Explicativas

A Instituição classifica os eventos de Risco Operacional nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Interrupção das atividades da Instituição; e
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação.

5.2.1) Risco de Crédito

Na estrutura do Banco PAN, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta Administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

I. Empresas

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado. A partir do *rating* do cliente é definido um *rating* da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas.

Notas Explicativas

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

III. Crédito Imobiliário

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário realizar o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e de cada empresa do Conglomerado PAN, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias e cedida com coobrigação para 31/12/2019 e 31/12/2018. A exposição máxima atingiu R\$ 34 bilhões, sendo R\$ 3,1 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas (R\$ 28,0 bilhões, sendo R\$ 2,4 bilhões deste montante de limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas em 31/12/2018).

I. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2019		31/12/2018	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Empréstimos e adiantamentos a clientes	24.806.652	2.550.816	21.615.709	2.278.493
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	3.080.833	126.689	2.448.282	73.252
Instrumentos de dívida	2.087.652	-	1.931.786	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.242.794	-	3.897	-
Valores a receber por cessão de créditos	2.451.147	-	1.652.816	-
Instrumentos financeiros derivativos	291.169	-	281.632	-
Benefício residual em operações securitizadas	3.588	-	7.495	-
Recebíveis imobiliários	19.347	-	21.275	-
Exposição máxima ao risco de crédito	33.983.182	2.677.505	27.962.892	2.351.745

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas.

Instrumentos de dívida são representados, substancialmente, por 88,3% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de perdas de crédito esperadas.

Carteira de Crédito	31/12/2019	31/12/2018
Não vencidos nem sujeitos a perdas de crédito esperadas	19.348.229	16.482.107
Vencidos, mas não sujeitos a perdas de crédito esperadas	3.009.431	2.761.464
Sujeitos a perdas de crédito esperadas	2.448.992	2.372.138
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	24.806.652	21.615.709
Provisão para perdas esperadas (2)	(2.677.505)	(2.351.745)
Valor líquido (Nota 10a)	22.129.147	19.263.964

(2) Contempla provisão para perdas de itens em exposição não registrados no Balanço Patrimonial no montante de R\$ (126.689) em 31/12/2019 e R\$ (73.252) em 31/12/2018.

Notas Explicativas

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	513.400	2,07	448.294	2,07
50 seguintes maiores devedores	618.843	2,49	749.954	3,47
100 seguintes maiores devedores	286.369	1,15	407.245	1,88
Demais devedores	23.388.040	94,29	20.010.216	92,58
Total	24.806.652	100,00	21.615.709	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados e motos.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 110.403 (R\$ 96.722 em 31/12/2018). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

II. A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	1.961.642	65,18	1.792.149	64,90
31 a 60	654.566	21,75	620.881	22,48
61 a 90	393.223	13,07	348.434	12,62
Total	3.009.431	100,00	2.761.464	100,00

III. A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo	%	Saldo	%
A vencer	71.656	2,93	143.290	6,04
Vencidos acima de 90 dias	2.377.336	97,07	2.228.848	93,96
Total	2.448.992	100,00	2.372.138	100,00

Notas Explicativas

A distribuição setorial da carteira de crédito é demonstrada na tabela a seguir.

Setor	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	23.161.914	93,37	19.895.160	92,04
Agroindústria	47.300	0,19	74.445	0,35
Açúcar e Etanol	25.513	0,10	42.846	0,20
Agronegócio e Proteína animal	21.787	0,09	31.599	0,15
Comércio	321.226	1,29	289.530	1,34
Atacado e Varejo	321.226	1,29	289.530	1,34
Indústria de Base	70.964	0,29	90.873	0,42
Papel e Celulose	42.999	0,17	32.384	0,15
Têxtil	15.258	0,07	15.366	0,07
Indústria Química	6.669	0,03	7.253	0,03
Autopeças	-	-	12.072	0,06
Outras Indústrias	6.038	0,02	23.798	0,11
Serviços	1.205.248	4,86	1.265.701	5,85
Construção e Incorporação	266.931	1,08	537.034	2,48
Financeiros	246.302	0,99	195.852	0,91
Utilitários	61.443	0,25	44.225	0,20
Transporte e Logística	35.974	0,15	46.537	0,22
Mídia, TI e Telecom	6.690	0,03	4.777	0,02
Locação de veículos	1.047	-	2.323	0,01
Saúde, Segurança e Educação	100	-	148	-
Outros Serviços	586.761	2,36	434.805	2,01
Total	24.806.652	100,00	21.615.709	100,00

e) Provisão para perda esperada

Regularmente a Instituição avalia e reclassifica as perdas esperadas das exposições sujeitas ao risco de crédito por meio de modelos estatísticos e processos internos dos quais considera a série histórica de perdas do que compreende cerca de 5 anos. O cálculo das perdas de crédito esperadas para ativos financeiros é realizado de acordo com as características de cada tipo de carteira, considera a qualidade e as características atuais dos clientes e das operações, inclusive suas garantias. Nas avaliações da perda esperada também foram considerados fatores macroeconômicos e projeções de rolagens, que incorporam os efeitos correntes e prospectivos de variáveis econômicas nas estimativas de perdas.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas de acordo com as seguintes metodologias:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos próximos 12 meses; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um ativo financeiro.

A mudança de metodologia de perdas esperadas de 12 meses para a vida inteira do ativo financeiro é realizada quando ocorre um acréscimo significativo no risco de crédito na data do relatório em relação ao seu reconhecimento inicial. A Instituição pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente, quando este permanecer classificado como baixo risco de crédito na data do relatório.

Conforme o segmento da carteira de crédito e o perfil do cliente, a Instituição utiliza diferentes indicadores para classificação em estágios. Abaixo demonstramos os segmentos, conforme os estágios e indicadores.

Notas Explicativas

Segmento Varejo:

Estágio 1: Exposição em dia ou vencida até 30 dias ou classificação para *ratings* internos enquadrados como baixo risco;

Estágio 2: Exposição vencida entre 31 e 90 dias ou classificação para *ratings* internos como médio e alto risco e com aumento considerável de risco em relação ao estágio 1; e

Estágio 3: Exposição vencida acima de 90 dias, *Default*.

Segmento Atacado:

Estágio 1: Exposição em dia ou vencida até 30 dias ou classificação para *ratings* internos enquadrados como baixo risco;

Estágio 2: Exposição vencida entre 31 e 90 dias ou classificação para *ratings* internos como médio e alto risco e com aumento considerável de risco em relação ao estágio 1; e

Estágio 3: Exposição vencida acima de 90 dias e / ou apresentarem indicativos que não serão honrados nas condições pactuadas sem a execução de garantias e seguindo as diretrizes do modelo, o cálculo da perda esperada é dado pela multiplicação dos parâmetros de risco de crédito:

$PE = PD \times EAD \times LGD$, onde:

PD: Probabilidade de *Default* - refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Instituição sobre o cliente, baseado nos modelos internos de avaliação para comparação do risco inicial.

EAD: *Exposure at Default* - Exposição Financeira no momento do *default* - refere-se ao valor contábil de exposição do cliente perante a Instituição no momento da estimativa da perda esperada. Em caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

LGD: *Loss Given Default* - refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação.

5.2.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco associado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de liquidez são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de liquidez e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de liquidez em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e

Notas Explicativas

- Identificar previamente o risco de liquidez inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A unidade responsável pelo Controle de Risco de Liquidez gera e analisa, diariamente, um conjunto de informações e relatórios sobre as exposições e fluxos de caixa do Banco, incluindo aqueles relacionados à análise de descasamento dos ativos e passivos em moeda, prazo e taxa, e ao controle de limites aprovados e aqueles com as projeções de fluxos de caixa em cenários de normalidade e estresse em um horizonte de 90 dias, que são reportados para a mesa de operações e para a Diretoria.

Com relação aos aspectos regulatórios, mensalmente a área de Controle de Risco de Liquidez analisa e envia ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com informações relevantes sobre a liquidez do Conglomerado PAN.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades relativas ao gerenciamento do risco de liquidez em consonância ao plano estratégico e às melhores práticas de governança corporativa, visando resguardar a solvência do Conglomerado, manter a exposição a este risco em níveis adequados e dentro dos limites aprovados, e cumprir com os requerimentos regulatórios.

Notas Explicativas

ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

31/12/2019 – Valor Futuro								
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	444.776	284.744	234.412	857.406	2.727.753	9.986.505	14.535.596
Depósitos de instituições financeiras	-	8.718.671	73.661	112.046	1.310	-	-	8.905.688
Total de depósitos	-	9.163.447	358.405	346.458	858.716	2.727.753	9.986.505	23.441.284
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	1.924.633	-	16.487	1.941.120
Recursos de emissão de títulos	-	41.576	40.649	54.387	120.328	410.303	1.336.018	2.003.261
Cessão de crédito com coobrigações	-	7.145	7.040	7.006	20.104	36.921	153.725	231.941
Total	-	9.212.168	406.094	407.851	2.923.781	3.174.977	11.492.735	27.617.606

31/12/2018 – Valor Futuro								
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	83.407	277.570	233.052	687.728	1.824.823	9.750.445	12.857.025
Depósitos de instituições financeiras	-	7.260.387	53.055	154.417	4.179	5.662	36.748	7.514.448
Total de depósitos	-	7.343.794	330.625	387.469	691.907	1.830.485	9.787.193	20.371.473
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	275.889	85.890	1.854.223	2.216.002
Recursos de emissão de títulos	-	179.653	34.462	17.135	52.024	357.939	748.715	1.389.928
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	-	-	10.973	14.016	48.144	73.133
Cessão de crédito com coobrigações	-	13.251	13.151	12.492	36.309	64.680	344.387	484.270
Total	-	7.536.698	378.238	417.096	1.067.102	2.353.010	12.782.662	24.534.806

(*) os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

Notas Explicativas

A tabela anterior apresentou os fluxos de caixa futuros referentes aos passivos financeiros, por prazo de vencimento, incluindo os valores a pagar estimados com operações de instrumentos financeiros derivativos.

Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2019 e 31/12/2018.

Com relação ao valor presente dos fluxos de vencimentos dos valores a pagar passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

5.2.3) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como o risco associado à variação do valor dos ativos e passivos do Banco, devido à flutuação dos preços de mercado. Consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial; dos preços de ações; e dos preços de mercadorias (*commodities*). Inclui-se nesta definição o risco de variação nos preços devido à falta de liquidez dos instrumentos, ou, ainda, a necessidade de transação de volume elevado em relação ao normalmente transacionado.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias Financeira e de Relações com Investidores e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Ativos e Passivos tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

As principais atribuições da unidade responsável pelo controle de risco de mercado são destacadas a seguir:

- Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações; e
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Banco.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco ("VaR" – Value at Risk):** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;
- **Perdas em cenários de estresse:** são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os

Notas Explicativas

cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;

- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- **Análise de sensibilidade (gregas):** sensibilidade dos preços das opções em relação aos preços dos ativos-objetos, volatilidades, taxas de juros e tempo;
- **Análise dos descasamentos** dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros; e
- **Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros** utilizados na mitigação de risco de mercado (operações com o objetivo de *hedge* de exposições em moeda estrangeira, por exemplo).

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado utiliza uma composição de métricas para a mensuração diária da exposição ao risco de taxa de juros da carteira *banking*, que, quando avaliadas em conjunto, tornam possível à Instituição ter uma visão mais clara e abrangente sobre os riscos de mercado incorridos. São exemplos de métricas:

- **VaR paramétrico:** corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado para a mensuração da RBAN é de 95% ou 99% de confiança;
- **Análise de sensibilidade (DV01):** variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais; e
- **GAP ANALYSIS:** a análise de gaps é uma ferramenta importante na identificação das diferenças entre os valores tomados ou aplicados das posições da Instituição Financeira. Por meio de sua análise, é possível identificar as operações ou produtos que apresentam os maiores riscos de mercado, ou as diferenças de prazo, que geram risco de inclinação das curvas.

i. Classificação das operações

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco deve adotar critérios mínimos na especificação da identificação das operações incluídas na carteira de negociação. A área de Controle de Risco de Mercado monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações internas da sua negociabilidade.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

A carteira de não negociação é composta, de forma geral, pelas operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, não classificados na carteira de negociação, inclusive aqueles destinados a *hedge* de outros elementos desta carteira.

- **Gestão de risco - Informações regulatórias**

A unidade responsável pelo controle de risco de mercado realiza a mensuração e cálculo, diariamente, do capital exigido pelas exposições pertencentes à carteira *trading* e pela exposição cambial do Banco, cujos resultados são enviados ao BACEN por meio do Demonstrativo Diário de Risco (DDR). Mensalmente, são

Notas Explicativas

mensuradas as posições em risco, marcadas a mercado, do Banco, que são enviadas ao BACEN por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

ii. Exposição aos riscos de mercado - carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto por meio da metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.634/13, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais e para o controle de limites internos aprovados.

O modelo gerencial é baseado na abordagem paramétrica, com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* (EWMA), para estimar a volatilidade a um nível de confiança de 99%.

Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	31/12/2019	31/12/2018	Δ%
VaR prefixados	-	5	-100%
Média 60 dias	-	659	-100%
Multiplicador	4,78	1,24	285%
Prefixados	-	2.696	-100%

	31/12/2019			31/12/2018		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	211	3.844	-	1.039	4.073	0,3
Média 60 dias	269	1.013	-	1.144	1.615	607
Multiplicador	2,93	5	1,24	1,88	3	1
Prefixados	2.372	22.255	-	9.019	22.973	2.191
Cupom de índice de preços	4.827	44.852	-	3.743	38.454	3

Pela metodologia interna, o VaR de 1 dia sofreu redução semelhante à abordagem padronizada:

	31/12/2019	31/12/2018	Δ%
VaR IPCA	-	372	-100%
VaR USD	-	164	-100%
VaR Cupom Cambial	-	7	-100%
VaR sem efeito diversificação	-	543	-100%
VaR com efeito diversificação (1)	-	478	-100%

(1) Diversificação entre os fatores de risco e vértices.

O quadro a seguir apresenta os valores médios, máximos e mínimos de VaR:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	59	1.034	-	262	1.161	-
VaR IPCA	75	770	-	88	808	-
VaR USD	35	365	-	101	356	9
VaR Cambial	13	213	-	25	544	-
VaR sem efeito diversificação	182	1.625	-	440	1.700	9
VaR com efeito diversificação	131	1.488	-	361	1.681	7

Notas Explicativas

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para a mensuração dos riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira *trading*, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados, para o mesmo horizonte do VaR (1 dia), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.

	31/12/2019	31/12/2018	Δ%
ES	-	547	-100%
Teste Estresse Histórico	-	4.386	-100%

O *Conditional VaR*, também conhecido como *Expected Shortfall* (ES) estima a perda média esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do *subprime*).

	31/12/2019			31/12/2018		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
ES	150	1.705	-	413	1.926	8
Teste Estresse Histórico	1.392	21.711	-	4.016	13.087	4

As variações nos valores do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna).

Notas Explicativas

ii. Exposição ao risco de taxa de juros - carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

A mensuração, monitoramento e controle do risco de taxa de juros da carteira *banking* são realizados por meio de uma composição de métricas que são avaliadas em conjunto, dentre elas o VaR paramétrico, a análise de sensibilidade a movimentos das curvas de mercado, a avaliação dos descasamentos de ativos e passivos, dentre outros.

A mensuração da parcela de capital referente ao risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, a Rban, é realizada pela metodologia de VaR paramétrico delta-normal, para um horizonte de 10 dias. São avaliados também os impactos em cenários de estresse, que estimam o percentual de variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choques compatíveis com 1º e 99º percentis de uma distribuição histórica de variações de taxas de juros.

Apresentamos a seguir a posição de Rban nos respectivos fins de exercícios para os fatores de risco de taxa de juros da carteira *banking*:

Rban	31/12/2019	31/12/2018	Δ%
Prefixados	4.430	6.177	72%
Inflação	6.286	-	-
Agregado das posições inferiores a 5%	4.950	3.226	153%
Diversificação	6.604	2.084	317%
Rban Carteira	9.063	11.487	124%

Rban	31/12/2019			31/12/2018		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	7.769	15.120	1.669	14.325	27.863	5.467
Inflação	4.165	8.728	2.207	-	-	-
Agregado das posições inferiores a	2.969	4.950	1.981	5.256	12.065	3.226
Diversificação	4.788	7.016	3.431	3.535	9.680	2.084
Rban Carteira	10.115	15.665	5.535	16.046	30.248	7.320

A Rban é utilizada na gestão do risco de taxa de juros, junto com as demais métricas destacadas anteriormente, e sua mensuração é realizada e reportada diariamente pela unidade responsável pelo controle de risco de mercado. As estratégias para *hedges* das exposições ao risco de taxa de juros são avaliadas no Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO).

Outra ferramenta de gestão do risco de taxa de juros é a análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a diversos cenários de curvas de taxas de juros. Tal análise mensura os impactos da carteira total do Banco (*trading* e *banking*) decorrente de variações nas taxas de juros e no câmbio. São apresentados a seguir os resultados da análise de sensibilidade, com a descrição dos cenários utilizados.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano. torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

Notas Explicativas

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(141)	(25.415)	(52.868)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(40)	(6.220)	(11.374)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de	(9)	(5.165)	(9.800)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(9)	(237)	(474)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(1)	(80)	(159)
Total em 31/12/2019		(200)	(37.117)	(74.675)
Total em 31/12/2018		(1.323)	(220.780)	(424.981)

A seguir apresentam-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2019 e 31/12/2018.

Ativos – Dólar	31/12/2019	31/12/2018
Operações de crédito (ACC/CCE)	-	61.150
Total	-	61.150

Passivos – Dólar	31/12/2019	31/12/2018
Dívida subordinada	1.876.865	1.790.563
Total	1.876.865	1.790.563

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados pelo Banco com o objetivo de realizar o gerenciamento dos riscos de mercado decorrentes das exposições em moedas, taxas de juros, além dos prazos de vencimentos das exposições.

Em 31/12/2019 e 31/12/2018, o valor dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, foi:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Posição comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	1.149.264	1.128.662	1.908.691	1.909.407
DDI	-	74.556	-	74.556
Opções	-	222	-	222
Total	1.149.264	1.203.440	1.908.691	1.984.185
Posição Vendida - Dólar				
<i>Swap</i>	-	25.568	-	25.735
DDI	-	95.563	-	95.563
DOL	2.011	24.240	2.011	24.240
Opções	-	67	-	67
Total	2.011	145.438	2.011	145.605

5.2.4) Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Banco empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

Notas Explicativas

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação, avaliação, mensuração, resposta, monitoramento, controle e reporte dos riscos, nesse processo são considerados também os respectivos controles.

Devido à sua natureza complexa, o risco operacional, possui características subjetivas e objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à Instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está baseada nas três linhas de defesa, sendo todas as áreas de negócio / suporte, as primeiras responsáveis pela gestão e controle dos riscos relativos aos processos, sistemas, e produtos sob sua responsabilidade; a área de Controladoria e Compliance e a área Jurídica atuam como uma segunda linha de defesa, suportando as áreas de negócio / suporte nos aspectos técnicos e metodológicos ao mesmo tempo que monitoram e controlam os principais riscos e, por fim, a Auditoria Interna, que realiza um terceiro nível de controle por meio da avaliação da estrutura de processos, sistemas e controles em vigor.

As áreas e os órgãos colegiados, que formam a estrutura de gerenciamento de risco operacional e legal do Conglomerado, atuam conforme a governança corporativa estabelecida, bem como definições nos regimentos internos dos comitês de assessoramento à Diretoria. Em particular, no que tange ao gerenciamento do risco operacional, temos as responsabilidades descritas a seguir:

- Definir e disseminar os conceitos de risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as políticas, normas e limites operacionais associados à exposição ao risco operacional;
- Elaborar, sugerir e submeter ao Comitê responsável, as metodologias relacionadas ao gerenciamento de riscos operacionais e controles;
- Monitorar e controlar a exposição ao risco operacional, abrangendo todas as fontes relevantes de riscos e gerando relatórios tempestivos para a Diretoria; e
- Suportar a identificação, prévia, do risco operacional inerente às novas atividades e produtos e alterações relevantes, e se estes se adequam aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado PAN.

iii. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013 e 2014, o Bacen divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BACEN) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aqueles referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de Capital Exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.

Notas Explicativas

O quadro a seguir apresenta o Patrimônio de Referência (PR) e o capital exigido (RWA), além dos índices de Capital Principal, Capital Nível I e Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro PAN.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de referência nível I	2.499.049	2.273.783
Capital Principal	2.499.049	2.273.783
Patrimônio de referência nível II	8.455	358.112
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.507.504	2.631.895
Patrimônio de referência	2.507.504	2.631.895
- Risco de crédito	17.299.562	16.104.846
- Risco de mercado	4.742	311.627
- Risco operacional	2.309.501	2.278.424
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.613.805	18.694.897
Índice de Basileia	12,78%	14,08%
Nível I	12,74%	12,16%
Nível II	0,04%	1,92%

- **Índice de Basileia pró forma**

Índice de Basileia ajustado, devido ao aumento de capital social referente a distribuição primária de ações preferenciais no período, homologado pelo BACEN em 14/01/2020.

Abaixo demonstramos o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial pró forma:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2019
Patrimônio de referência nível I	3.073.042
Capital Principal	3.073.042
Patrimônio de referência nível II	8.455
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	3.081.497
Patrimônio de referência	3.081.497
- Risco de crédito	17.430.015
- Risco de mercado	4.742
- Risco operacional	2.309.501
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.744.258
Índice de Basileia	15,61%
Nível I	15,57%
Nível II	0,04%

Dívidas subordinadas

Em dezembro 2018, o percentual máximo que pode ser utilizado da dívida subordinada equivale a 20% do seu saldo contábil atual.

O Banco utiliza um instrumento de dívida subordinada autorizado e elegível a compor seu PR Nível II (Nota 22.b).

	Valor da Operação	31/12/2019	31/12/2018
Dívidas Subordinadas	US\$ 456.792	1.876.865	1.790.563
Letras Financeiras	R\$ 100.000	-	186.757
Letras Financeiras	R\$ 500	-	812
Letras Financeiras	R\$ 8.000	8.455	-
Total		1.885.320	1.978.132

Notas Explicativas

6) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades em moeda nacional	3.004	3.653
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.216	16.061
Subtotal (caixa)	4.220	19.714
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.229.999	-
Total	1.234.219	19.714

(1) Inclui as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

7) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial de operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge accounting*. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, classificados como "ao valor justo no resultado" ou "ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes", são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Notas Explicativas

a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

	Custo atualizado	Marcação a mercado	Saldo contábil	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
Posição ativa:	284.745	6.424	291.169	3.066	-	288.103	-	-	291.169	281.632
Swap	281.679	6.424	288.103	-	-	288.103	-	-	288.103	275.298
Opções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.860
Contratos futuros	3.066	-	3.066	3.066	-	-	-	-	3.066	2.474
Posição passiva:	(125.637)	(7.946)	(133.583)	(82.124)	-	(47.647)	(3.812)	-	(133.583)	(176.629)
Swap	(117.033)	(7.946)	(124.979)	(73.520)	-	(47.647)	(3.812)	-	(124.979)	(172.218)
Opções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.903)
Contratos futuros	(8.604)	-	(8.604)	(8.604)	-	-	-	-	(8.604)	(1.508)
Total	159.108	(1.522)	157.586	(79.058)	-	240.456	(3.812)	-	157.586	105.004

Notas Explicativas

b) Valor dos Instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

	31/12/2019				31/12/2018			
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil
Contratos de Swap								
Posição ativa:	470.910	281.679	6.424	288.103	1.153.093	279.128	(3.830)	275.298
Pré-fixado	-	-	-	-	24.431	317	24	341
Moeda Estrangeira	470.910	281.679	6.424	288.103	1.128.662	278.811	(3.854)	274.957
Posição passiva:	2.225.560	(117.033)	(7.946)	(124.979)	2.943.311	(124.963)	(47.255)	(172.218)
Mercado Interfinanceiro	678.355	(20.306)	(2.137)	(22.443)	-	-	-	-
Pré-fixado	1.547.205	(96.727)	(5.809)	(102.536)	2.942.174	(124.718)	(47.287)	(172.005)
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	1.137	(245)	32	(213)
Contratos de Opções								
Compromissos de Compra:	-	-	-	-	1.919.163	2.021	1.839	3.860
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	69.063	621	(225)	396
Outros	-	-	-	-	1.850.100	1.400	2.064	3.464
Compromissos de Venda:	-	-	-	-	1.916.550	(1.258)	(1.645)	(2.903)
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	67.150	(257)	118	(139)
Outros	-	-	-	-	1.849.400	(1.001)	(1.763)	(2.764)
Contratos Futuros								
Compromissos de Compra:	1.397.077	-	-	-	2.880.972	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	1.315.611	-	-	-	2.797.711	-	-	-
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	4.844	-	-	-
Outros	81.466	-	-	-	78.417	-	-	-
Compromissos de Venda:	13.127.996	-	-	-	9.617.339	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	13.042.503	-	-	-	9.493.677	-	-	-
Moeda Estrangeira	4.027	-	-	-	24.241	-	-	-
Outros	81.466	-	-	-	99.421	-	-	-
Total	17.221.543	164.646	(1.522)	163.124	20.430.428	154.928	(50.891)	104.037

Notas Explicativas**c) Abertura por Vencimento (valor de referência):**

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2019	31/12/2018
Swap	1.190.255	-	1.467.443	38.772	-	2.696.470	4.096.404
Dólar x CDI	-	-	1.149.265	-	-	1.149.265	1.128.662
CDI x Dólar	-	-	-	-	-	-	1.137
CDI x Pré	1.190.255	-	318.178	38.772	-	1.547.205	2.942.174
Pré x Dólar	-	-	-	-	-	-	24.431
Opções	-	-	-	-	-	-	3.835.713
Compras Opções	-	-	-	-	-	-	1.919.163
Vendas Opções	-	-	-	-	-	-	1.916.550
Contratos futuros	571.882	201.192	2.576.808	2.533.087	8.642.104	14.525.073	12.498.311
DDI	8.059	-	-	-	154.873	162.932	177.838
DI	561.808	199.180	2.576.808	2.533.087	8.487.231	14.358.114	12.291.388
Dólar	2.015	2.012	-	-	-	4.027	29.085
Total	1.762.137	201.192	4.044.251	2.571.859	8.642.104	17.221.543	20.430.428

d) Local de negociação e contrapartes:

	31/12/2019	31/12/2018
B3 S.A. (balcão)	2.696.470	4.096.404
B3 S.A. (bolsa)	14.525.073	16.334.024
Total	17.221.543	20.430.428

Contrapartes: Em 31/12/2019 estão assim distribuídas no Banco PAN e Consolidado: B3 S.A. 84,34% e Instituições Financeiras 15,66%.

e) Hedge contábil – valor de mercado:

	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.867.671	2.717.544
Swap - Dólar (1)	1.908.690	1.909.407
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	958.981	808.137
Posição Passiva	(15.216.800)	(5.473.395)
Swap - Taxa Pré - Reais (3)	-	(399.926)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(15.216.800)	(5.073.469)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	11.787.028	5.203.081
Operações de Crédito (3)	11.787.028	5.203.081
Posição Passiva	(2.796.880)	(2.588.584)
Dívidas Subordinadas no Exterior (1)	(1.876.865)	(1.790.563)
Certificados de depósitos a prazo (2)	(920.015)	(798.021)

(1) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior;

(2) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(3) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos.

As efetividades verificadas nas carteiras de hedge encontram-se em conformidade com a norma contábil.

Notas Explicativas**f) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	31/12/2019			31/12/2018		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/perdas não realizadas	753.094	(693.050)	60.044	878.596	(744.242)	134.354
Swap – ganhos/perdas realizadas	102.436	(90.115)	12.321	88.570	(72.693)	15.877
Opções – ganhos/perdas não realizadas	219	(413)	(194)	2.380	(2.003)	377
Opções – ganhos/perdas realizadas	1.503	(884)	619	1.570	(2.149)	(579)
Futuros – ganhos/perdas realizadas	1.221.305	(1.395.481)	(174.176)	1.930.289	(2.080.291)	(150.002)
Total	2.078.557	(2.179.943)	(101.386)	2.901.405	(2.901.378)	27

8) Instrumentos de dívida**a) Composição:**

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2019 e em 31/12/2018, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	359.782	401.225
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	359.782	293.848
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	585
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	106.792
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	986.659	889.116
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	742.237	658.110
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	5
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	244.318	230.908
Certificado de Depósito Bancário – CDB	104	93
Ativos financeiros ao custo amortizado	741.211	641.445
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	199.865
Notas do Tesouro Nacional – NTN	740.869	441.238
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	342	342
Total	2.087.652	1.931.786

b) Variações:

“Ativos financeiros ao valor justo no resultado”:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do início do exercício	401.225	50.757
Adições (alienações) líquidas	(51.644)	339.599
Ajuste a valor de mercado	(1.131)	500
Juros	11.332	10.369
Saldo do fim do exercício	359.782	401.225

“Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do início do exercício	889.116	1.122.511
Adições (alienações) líquidas	33.472	(301.898)
Ajuste a valor de mercado	(5.787)	(18.900)
Juros	79.456	78.221
Ágio/ Deságio	(9.598)	9.182
Saldo do fim do exercício	986.659	889.116

Notas Explicativas

"Ativos financeiros ao custo amortizado":

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do início do exercício	641.445	539.312
Adições (alienações) líquidas	51.618	57.355
Juros	48.148	44.778
Saldo do fim do exercício	741.211	641.445

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
Sem vencimento	342	342
Até 360 dias	441.269	333.183
Acima de 360 dias	1.646.041	1.598.261
Total	2.087.652	1.931.786

9) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras**a) Composição:**

	31/12/2019	31/12/2018
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	1.242.794	3.897
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.242.794	3.897
Tipo:		
Compra com compromisso de revenda	1.229.999	-
Depósitos interfinanceiros	12.795	3.897
Total	1.242.794	3.897

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
Até 30 dias	1.229.999	-
De 91 a 180 dias	12.795	-
De 181 a 360 dias	-	3.897
Total	1.242.794	3.897

10) Empréstimos e adiantamentos a clientes**a) Composição:**

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao valor justo no resultado	1.471.163	1.643.365
Empréstimos e adiantamentos a clientes - ao custo amortizado	23.335.489	19.972.344
Perdas de crédito esperadas (Nota 11)	(2.677.505)	(2.351.745)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	22.129.147	19.263.964

Notas Explicativas

b) Abertura:

	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos em consignação (1)	10.266.176	9.222.116
Crédito direto ao consumidor (1)	9.230.527	7.380.359
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (2)	2.271.952	1.965.625
Títulos e créditos a receber (3)	1.142.697	914.688
Empréstimos com garantia imobiliária	391.771	429.784
Capital de giro	143.760	320.166
Financiamentos habitacionais	136.993	301.908
Financiamento à exportação	46.402	156.619
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	7.303	45.643
Outros	1.169.071	878.801
Total	24.806.652	21.615.709

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (nota 7e);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(3) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 1 dia	1.356.924	5,47	2.019.749	9,34
A vencer				
A vencer até 3 meses	4.899.314	19,75	3.632.844	16,81
A vencer de 3 a 12 meses	6.129.724	24,71	4.754.999	22,00
A vencer acima de um ano (1)	12.420.690	50,07	11.208.117	51,85
Total	24.806.652	100,00	21.615.709	100,00

(1) Em 31/12/2019 o PAN possuía aproximadamente R\$ 2,5 bilhões em carteira a vencer com prazo superior a 5 (cinco) anos.

d) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2017	16.308.168	1.376.998	2.110.868	19.796.034
Transferidos para o Estágio 1	-	(230.711)	(32.760)	(263.471)
Transferidos para o Estágio 2	(815.073)	-	(30.886)	(845.959)
Transferidos para o Estágio 3	(741.116)	(279.172)	-	(1.020.288)
Oriundos do Estágio 1	-	815.073	741.116	1.556.189
Oriundos do Estágio 2	230.711	-	279.172	509.883
Oriundos do Estágio 3	32.760	30.886	-	63.646
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	2.941.813	(221.554)	(293.880)	2.426.379
<i>Writte-off</i>	(2.176)	(267)	(604.261)	(606.704)
Saldo em 31/12/2018	17.955.087	1.491.253	2.169.369	21.615.709

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2018	17.955.087	1.491.253	2.169.369	21.615.709
Transferidos para o Estágio 1	-	(232.718)	(24.675)	(257.393)
Transferidos para o Estágio 2	(914.696)	-	(17.820)	(932.516)
Transferidos para o Estágio 3	(783.415)	(420.377)	-	(1.203.792)
Oriundos do Estágio 1	-	914.696	783.415	1.698.111
Oriundos do Estágio 2	232.718	-	420.377	653.095
Oriundos do Estágio 3	24.675	17.820	-	42.495
Ativos originados/Ativos liquidados ou amortizados	4.298.209	(183.964)	(246.375)	3.867.870
<i>Writte-off</i>	(1.090)	(105)	(675.732)	(676.927)
Saldo em 31/12/2019	20.811.488	1.586.605	2.408.559	24.806.652

e) Operações de venda e transferência de ativos financeiros:

Nos anos de 2019 e 2018, o Banco realizou cessões de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios a outras instituições financeiras, o lucro nas cessões de crédito é apresentado na nota explicativa de receitas com juros e similares.

Notas Explicativas

Cessão de Consignado	31/12/2019	31/12/2018
Valor da cessão	6.495.901	6.278.175
Valor presente dos contratos cedidos	(4.723.283)	(4.831.377)
Lucro (Nota 26)	1.772.618	1.446.798

(1) Contabilizado em "Receitas com juros e similares - Lucro nas cessões de crédito" (Nota 26).

11) Perda de Crédito Esperada para as operações com Empréstimos e Adiantamentos a Clientes**a) Movimentação:**

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do início do exercício	2.351.745	2.188.729
Complemento de provisão	875.995	653.276
<i>Writte-off</i>	(550.235)	(490.260)
Saldo do fim do exercício	2.677.505	2.351.745

No exercício findo em 31/12/2019, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 101.501 (R\$ 99.715 em 31/12/2018).

b) Reconciliação de perda de crédito esperada:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2017	492.599	308.792	1.387.338	2.188.729
Transferidos para o Estágio 1	-	(68.039)	(20.422)	(88.461)
Transferidos para o Estágio 2	(32.880)	-	(15.754)	(48.634)
Transferidos para o Estágio 3	(54.150)	(73.892)	-	(128.042)
Oriundos do Estágio 1	-	32.880	54.150	87.030
Oriundos do Estágio 2	68.039	-	73.892	141.931
Oriundos do Estágio 3	20.422	15.754	-	36.176
Constituição/(Reversão)	47.861	155.581	449.834	653.276
<i>Writte-off</i>	(357)	(96)	(489.807)	(490.260)
Saldo em 31/12/2018	541.534	370.980	1.439.231	2.351.745

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2018	541.534	370.980	1.439.231	2.351.745
Transferidos para o Estágio 1	-	(70.752)	(14.930)	(85.682)
Transferidos para o Estágio 2	(38.492)	-	(8.656)	(47.148)
Transferidos para o Estágio 3	(41.009)	(116.854)	-	(157.863)
Oriundos do Estágio 1	-	38.492	41.009	79.501
Oriundos do Estágio 2	70.752	-	116.854	187.606
Oriundos do Estágio 3	14.930	8.656	-	23.586
Constituição/(Reversão)	112.254	190.211	573.530	875.995
<i>Writte-off</i>	(197)	(64)	(549.974)	(550.235)
Saldo em 31/12/2019	659.772	420.669	1.597.064	2.677.505

12) Ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2019	31/12/2018
Imóveis	343.514	365.414
Veículos terrestres	29.717	38.138
Material em estoque	445	282
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(86.219)	(54.925)
Total	287.457	348.909

Notas Explicativas

13) Crédito tributário e passivos fiscais

a) Composição de crédito tributário e passivos fiscais:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e	(131.994)	(98.034)
Sobre prejuízos fiscais	1.336.206	1.466.823
Sobre diferenças temporárias	2.105.427	1.574.952
Provisão para perda esperada	1.310.790	1.035.837
Provisão de ações cíveis	142.391	115.667
Provisão de ações trabalhistas	97.727	115.708
Provisão de ações tributárias	20.343	10.937
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	38.451	21.704
Ajuste ao valor de mercado	10.588	39.710
Outras	485.137	235.389
Total do Ativo	3.309.639	2.943.741
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	78.202	78.289
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	116.263	104.124
Provisão para impostos e contribuições	343.059	54.209
Total do Passivo	537.524	236.622

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

Ativo diferido

	31/12/2019			31/12/2018		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	1.853.390	1.090.351	2.943.741	1.946.213	1.229.627	3.175.840
(+) Constituição de créditos	698.032	770.333	1.468.365	518.873	326.145	845.018
(-) Realização de créditos	(676.346)	(426.121)	(1.102.467)	(611.696)	(465.421)	(1.077.117)
Saldo do fim do exercício	1.875.076	1.434.563	3.309.639	1.853.390	1.090.351	2.943.741

Passivo diferido

	31/12/2019			31/12/2018		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo do início do exercício	144.136	38.277	182.413	164.171	66.579	230.750
(+) Constituição de Passivos	7.937	18.313	26.250	522	188	710
(-) Realização de Passivos	(8.018)	(6.180)	(14.198)	(20.557)	(28.490)	(49.047)
Saldo do fim do exercício	144.055	50.410	194.465	144.136	38.277	182.413

c) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2019, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 29/01/2020.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajustes de IFRS		Total	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	754.388	-	12.668	-	5.524	-	772.580
2020	816.747	442.217	58.383	73.459	(36.504)	3.238	838.626	518.914
2021	733.530	80.950	131.962	126.958	(32.785)	593	832.707	208.501
2022	329.911	56.954	260.933	112.726	(14.745)	417	576.099	170.097
2023	53.896	39.339	350.278	155.924	(2.409)	288	401.765	195.551
2024	27.261	32.902	491.786	166.084	(1.218)	241	517.829	199.227
2025	36.644	26.377	1.388	181.830	(1.638)	193	36.394	208.400
2026	6.096	8.407	1.555	196.426	(272)	62	7.379	204.895
2027	61.677	4.914	479	210.562	(2.758)	36	59.398	215.512
2028	-	19.733	492	191.210	-	145	492	211.088
Total	2.065.762	1.466.181	1.297.256	1.427.847	(92.329)	10.737	3.270.689	2.904.765

Em 31/12/2019, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 2.569.358 (R\$ 1.893.014 em 31/12/2018).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 (R\$ 38.976 em 31/12/2018), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em dezembro de 2019, a Administração optou pela baixa parcial dos créditos tributários oriundos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL da Pan Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 141.126. Esta decisão se deu principalmente em função da revisão das premissas adotadas em seu plano de negócios, que não prevê a originação de novas operações de arrendamento mercantil, bem como da queda da taxa de juros remuneratórios de seus investimentos em depósitos interfinanceiros, o que pode comprometer a sua capacidade de geração de resultados positivos futuros em montante suficiente para realização de tais créditos no prazo de máximo de 10 anos, exigido pela Resolução CMN nº 3.059, de 23/12/2002 e a Circular BACEN nº 3.171, de 31/12/2002, para a manutenção deste ativo.

Em 31/12/2019, a Instituição possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 583.211 (R\$ 230.396 em 31/12/2018), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 244.804 (R\$ 92.158 em 31/12/2018).

Notas Explicativas

e) Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes da tributação	563.758	398.484
Encargos / crédito total do imposto de renda e contribuição social (1)	(225.503)	(179.318)
Outros valores	33.196	(10.051)
Ativação diferença alíquota (2)	353.789	-
Baixa crédito tributário (3)	(141.126)	-
Diferença de alíquota entre as empresas	37.701	(10.826)
Imposto de renda e Contribuição social	58.057	(200.195)

(1) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019;

(2) Em 12/11/2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103/2019, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de bancos de qualquer espécie a partir de 01/03/2020. Em face de tais alterações, o Banco PAN reconheceu o montante de R\$353.789 referentes à esta diferença de alíquota para os créditos tributários com expectativa de realização a partir de 03/2020;

(3) Baixa parcial de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e Base Negativa em decorrência da aplicação de novas premissas no plano de negócios da Pan Arrendamento Mercantil e, conseqüentemente, na expectativa de realização destes créditos.

14) Recebíveis Imobiliário

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2019	31/12/2018
Cédula de Crédito Imobiliário	15/11/2034	INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção Monetária	0 até 20,05	19.347	21.275
Total				19.347	21.275

15) Outros ativos

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos judiciais e fiscais	219.413	228.061
Despesas antecipadas	84.202	65.752
Devedores diversos País	63.657	65.341
Valores a receber de empréstimos consignados	17.920	30.657
Valores a receber de sociedade ligadas	13.227	10.352
Relações interfinanceiras	25.971	3.944
Direito de uso de arrendamento	33.427	-
Outros	19.580	9.529
Total	477.397	413.636

16) Instrumentos de patrimônio

	31/12/2019	31/12/2018
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	765	765
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	1.144	1.144

17) Ativo tangível

a) Composição:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2019	31/12/2018
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	46.694	(29.656)	17.038	14.405
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.792	(1.159)	633	891
Sistemas de processamento de dados	20%	31.970	(21.013)	10.957	8.797
Total em 31/12/2019		80.456	(51.828)	28.628	-
Total em 31/12/2018		70.991	(46.898)	-	24.093

Notas Explicativas**b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:**

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2017	19.965	807	6.918	27.690
Aquisições	544	315	5.785	6.644
Baixas	(1.334)	-	(137)	(1.471)
Depreciação	(4.770)	(231)	(3.769)	(8.770)
Saldo em 31/12/2018	14.405	891	8.797	24.093

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2018	14.405	891	8.797	24.093
Aquisições	9.584	10	6.114	15.708
Baixas	(885)	-	(113)	(998)
Depreciação	(6.066)	(268)	(3.841)	(10.175)
Saldo em 31/12/2019	17.038	633	10.957	28.628

18) Outros ativos intangíveis**a) Composição:**

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2019	31/12/2018
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	240.423	(119.920)	120.503	85.514
Total em 31/12/2019		240.423	(119.920)	120.503	-
Total em 31/12/2018		192.272	(106.758)	-	85.514

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do início do exercício	85.514	40.844
Adições	67.407	63.094
Baixas	(572)	(550)
Amortização	(31.846)	(17.874)
Saldo do fim do exercício	120.503	85.514

19) Depósitos de instituições financeiras**a) Composição:**

	31/12/2019	31/12/2018
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	8.661.733	7.723.625
Tipos:		
Venda com compromisso de recompra	295.805	260.187
Depósitos interfinanceiros	8.365.928	7.463.438
Total	8.661.733	7.723.625

Notas Explicativas**b) Prazo de vencimento:**

	31/12/2019	31/12/2018
Até 30 dias	8.377.086	7.377.722
De 31 a 90 dias	186.423	204.664
De 91 a 180 dias	1.292	4.063
De 181 a 360 dias	1.120	5.355
Acima de 360 dias	95.812	131.821
Total	8.661.733	7.723.625

20) Depósitos de clientes**a) Classificação:**

	31/12/2019	31/12/2018
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	11.394.051	9.145.086
Total	11.394.051	9.145.086

b) Composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Tipos:		
Depósitos à vista	26.574	17.319
Depósitos a prazo	11.367.477	9.127.767
Total	11.394.051	9.145.086

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
Sem vencimento	26.574	17.319
Até 30 dias	432.278	145.925
De 31 a 90 dias	511.167	504.796
De 91 a 180 dias	812.520	671.846
De 181 a 360 dias	2.464.562	1.724.745
Acima de 360 dias	7.146.950	6.080.455
Total	11.394.051	9.145.086

21) Recursos de emissão de títulos**a) Composição:**

	31/12/2019	31/12/2018
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.868.324	1.249.961
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	336.211	515.832
Letras Financeiras – LF	1.532.113	727.806
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	-	6.323
Total	1.868.324	1.249.961

Notas Explicativas**b) Variações:**

	31/12/2019	31/12/2018
Saldos do início do exercício	1.249.961	2.249.555
Juros	104.269	101.738
Emissões	1.350.272	693.498
Pagamento de Juros / Resgate	(836.178)	(1.790.807)
Transferência / Reclassificação	-	(4.023)
Saldos do fim do exercício	1.868.324	1.249.961

c) Prazo de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
Até 30 dias	41.131	177.065
De 31 a 90 dias	94.560	51.131
De 91 a 180 dias	118.566	50.953
De 181 a 360 dias	396.668	342.358
Acima de 360 dias	1.217.399	628.454
Total	1.868.324	1.249.961

22) Dívidas subordinadas:**a) Classificação:**

	31/12/2019	31/12/2018
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.884.941	1.976.235
Total	1.884.941	1.976.235

b) Composição:

Valor da Operação	31/12/2019	31/12/2018
No Exterior (1):		
US\$ 456.792	1.876.865	1.790.563
Custos associados à emissão	(379)	(1.897)
Subtotal no Exterior	1.876.486	1.788.666
No País:		
(2) R\$ 100.000	-	186.757
(3) R\$ 500	-	812
(4) R\$ 8.000	8.455	-
Subtotal no País	8.455	187.569
Total	1.884.941	1.976.235

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma despesa de R\$ 13.962 no exercício findo em 31/12/2019 (receita de R\$ 57.634 no exercício findo em 31/12/2018), as mesmas foram emitidas em 23/04/2010 com vencimento em 23/04/2020. Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7.e);

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 e liquidadas em 05/04/2019;

(3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019; e

(4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

c) Variações:

No Exterior	31/12/2019	31/12/2018
Saldos do início do exercício	1.788.666	1.581.776
Juros	157.767	142.034
Pagamento de Juros	(156.641)	(137.938)
Variação cambial	71.214	258.910
MTM	13.962	(57.634)
Custo associado à emissão	1.518	1.518
Saldos do fim do exercício	1.876.486	1.788.666

Notas Explicativas

No País	31/12/2019	31/12/2018
Saldos do início do exercício	187.569	189.804
Emissão	8.000	-
Juros	4.816	17.494
Amortização	(191.930)	(19.729)
Saldos do fim do exercício	8.455	187.569

23) Provisões

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são conduzidos por advogados externos especializados e geridos individualmente por meio de sistema informatizado.

As ações trabalhistas, embora contem com a condução e avaliação de advogados externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses dependendo do tipo de autor.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas, antes das decisões, é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão é constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos especialistas jurídicos internos, escritórios jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Notas Explicativas

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Processos cíveis	318.882	290.599
Processos trabalhistas	221.694	290.927
Processos tributários	50.549	27.341
Total	591.125	608.867

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	294.968	381.513	23.178	699.659
Constituição líquida de reversão	147.111	127.652	3.500	278.263
Atualização monetária	3.863	2.438	758	7.059
Baixas por pagamento	(155.343)	(220.676)	(95)	(376.114)
Saldo em 31/12/2018	290.599	290.927	27.341	608.867

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2018	290.599	290.927	27.341	608.867
Constituição líquida de reversão	161.809	14.143	24.258	200.210
Atualização monetária	3.917	132	193	4.242
Baixas por pagamento	(137.443)	(83.508)	(1.243)	(222.194)
Saldo em 31/12/2019	318.882	221.694	50.549	591.125

I. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir.

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167 (R\$ 21.485 atualizados até dezembro de 2019). Julgado o Recurso Voluntário, o Banco apresentou embargos de declaração ao caso, para o qual aguarda julgamento.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477 (R\$ 197.815 atualizados até dezembro de 2019). Dois Autos de Infração encontram-se sobrestados a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o terceiro aguarda o resultado da diligência, para que ocorra o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656 (R\$ 124.174 atualizados até dezembro de 2019). A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, julgada parcialmente procedente em 2ª instância. Atualmente aguarda decisão dos embargos de declaração. No 3º trimestre de 2018, a empresa recebeu um novo auto sobre a mesma matéria para período compreendido entre 2013 e 2015, cujo montante de principal, multa e juros totalizou R\$ 4.227 (R\$ 5.945 atualizados até dezembro de 2019).

Ainda no último trimestre de 2013, o Banco PAN S.A. recebeu um auto de infração de IRPJ e CSLL, referente aos anos-calendário de 2008 e 2009, o qual refere-se a incidência de tributação sobre suposto ganho de capital obtido na desmutualização da B3 (balcão), cujo montante acrescido de multa e juros de mora foi de

Notas Explicativas

R\$ 480 (R\$ 711 atualizados até dezembro de 2019), além da glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa de referidos períodos. A empresa aguarda resultado de diligência solicitada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para que ocorra o julgamento de Recurso Voluntário apresentado pelo contribuinte. No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 6.077 (R\$ 8.820, atualizados até dezembro de 2019), e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante atualizado de principal, e multa totalizou o valor de R\$ 3.320 (R\$ 4.576 atualizados até dezembro de 2019).

Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro foi julgado parcialmente procedente, no que ensejou a interposição dos embargos de declaração pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do qual aguarda-se decisão, para que então o Banco PAN S.A. possa apresentar os recursos de embargos de declaração e Revista à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O segundo encontra-se sobrestado a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 3.099 (R\$ 3.630 atualizados até dezembro de 2019). O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A. pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.411 (R\$ 116.115 atualizados até dezembro de 2019). O primeiro caso, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou o Recurso Voluntário como improcedente e em face de tal decisão foi apresentado Recurso Especial, pendente de julgamento. Os demais processos, aguardam o julgamento dos Recursos Voluntários apresentados perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 3º trimestre de 2019, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos ao ano calendário de 2014, referente suposta dedução a maior de despesas com o recolhimento de tributos de PIS e COFINS no período, cujo o montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 21.697 (R\$ 21.791 atualizados até dezembro de 2019). O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário apresentado perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2019, foi lavrado um Auto de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio do qual foi constituído crédito tributário oriundo de valores supostamente amortizados indevidamente de ágio, e por consequência, falta de adição na apuração da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O caso refere-se aos anos calendários 2015 e 2016, e o montante atualizado até dezembro de 2019, acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 8.046. O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

Além dos processos administrativos anteriormente detalhados, o Banco e suas investidas discutem administrativamente e judicialmente com a Receita Federal do Brasil a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2019, o valor era de aproximadamente R\$ 167 milhões.

Notas Explicativas

24) Outros passivos

a) Outros passivos financeiros:

	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	201.523	416.401
Relações com correspondentes	136.819	112.716
Obrigações de arrendamento (Nota 24.c)	33.427	-
Total	371.769	529.117

b) Outros passivos não financeiros:

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para pagamentos a efetuar	1.230.736	600.881
Operações com cartões de crédito	827.482	644.581
Sociais e estatutárias	266.277	136.232
Arrecadação de cobrança	118.258	131.355
Negociação e intermediação de valores	20.481	7.336
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.268	5.345
Valores específicos de consórcio	7.757	9.284
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7.176	4.921
Outros	66.330	40.941
Total	2.557.765	1.580.876

c) Obrigações de arrendamento:

O Banco PAN é arrendatário, principalmente de imóveis para uso em suas operações que incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Durante o exercício findo em 31/12/2019, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 10.337.

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	31/12/2019
Saldo em 31/12/2018	-
Adoção inicial - IFRS 16	34.786
Saldo em 01/01/2019	34.786
Adições/exclusões de contratos	6.105
Pagamentos	(10.337)
Apropriação de encargos financeiros	2.873
Saldo em 31/12/2019	33.427

d) Vencimento dos arrendamentos:

	31/12/2019
Até 1 ano	851
De 1 a 5 anos	25.691
Mais de 5 anos	6.885
Total de pagamentos futuros	33.427

Notas Explicativas

25) Patrimônio líquido

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

Em 08/03/2019, a acionista co-controladora CAIXAPAR notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista co-controlador BTG Pactual no âmbito do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 6/11/2017, no montante de R\$ 400.000, e homologado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 18/04/2018 ("Exercício de Opção de Compra"). A liquidação da Opção de Compra, com a efetiva transferência das ações, foi concluída em 24/12/2019.

O BACEN homologou em 14/01/2020 o aumento de capital aprovado em 19/09/2019 pelo Conselho de Administração da Instituição. O referido aumento ocorreu dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 521.812 e mediante a emissão de 63.250 mil novas ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2019 é de R\$ 3.653.410 (R\$ 3.653.410 em 31/12/2018), após a homologação do BACEN passou a ser de R\$ 4.175.222.

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e, sem valor nominal.

	31/12/2019	31/12/2018
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	547.495	484.245
Total	1.205.056	1.141.806

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações:

Quantidade de ações (em milhares de ações)	Ordinárias	Preferenciais	Total
Em circulação em 31/12/2018	657.561	484.245	1.141.806
Aumento de Capital	-	63.250	63.250
Após o aumento de capital	657.561	547.495	1.205.056

c) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Instituição. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

d) Juros sobre o capital próprio e dividendos:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre o lucro societário, conforme demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei 4.595/64 e Lei 6.404/76), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio.

	31/12/2019	% (1)	31/12/2018	% (1)
Lucro líquido societário antes da reserva legal	515.935		221.515	
(-) Reserva Legal	(25.797)		(11.076)	
Base societário de cálculo	490.138		210.439	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2)	198.000		86.715	
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(29.700)		(13.007)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) (3)	168.300		73.708	
Dividendos propostos (4)	3.248		-	
Juros sobre o capital próprio (líquido) e dividendos	171.548	35,0%	73.708	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2019 é de: R\$ 0,164307700 (2018: R\$ 0,075945149);

(3) JCP por ação pago relativo ao exercício de 2019 é de: R\$ 0,139661545 (2018: R\$ 0,064553377); e

(4) Dividendos por ação a serem pagos relativos ao exercício de 2019: R\$ 0,002695674.

e) Lucro por ação:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição	621.815	198.289
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Instituição (R\$ mil)	339.305	114.194
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição (R\$ mil)	282.510	84.095
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (mil)	657.561	621.822
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (mil)	502.693	457.927
Lucro líquido por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Instituição	0,52	0,18
Lucro líquido por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Instituição	0,56	0,18

26) Receita líquida com juros

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.941.739	4.284.319
Lucro nas cessões de crédito (nota 10.e)	1.772.618	1.446.798
Prêmio de performance das cessões	965.154	736.266
Instrumentos de dívida	136.563	119.823
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	19.310	66.336
Depósitos compulsórios no Banco Central	8.783	1.664
Recebíveis imobiliários	1.618	4.608
Total de receitas com juros	7.845.785	6.659.814
Despesas com juros e similares		
Depósitos de clientes	(1.339.851)	(903.518)
Depósitos de instituições financeiras	(468.772)	(582.358)
Dívidas subordinadas	(199.123)	(122.202)
Recurso de emissão de títulos	(104.269)	(101.934)
Variações cambiais líquidas (1)	(66.260)	(226.574)
Créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios	(27.635)	(39.791)
Instrumentos de dívida	-	(847)
Outras	(14.252)	(10.596)
Total de despesas com juros	(2.220.162)	(1.987.820)
Total	5.625.623	4.671.994

(1) Contempla variações cambiais de ativos e passivos.

Notas Explicativas

27) Receita de tarifas e comissões

	31/12/2019	31/12/2018
Cartões de crédito	118.041	122.459
Avaliação de Bens	62.330	52.108
Comissão/intermediação	59.015	46.224
Administração de consórcios	25.290	28.907
Outras	3.660	4.307
Total	268.336	254.005

28) Despesas de pessoal

	31/12/2019	31/12/2018
Proventos	308.370	261.691
Encargos sociais	87.978	76.138
Benefícios (Nota 36)	74.627	62.714
Honorários (Nota 35.b)	24.155	16.884
Outros	6.565	3.285
Total	501.695	420.712

29) Outras despesas administrativas

	31/12/2019	31/12/2018
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.127.016	920.401
Serviços de terceiros	333.447	300.473
Processamento de dados	222.961	175.344
Serviços do sistema financeiro	166.704	128.693
Propaganda, promoções e publicidade	65.227	26.838
Aluguéis	48.187	41.055
Comunicações	47.138	47.332
Despesas com busca e apreensão de bens	30.781	30.066
Viagens	6.779	3.323
Manutenção e conservação de bens	6.249	5.161
Taxas e emolumentos	5.988	5.995
Transporte	5.828	4.994
Água, energia e gás	2.650	2.195
Materiais de consumo	1.759	1.014
Outras	44.437	43.471
Total	2.115.151	1.736.355

30) Depreciação e amortização

	31/12/2019	31/12/2018
Despesa com amortização	31.846	17.874
Despesa com depreciação (1)	17.639	8.770
Total	49.485	26.644

(1) O aumento na despesa de depreciação em 2019 refere-se à adoção da IFRS 16.

31) Despesas tributárias

	31/12/2019	31/12/2018
Contribuição à COFINS	168.571	128.392
Contribuição ao PIS	27.523	21.021
Imposto sobre serviços	18.467	16.108
Impostos e taxas	8.214	6.791
Total	222.775	172.312

Notas Explicativas

32) Provisões líquidas

	31/12/2019	31/12/2018
Provisões cíveis	(165.726)	(150.974)
Provisões tributários	(24.451)	(4.258)
Provisões trabalhistas	(14.275)	(130.090)
Total	(204.452)	(285.322)

33) Outras receitas e (despesas) operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de encargos e despesas	250.337	207.828
Variação monetária ativa/passiva	27.530	(1.443)
Despesa de cessão de operações de crédito	(1.414.338)	(1.296.240)
Prejuízo com operações de crédito / financiamento e fraudes	(55.513)	(53.969)
Descontos concedidos	(46.295)	(28.250)
Gravames	(25.924)	(19.539)
Redução ao Valor Recuperável (1)	-	(32.402)
Outras	40.855	13.932
Total	(1.223.348)	(1.210.083)

(1) Refere-se a *impairment* de ágio na aquisição de investimentos (Nota 4).

34) Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(42.752)	(31.253)
Reversão/(desvalorização) de ativos não correntes mantidos para venda	8.521	9.476
Outros	42	367
Total	(34.189)	(21.410)

35) Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		Ativo	Ativo	Receitas	Receitas
		(passivo)	(passivo)	(despesas)	(despesas)
Disponibilidades (a)		1.260	769	-	-
Caixa Econômica Federal	01/01/2019	1.260	769	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (b)		1.160.000	-	18.865	45.447
Banco BTG Pactual S.A.	01/04/2019	710.000	-	17.796	44.332
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	450.000	-	1.069	1.115
Cessão de crédito (c)		2.036.099	1.652.816	965.154	736.266
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	2.036.099	1.652.816	965.154	736.266
Outros ativos		13.227	10.352	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	6.755	5.858	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	6.453	4.470	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	19	24	-	-
Depósitos de clientes (d)		(342)	(431)	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	(341)	(343)	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(1)	(35)	-	-
Pessoal chave da Administração	Sem prazo	-	(53)	-	-
Depósitos de instituições financeiras (e)		(7.952.156)	(7.111.627)	(427.232)	(527.590)

Notas Explicativas

Banco BTG Pactual S.A.	01/04/2019	(190.000)	(95.000)	(9.531)	(5.310)
Caixa Econômica Federal	24/04/2019	(7.762.156)	(7.016.627)	(417.701)	(522.280)
Depósitos de cliente (f)		(65.724)	(47.683)	(3.885)	(3.751)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	21/02/2022	(17.145)	(7.176)	(518)	(1.098)
Banco BTG Pactual S.A.	07/11/2022	(46.884)	(37.843)	(3.199)	(2.499)
Pessoal chave da Administração	14/03/2022	(1.695)	(2.664)	(168)	(154)
Derivativos		(900)	(79.999)	(4.305)	(1.396)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(79.999)	(3.873)	(1.146)
Caixa Econômica Federal	02/01/2019	(900)	-	(432)	(250)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)		(242.944)	(8.434)	(9.727)	(1.857)
Banco BTG Pactual S.A.	02/03/2020	(242.567)	(3.758)	(9.597)	(1.539)
Pessoal chave da Administração	31/07/2020	(377)	(4.676)	(130)	(318)
Derivativos (h)		185.694	77.959	49.799	72.413
Banco BTG Pactual S.A.	22/04/2020	185.694	77.959	49.799	72.413
Outros passivos		(13.268)	(5.345)		-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(13.268)	(5.345)		-
Receita de tarifas e comissões (i)				59.856	48.042
,Too Seguros S.A.	-	-	-	58.599	45.828
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.257	2.214
Despesas de Pessoal				(265)	(271)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(265)	(271)
Outras despesas administrativas				(56.779)	(22.751)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(5.675)	(6.067)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(31.563)	(2.188)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(106)	(144)
Tecban S.A.	-	-	-	(718)	(1.112)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(18.717)	(13.240)
Receitas com juros e similares				1.135.002	1.071.303
Caixa Econômica Federal	-	-	-	1.074.960	1.071.303
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	60.042	-

- (a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;
- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,04% do CDI;
- (h) Referem-se às operações de *swap*; e
- (i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/5/2019, foi aprovado o montante global máximo da remuneração dos Administradores do Conglomerado PAN, referente ao exercício de 2019, independente do ano em que os valores forem pagos, no valor de R\$ 25.385 (R\$ 22.423 no exercício de 2018).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de honorários (Nota 28)	24.155	16.884
Contribuição ao INSS	5.435	3.799
Total	29.590	20.683

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

Notas Explicativas

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Nos termos da legislação vigente em 31/12/2019, o Banco PAN não concedeu empréstimos ou adiantamentos para:

I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria Instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

36) Benefícios a empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2019 representava R\$ 74.627 (R\$ 62.714 em 31/12/2018) (Nota 28).

37) Ativos oferecidos em garantia

	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos de dívida:		
Notas do Tesouro Nacional – NTN	190.818	156.770
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	394.063	330.802
Certificado de Depósito Bancário – CDB	104	2.386
Total	584.985	489.958

38) Garantias prestadas e compromissos contratuais

O “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (*notional*) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

	31/12/2019	31/12/2018
Garantias e outras fianças:		
Garantias financeiras	(313.061)	(295.430)
Depositários de valores em custódia	(4)	(89)
Total	(313.065)	(295.519)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro, portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

Notas Explicativas

39) Segmentos operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e

Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro;
- Consórcios;
- Securitização; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, motocicletas e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento de Securitização tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários do agronegócio.

Notas Explicativas

	31/12/2019						31/12/2018					
	Financeiro	Consórcio	Securitização	Outros	Eliminações	Total	Financeiro	Consórcio	Securitização	Outros	Eliminações	Total
Receita líquida com juros												
Receitas com juros e similares	7.805.417	3.302	10.410	45.951	(19.295)	7.845.785	6.637.063	3.059	14.012	23.942	(18.262)	6.659.814
Despesas com juros e similares	(2.239.457)	-	-	-	19.295	(2.220.162)	(2.005.235)	-	-	(847)	18.262	(1.987.820)
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes	(882.434)	-	-	6.439	-	(875.995)	(658.004)	-	(4.330)	9.058	-	(653.276)
Perda esperada com demais ativos financeiros	-	-	573	-	-	573	5	-	-	784	-	789
Receita líquida de perda esperada de ativos financeiros	4.683.526	3.302	10.983	52.390	-	4.750.201	3.973.829	3.059	9.682	32.937	-	4.019.507
Ganhos/(perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(102.516)	-	4.601	(8.140)	-	(106.055)	526	-	(2.007)	(567)	-	(2.048)
Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	(1.130)	-	-	(7.228)	-	(8.358)	499	-	-	-	-	499
Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	4.601	(912)	-	3.689	-	-	(2.007)	(567)	-	(2.574)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(101.386)	-	-	-	-	(101.386)	27	-	-	-	-	27
Ganhos/(perdas) líquidas com ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.371	-	-	-	-	2.371	(142)	-	-	-	-	(142)
Receitas de tarifas e comissões	242.660	25.289	409	-	(22)	268.336	224.699	28.907	606	-	(207)	254.005
Despesas administrativas	(2.589.911)	(14.041)	(11.100)	(1.816)	22	(2.616.846)	(2.119.831)	(17.765)	(12.280)	(7.398)	207	(2.157.067)
Despesas de pessoal	(499.872)	(518)	(1.186)	(119)	-	(501.695)	(413.713)	(570)	(1.241)	(5.188)	-	(420.712)
Outras despesas administrativas	(2.090.039)	(13.523)	(9.914)	(1.697)	22	(2.115.151)	(1.706.118)	(17.195)	(11.039)	(2.210)	207	(1.736.355)
Depreciações e amortizações	(49.441)	(44)	-	-	-	(49.485)	(26.597)	(47)	-	-	-	(26.644)
Despesas tributárias	(213.891)	(2.986)	(3.109)	(2.789)	-	(222.775)	(161.387)	(3.414)	(3.952)	(3.559)	-	(172.312)
Provisões (líquidas)	(205.295)	(1.468)	(1.066)	3.377	-	(204.452)	(291.769)	(516)	2.555	4.408	-	(285.322)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.189.740)	(552)	5.876	91	(39.023)	(1.223.348)	(1.190.544)	(2.476)	5.806	(919)	(21.950)	(1.210.083)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	(33.982)	-	(207)	-	-	(34.189)	(21.497)	-	13	74	-	(21.410)
Resultado antes da tributação	543.781	9.500	6.387	43.114	(39.023)	563.758	387.287	7.748	423	24.976	(21.950)	398.484
Imposto de renda e contribuição social	78.034	(3.231)	(2.136)	(14.610)	-	58.057	(188.998)	(2.619)	(376)	(8.202)	-	(200.195)
Lucro líquido do exercício	621.815	6.269	4.251	28.503	(39.023)	621.815	198.289	5.129	47	16.774	(21.950)	198.289
Total do ativo	33.460.017	73.744	242.742	428.618	(1.025.668)	33.179.453	27.727.917	69.861	239.559	404.791	(970.074)	27.472.054
Total do passivo	28.292.241	17.821	14.306	22.305	(345.858)	28.000.815	23.497.187	19.909	12.105	20.473	(322.656)	23.227.018

Notas Explicativas

40) Outras informações

- a) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- b) Em 31/12/2019 e 31/12/2018, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- c) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor; e
- d) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.

41) Evento subsequente

O Banco PAN S.A., diante da pandemia do coronavírus (COVID-19), vem adotando medidas para minimizar os impactos que possam surgir aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação. As ações consideram os recursos disponíveis e as recomendações dos órgãos competentes. A administração está monitorando constantemente os desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

Notas Explicativas

São Paulo, 16 de março de 2020.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

CONTADOR

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do

exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como

um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma

opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Notas explicativas 3g e 8)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associados ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria considerou o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa que tratam da integridade da base de dados; processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a PCLD com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Porque é um PAA

Créditos Tributários (Notas explicativas 3n e 31b)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,4 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria considerou o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, bem como as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) para o exercício findo nessa data, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco Pan S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev

Contadora CRC 1SP245281/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pan S.A. e suas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Perda de crédito esperada (Notas explicativas 3g, 10 e 11)

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação da perda de crédito esperada continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

A IFRS 9 – Financial Instruments, vigente a partir de 1º janeiro de 2018, estabelece os requisitos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como estabelece modelo de perda de crédito esperada.

O processo estabelecido em atendimento a IFRS 9 busca capturar potenciais eventos futuros que possivelmente podem aumentar o risco de crédito por meio de fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias.

O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação da perda de crédito esperada continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

A IFRS 9 – Financial Instruments, vigente a partir de 1º janeiro de 2018, estabelece os requisitos de reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como estabelece modelo de perda de crédito esperada.

O processo estabelecido em atendimento a IFRS 9 busca capturar potenciais eventos futuros que possivelmente podem aumentar o risco de crédito por meio de fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias.

Tendo em vista esses aspectos, esta área se manteve como uma área foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Obtivemos o entendimento dos controles relevantes relacionados a apuração da perda de crédito esperada que incluem a integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas.

Testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a perda de crédito esperada com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, o valor, tanto para as provisões calculadas individualmente quanto para as de avaliação coletiva.

Analizamos também a consistência dos modelos e premissas adotadas no processo com os requisitos da norma contábil vigente e com as práticas de mercado.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3t e 13)

O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,3 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários com potencial impacto no registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis consolidadas.

Realizamos a atualização do entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionados aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos. Realizamos a atualização do entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionados aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev

Contadora CRC 1SP245281/O-6

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Banco PAN S.A. ("Banco PAN" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo as Notas Explicativas e, com base: (a) no Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 29 de janeiro de 2020, onde é mencionado que os auditores tiveram acesso suficiente às informações necessárias para sua elaboração, cujos principais assuntos de auditoria foram: 1 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD"), o qual concluiu que as premissas e critérios adotados pela Administração da Companhia foram razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, conforme notas explicativas nº 3g e 8; 2 – Ambiente de Tecnologia da Informação ("TI"), com realização de auditoria relacionada aos sistemas de TI, com testes de controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários, além de testes dos controles automatizados ou das informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregação de funções, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações contábeis; e 3 – Crédito Tributário, em relação aos créditos totalizados no valor de R\$ 3,4 bilhões no Banco PAN e empresas controladas, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários, conforme notas explicativas de nº 3n e 31b; (b) na reunião com os Auditores Independentes; (c) no resumo do relatório do Comitê de Auditoria, datado de 29 de janeiro de 2020; e (d) na análise de documentos, informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pela Administração da Companhia, notadamente pela Diretoria de Controladoria e Compliance.

O Conselho Fiscal é de opinião que esses documentos: (a) refletem adequadamente as atividades desenvolvidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a situação patrimonial e a posição financeira da Companhia; e (b) estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

Paulo Roberto Salvador Costa

Peter Edward Cortes Marsden Wilson

Pareceres E Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)

O Comitê de Auditoria ("COAUD") do Banco PAN S.A. ("Companhia") apresenta seu relatório, de forma resumida, para atender ao disposto na Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, artigo 17, parágrafo 2º, para publicação com as respectivas demonstrações contábeis do 2º semestre de 2019, de forma a externar sua opinião e evidenciar informações que considera relevantes para o conhecimento e avaliação dos seus usuários.

No cumprimento de suas atribuições legais, em destaque: avaliar a efetividade das auditorias interna e independente, dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos; verificar o cumprimento, pela administração, das recomendações de aprimoramento emanadas pelas auditorias e determinações de órgãos externos de fiscalização; e revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis e suas notas explicativas.

As informações foram apresentadas nas reuniões realizadas com a Administração, as áreas internas da Companhia, nos relatórios produzidos, bem como nas interações realizadas com a Auditoria Interna e Auditoria Independente. Recebeu, ainda, esclarecimentos do Conselho de Administração para acompanhamento de temas importantes para a Companhia.

Destaca-se que o COAUD foi informado de que não ocorreram mudanças de critérios ou fatos relevantes que pudessem impactar o Balanço Patrimonial ou os resultados da Companhia neste período, além daquelas mencionadas nas Notas Explicativas, onde se destacam: (i) a realização de trabalhos para determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, sob os quais a Auditoria Independente considera que as premissas e critérios adotados pela Administração da Companhia foram razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis; (ii) o ambiente de tecnologia da informação, onde os procedimentos da Auditoria Independente demonstraram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações contábeis; e (iii) créditos tributários, sob os quais a Auditoria Independente considera que as premissas e critérios adotados pela Administração da Companhia foram razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário. Adicionalmente, com relação às demonstrações individual e consolidada do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Auditoria Independente considera que essas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Feitos tais registros e limitando suas responsabilidades à confiabilidade das informações recebidas dos componentes da Companhia, o COAUD considera que:

- a) A Companhia vem promovendo o aprimoramento dos controles internos e de gerenciamento de risco em especial nos aspectos relacionados a formalização através de relatórios e reportes específicos, os quais podemos mencionar o Reporte Mensal de Demandas Avaliadas no Sistema RDR, Relatório de Management Information System (MIS) de Perdas Operacionais, Gestão de Riscos Não Financeiros, com reporte de incidentes operacionais. Adicionalmente, com o objetivo de aprimorar sua governança corporativa, a Companhia realizou a atualização do Regimento Interno do Conselho de Administração e implementou um Regimento Interno para o Conselho Fiscal, além de ter aprovado a Política de Gestão da Imagem e a Política Corporativa de Gestão da Continuidade de Negócios, bem como a atualização de sua Política Corporativa de Responsabilidade Socioambiental e também a Política de Comunicação com a Imprensa. A Administração implementou novos sistemas tecnológicos e vem implementando outros que permitem a correção dos apontamentos críticos indicados pela autoridade supervisora e auditorias. Também evoluiu na estrutura normativa relacionada à mitigação de riscos, com destaque para a elaboração da Declaração de Appetite a Riscos (Risk Appetite Statement – RAS);
- b) Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e independente, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia; e
- c) As Demonstrações Contábeis da Companhia, individual e consolidada, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer da Auditoria Independente, foram elaborados conforme a regulamentação vigente, notadamente as elaboradas pelo Banco Central do Brasil, e práticas contábeis adotadas no Brasil, refletindo em seus aspectos mais relevantes a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 29 de janeiro de 2020.

AMIN ALVES MURAD

Presidente

FÁBIO DE BARROS PINHEIRO

Membro

PEDRO PAULO LONGUINI

Membro

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2019.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco PAN declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2019.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Demonstrações Contábeis em IFRS